UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Área: Geografia Humana

DOUTORAMENTO

**VANTAGENS E DESVANTAGENS DA CROÁCIA NA UNIÃO EUROPEIA: INTEGRAÇÃO
OU SUBMISSÃO DO PONTO DE VISTA DA SOBERANIA NACIONAL ?**

**ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF CROATIA IN THE EUROPEAN UNION:
INTEGRATION OR SUBMISSION FROM THE STAND POINT OF NATIONAL
SOVEREIGNTY ?**

Aluno: Adilson Prizmic Momce

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

Nível: Doutorado

Programa de Pós-graduação em Geografia Humana

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo, julho de 2013.

Adilson Prizmic Momce

DOUTORAMENTO

**VANTAGENS E DESVANTAGENS DA CROÁCIA NA UNIÃO EUROPEIA: INTEGRAÇÃO
OU SUBMISSÃO DO PONTO DE VISTA DA SOBERANIA NACIONAL ?**

**ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF CROATIA IN THE EUROPEAN UNION:
INTEGRATION OR SUBMISSION FROM THE STAND POINT OF NATIONAL
SOVEREIGNTY ?**

De acordo,

Orientador : Prof. Dr. André Roberto Martin

Tese de doutoramento,

**apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas, na Universidade de São Paulo, sob
orientação do professor Dr. André Roberto Martin**

Universidade de São Paulo

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo, julho de 2013.

Dedico ao meu filho Enrico e a Daniela Barbato, que me deram tempo e motivação durante meu envolvimento com este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. André Roberto Martin, por apreciar meu trabalho junto ao Departamento de Geografia e conduzir esta pesquisa, auxiliando-me na abordagem temática e na indicação bibliográfica.

Ao prof. Dr. Angelo Segrillo que enriqueceu a Banca Examinadora para a Qualificação deste doutoramento, recomendando-me posicionamentos teóricos vinculados aos argumentos práticos desta pesquisa.

Ao amigo Paulo Radaic que gentilmente me hospedou em sua residência durante minha estada na capital croata em janeiro de 2012, inclusive me encaminhando a algumas instituições para a realização de pesquisa.

Ao colega, Tito Lívio Barcellos Pereira, pelo seu providencial conhecimento técnico de cartografia que aprimorou a ilustração do conteúdo aqui digitalizado.

Ao colega, Danilo Rogério de Souza, por me fornecer preciosas informações referentes a textos acadêmicos e autores eslavos.

In memoriam :

Prof. Dr. Leonel Itaussu de Almeida Mello ... orgulho e satisfação de tê-lo ouvido em meu Exame de Qualificação deste doutoramento, sugerindo-me a pertinente inserção de novos capítulos e direcionamento referente à estrutura expositiva de caráter acadêmico.

Colega e amigo, Moacir Nunes e Silva, com quem compartilhei reflexões aportadas neste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa levanta os elementos formadores da identidade nacional croata; faz um acompanhamento das conquistas da União Europeia; analisa os atores sociais que se posicionam a favor da Croácia como membro da União Europeia, bem como o posicionamento daqueles que são contra o ingresso da Croácia na União Europeia. Os posicionamentos teóricos, entrecruzados com os dados práticos coletados, faz-nos refletir sobre ganhos e perdas dos croatas em sua relação com a União Europeia.

Há tendências negativas da União Europeia, aqui expostas, que não estão explícitas em seus tratados, nem expressos por suas instituições. Importa, nesta pesquisa, alcançar um posicionamento crítico com relação aos atos econômicos, políticos e sociais relacionados com a soberania nacional dos países periféricos do Leste Europeu.

Este trabalho coloca em discussão as estratégias dos países ricos da Europa no sentido de perseverarem competitivos em âmbito global, incorporando o mercado do Leste Europeu. Por isso, este estudo se debruça sobre o 'Alargamento' e acordos assinados entre os países-membros da União Europeia; mudanças na legislação croata; influência estrangeira no desenvolvimento humano da Croácia, dados estatísticos da Croácia e de países da União Europeia que espelham fatores positivos e negativos relacionados com a sustentabilidade da soberania nacional.

PALAVRAS – CHAVE

Croácia capitalista ; União Europeia ; Soberania nacional ; Euro – região ; Bálcãs ocidentais.

ABSTRACT

This research raises the formative elements of Croatian national identity; makes a follow-up to the achievements of the European Union; it analyzes the social actors that are positioned in favor of Croatia as a member of the European Union, as well as the positioning of those who are against the ingress of Croatia into the European Union. The theoretical positioning, intercrossed with practical data collected, makes us reflect on gains and losses of the Croats in their relationship with the European Union.

There are negative trends of the European Union, exposed here, that are not explicit in its treaties, nor expressed by its institutions. It is important, in this study, achieving a critical positioning with respect to economic, political and social acts related to national sovereignty of peripheral countries of Eastern Europe.

This work puts into discussion the strategies of the rich countries of Europe in order to persevere competitive in global scope, incorporating the East European market. For this reason, this study focuses on the 'Enlargement' and agreements signed between the member countries of the European Union; changes in Croatian legislation; foreign influence in human development of Croatia, statistical data of Croatia and the European Union countries that reflect positive and negative factors related to sustainability of national sovereignty.

KEYWORDS

Capitalist Croatia, European Union, National Sovereignty; Euro-region; Western Balkans.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.001
1. A NAÇÃO CROATA ANTES DE INGRESSAR NA UNIÃO EUROPEIA	
1.1 DA CHEGADA DOS CROATAS NOS BÁLCÃS AO SEU REINADO MEDIEVAL	p.005
1.2 OS CROATAS CONTROLADOS POR BIZÂNCIO, HUNGRIA, VENEZA E TURQUIA	p.008
1.3 A CROÁCIA NO IMPÉRIO HABSBURGO ATÉ 1848	p.010
1.4 NACIONALISMO ESLAVO E O FIM DO IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO	p.016
1.5 UNIÃO DA SÉRVIA, CROÁCIA E ESLOVÊNIA ATÉ A 2ª GUERRA MUNDIAL	p.022
1.6 A REPÚBLICA CROATA NO FEDERALISMO SOCIALISTA IUGOSLAVO	p.029
1.7 ESTADO CROATA INDEPENDENTE COM O FIM DA IUGOSLÁVIA	p.032
2. FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	
2.1 TRATADOS DE INTEGRAÇÃO	p.037
2.2 PROJETOS E PARTIDOS POR UMA FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO .	p.059
2.3 ÓRGÃOS CONSTITUINTES DA UNIÃO EUROPEIA E SUAS FUNÇÕES	p.064
3. EXPECTATIVAS A FAVOR DA CROÁCIA NA UNIÃO EUROPEIA	
3.1 O QUE ESPERA A CROÁCIA DA UNIÃO EUROPEIA	p.079
3.2 O QUE A UNIÃO EUROPEIA ESPERA DA CROÁCIA	p.101
3.3 EURO-REGIÕES PARA ELIMINAR O INDIVIDUALISMO NACIONALISTA	p.108
4. ARGUMENTOS CONTRA O INGRESSO CROATA NA UNIÃO EUROPEIA	
4.1 O ACORDO DE LISBOA NÃO ESTRUTURA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	p.124
4.2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA CROÁCIA EM MÃOS DE ESTRANGEIROS	p.129
4.3 O DESTINO DOS BANCOS CROATAS NA UNIÃO EUROPEIA	p.133
4.4 UNIÃO EUROPEIA: CAVALO DE TRÓIA PARA O COMÉRCIO CROATA	p.139
4.5 UNIÃO EUROPEIA PRESSIONA PRIVATIZAÇÃO NA CROÁCIA	p.151
4.6 OS AGRICULTORES CROATAS SERÃO DISCRIMINADOS NA UE	p.154
4.7 AS MIGRAÇÕES TRANSFIGURANDO A DEMOGRAFIA CROATA	p.157
4.8 LÍNGUA CROATA DEPRECIADA NA UNIÃO EUROPEIA	p.177

CONSIDERAÇÕES FINAIS***p.181*****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*****p.186*****BIBLIOGRAFIA CONSULTADA*****p.189***

MAPAS

1. A República da Croácia (2012)	p.005
2. Croácia destacando cidades litorâneas	p.011
3. Fronteira militar entre os impérios habsburgo e otomano	p.012
4. Croácia destacando cidades da Slavônia	p.019
5. Mapa étnico da Ex-Iugoslávia	p.027
6. Mapa político da Ex-Iugoslávia Socialista	p.034
7. A Croácia e a União Europeia (2012)	p.037
8. Satisfação do cidadão como membro da União Europeia	p.057
9. A centralidade da Croácia na península balcânica	p.092
10. Bacia do rio Danúbio	p.098
11. Euro-região de integração dos Bálcãs Ocidentais	p.112
12. Euro-região de integração Croácia – Hungria	p.120
13. Integração na Euro-região do Adriático	p.121

GRÁFICOS

1. Importações da Croácia (2010)	p.087
2. Exportações da Croácia (2010)	p.089
3. Balança Comercial Croácia-União Europeia	p.140
4. Aprovação / Rejeição do ingresso da Croácia na UE	p.159

TABELAS

1. Distribuição de cargos e vagas, segundo a situação étnica (1931)	p.025
2. Nº de administradores designados para o Conselho de Administração	p.066
3. Nº de suplentes designados para o Conselho de Administração	p.069
4. Ponderação dos representantes ao Parlamento Europeu (2004-2009)	p.073
5. Nº de membros do Comitê Econômico e Social	p.076
6. Nº de membros das regiões	p.077

INTRODUÇÃO

O território onde se encontra Zagreb já foi chamado de Reino Triuno no século XIX e se fundiu à Iugoslávia no século XX. Hoje é denominado Croácia, um Estado-nação finalmente independente e soberano. Mas dentro e fora da Croácia, não são poucos os representantes ideológicos que defendem sua inserção em uma confederação ou federação europeia.

Tal comunidade europeia se dá com o seguinte tempero de identificação: a tradição histórica de “missionários da civilização”, da raça branca, compartilhando uma bandeira comum, uma mesma moeda, no mesmo espaço econômico regional, “berço do ocidente”, visando uma territorialidade em dimensão mais ampla; Constrói-se um Estado europeu no sentido de relacioná-lo com a ideia de soberania espacial que transcende o Estado-nação, valendo-se de uma identidade induzida a representar a totalidade de povos europeus, não existindo a unicidade de um povo. Líderes dos países ricos da Europa incutem a ideologia de um patriotismo multiétnico para legitimar o poder do Estado europeu.

Roman Rosdolsky se remete ao folheto de Mijail Bakunin - *Chamamento aos eslavos* – (Köthen, 1848) que rendeu a Bakunin a fama de um ‘romântico paneslavista democrático’:

*“A revolução declarou dissolvidos os Estados dos déspotas: o reino prussiano; a Áustria; dissolvido o império turco, onde apenas setecentos osmanlis pisoteavam uma população de 12 milhões de eslavos, valacos e gregos; dissolvido o império russo, a fim de que as três nações – russos, pequenos russos e poloneses ganhem vida própria, e possam ajudar seus restantes irmãos eslavos. Uma vez dissolvidos, subvertidos e novamente configurados, a meta final seria alcançar a federação geral das repúblicas europeias.”*⁰¹

⁰¹ ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el problema de los “pueblos sin historia”* (La cuestión de las nacionalidades en la Revolución de 1848 – 1849 a la luz de la ‘Neue Rheinische Zeitung’). Ciudad de México: Pasado y Presente, 1980, trad. Conrado Ceratti. Ensayo originariamente publicado en Archiv für Sozialgeschichte: Friedrich Engels und das Problem der “geschichtslosen” Völker (Die Nationalitätenfrage in der Revolution), por la Verlag für Literatur in Zeigeschehen Hannover: 1964, vol. IV., p.157,158

Este folheto, mesmo com todo o romantismo da época de Bakunin, contém elementos que expressam a tendência atual: União Europeia; predição do fim de Estados déspotas; vida própria para as nacionalidades supostamente equiparadas no que viria a ser uma confederação dos europeus inclusiva, associando eslovenos, croatas, albaneses kosovares, etc. Mas a intenção de Bakunin, assim como toda teorização socialista tem sido barrada, ao longo da história, pelo egoísmo e vaidade de grupos políticos, cujo poder depende do quanto pode um Estado estar no comando de outros.

Bresser-Pereira acompanha a visão da União Europeia como processo de criação de uma ‘nação’ multiétnica e multilinguista – a nação europeia – por meio da formação de um Estado-nação mais amplo, ao mesmo tempo que se preserva a identidade nacional dos seus vários componentes.²

Segundo Bresser-Pereira, a União Europeia não é ainda um país, mas já tem uma constituição, muitas leis, uma política comercial, um orçamento, uma bandeira e uma moeda comuns. Tomando emprestado o posicionamento de Benedict Anderson, Bresser-Pereira mostra que o nacionalismo continua a ter função decisiva na vida política da humanidade.

“o ‘fim da era do nacionalismo’, tão insistentemente profetizada, não está sequer remotamente à vista. De fato, o sentimento de pertencimento a uma nação é o valor mais universalmente legitimado da vida política do nosso tempo.”³

O objetivo deste doutoramento é polemizar a aprovação ou reprovação da política exercida pela União Europeia que se propõe a contribuir para o desenvolvimento da Croácia. Diversas informações aqui levantadas são escamoteadas pelos investidores e políticos europeus, sobretudo aqueles que representam instituições de Estado.

² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, *Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo*, São Paulo, IEA – Instituto de Estudos Avançados- USP, 1987, vol. 1, n. 1, p. 171, 189

³ Ibidem., p. 171

Para contrastar os posicionamentos divergentes, esta pesquisa também se remete tanto aos órgãos Estatais como aos partidos políticos de oposição à política do governo croata. Com o propósito de melhor organizar a exposição deste texto e torná-lo mais compreensível, procuramos, na medida do possível, realizar uma exposição cronológica, em cada uma de suas partes estruturadas por tópicos temáticos.

A primeira parte discorre o processo histórico em que se forma a nação croata, desde a fixação das primeiras comunidades eslavas nos Bálcãs do século VI. Fez-se necessário um aporte mais denso e detalhado nos últimos tópicos deste capítulo, enaltecendo a importância dos movimentos de cunho nacionalista ocorridos no século XIX e XX, para que haja uma melhor compreensão do contexto que acarreta na consumação do Estado croata - independente do socialismo iugoslavo em 1991. Isso porque é esse mesmo nacionalismo que está em questão neste estudo, ao mesmo tempo em que analisamos a soberania do Estado croata e sua identidade nacional, uma vez inserido na União Europeia.

A segunda parte explica a concepção da União Europeia desde o seu início, após a Segunda Guerra Mundial, até os dias de hoje; descreve os cargos e as atribuições nos órgãos que constituem a União; analisa os tratados que foram assinados e as teorizações de estadistas, partidos políticos e intelectuais que almejam a confederação ou a federação em âmbito europeu.

A terceira parte contém os aspectos positivos do alargamento da União Europeia, relatando os atores sociais beneficiados com tal União. Esta parte expõe os projetos de interação entre países que passam a se enquadrar em novas configurações regionais.

Já a quarta parte reflete os argumentos contra o ingresso da Croácia na União Europeia, contrapondo-se à maioria dos benefícios alegados na parte 3, ou seja, questionando o desenvolvimento inter-regional; expondo uma visão céptica com relação às expectativas de melhor qualidade de vida na Croácia com seu ingresso na UE. Faz-se uma crítica a partir de estatísticas e acordos assinados pelas autoridades governamentais da Croácia e da UE, evidenciando situações que desestabilizam a sociedade croata: a privatização de empresas estatais,

agora em poder do capital estrangeiro, o crescente desemprego; a emigração de jovens promissores ao exterior; e outros fatos elencados no referido capítulo.

O povo croata vive um momento inédito de soberania nacional com seu Estado próprio, desde que se desvencilhou dos demais eslavos-do-sul. Contudo, herdou o atraso econômico do socialismo. Soma-se a isso, a pífia infraestrutura arrasada pela guerra civil que desintegrou a Iugoslávia nos anos 90. Diante desse quadro claudicante agravado por corrupção, os governantes croatas aceitaram servirem de espaço para o alargamento da União Europeia, vislumbrando uma possibilidade de obtenção de subsídios, créditos financeiros e participação nos empreendimentos de grupos estrangeiros.

As observações presentes aqui dão indícios de que a Croácia mudou nos últimos 20 anos. Agora é possível encontrar lá a marcante presença ocidental com seus bancos, construtoras, carros modernos e empreendedores estrangeiros. Essa modernidade material e os investimentos dos órgãos da União Europeia acarretam em vantagens e desvantagens para a sociedade croata. Por isso, os pontos de vista favoráveis e contrários à entrada da Croácia na União Europeia serão expostos neste trabalho para uma pertinente reflexão sobre o comprometimento da soberania nacional em tal contexto.

Nesse último capítulo, há um aprofundamento da discussão sobre os projetos desenvolvimentistas das Euro-regiões. Importa aqui saber se tais projetos realmente são destinados ao desenvolvimento das regiões pobres da Europa.

O autor deste doutoramento traduziu os textos referidos em língua croata, colhidos dos meios oficiais e não oficiais (pesquisando em livros, revistas, jornais, internet e universidades), aqui citados conforme bibliografia e notas de rodapé.

Em janeiro de 2012, em pesquisa de campo, viajou a Croácia para colher e analisar as manifestações nas mais expressivas instituições de Zagreb, Split, Rijeka e Osijek bem como de algumas escolas públicas da ilha de Korčula. Consultou bibliotecas, sedes de jornais, universidades, participou de palestras e entrevistou professores e populares.

1. A NAÇÃO CROATA ANTES DE INGRESSAR NA UNIÃO EUROPEIA

A REPÚBLICA DA CROÁCIA (2012)

Autor: Adilson Prizmic Momce
 Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira
 Fonte: CIA World Factbook - 2013 <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

1.1 DA CHEGADA DOS CROATAS NOS BÁLCÃS AO SEU REINADO MEDIEVAL

Com uma área de 56.542 km², a Croácia tem uma população de cerca de 4.535.000 habitantes, com uma média de 80 habitantes por quilômetro quadrado. Desde o rompimento com a antiga Iugoslávia, a Croácia faz fronteira com Eslovênia, Hungria, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Montenegro. Em termos topográficos, a Croácia é formada por três tipos de terreno. Uma grande parte é montanhosa com picos de até 2.000 metros de altura, e recoberta de florestas e pastos. Entre os rios Sava, Drava e Danúbio, adentra a planície Panônica. Seu litoral recortado, no mar Adriático, constitui-se de, aproximadamente, 2.000 km de extensão, e o dobro disso quando as mais de mil ilhas são incluídas.¹

¹ "Eyewitness Travel Guide – Croatia". Dorling Kindersley Limited, Londres: WCR2 ORL, 2003, p.12

Segundo Noel Malcolm ², o nome *Croata* (Hrvat em língua croata) não é uma palavra eslava, mas iraniana: *Choroatos*, que deriva de Hu-urvath (amigo) na língua dos Alans, principal grupo Samatian. A palavra *Choroatos* foi encontrada em inscrições nas proximidades da cidade grega de Tanais, ao sul da Rússia. A origem remonta à miscigenação de tribos eslavas e samatians ao norte do mar Negro, desde o início da Era Cristã. As tribos samatians eram nômades iranianas a caminho do oeste pela porção setentrional do Cáucaso. Deste convívio, os eslavos teriam incorporado muitos elementos da língua samatian.

Os croatas se instalaram na costa do mar Adriático no século VII por diversos motivos: A migração croata foi pressionada pelo nomadismo dos ávaros, guerreiros saqueadores, provenientes da Mongólia; Há que se considerar que os croatas buscavam terras mais férteis em razão de pestes de outras regiões; Aproveitaram-se da decadência do império romano que naquele período já contratava grande contingente de eslavos para servirem ao exército romano.

No século VII, a região balcânica era habitada pelos ilírios (comunidades que foram colonizadas pelos romanos). Com a chegada dos croatas, parte dos antigos moradores ilírios passou a viver nas montanhas, outra parte se concentrou no litoral dalmata, mas a maioria compartilhou o seu espaço com os croatas. Aos poucos, os antigos habitantes absorveram muito mais os valores dos croatas, já que estes eram mais numerosos e abarcaram mais poderes.

Os croatas se converteram ao cristianismo a partir de 678, quando o papa era Agaton, e mantiveram sua fidelidade ao catolicismo ao longo de sua História. No século VIII, os croatas fundaram dois principados: o da Croácia Litorânea e o da Croácia nórdica acompanhando o rio Sava. O período do principado croata dura de 791 a 924 com a unificação de vários ducados.

Em 810, o duque Borna ganha o título de 'dux Dalmatie atque Liburnie' como governante da Croácia litorânea; Já o ducado croata do rio Sava foi comandado por Ljudevit Posavski, com sede na cidade de Sisak.

² MALCOLM, Noel. *Bosnia, a Short History*, apud Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à "Balcanização"*, FFLCH-USP, 2005, p.16

Em 852, Trpimir funda a dinastia Trpimirović e concedeu a igreja de São Jorge ao arcebispado da cidade litorânea de Split. Nesse evento, Trpimir se auto-intitula duque da Croácia (dux Chroatorum).

Em 18 de setembro de 887, em uma batalha marítima no Adriático dalmatino, próximo a Makarska, os croatas venceram os venezianos, cujo líder, o dodeghe Pietro Candiano, foi morto em combate. Desde então, para garantir seu comércio e navegação tranquila ao longo do litoral croata, os venezianos passaram a pagar impostos ao soberano da Croácia litorânea – o duque Branimir.

A partir de 925, tem início o período do reinado croata, quando o duque Tomislav unificou os ducados croatas (do litoral e do rio Sava) e coroou-se rei de todos os croatas.

Em 1097, o último rei croata, Petar Svačić, morreu resistindo a invasão dos húngaros. Em 1102, os croatas reconhecem o rei húngaro Koloman também como autoridade máxima na Croácia. Os croatas estariam isentos de impostos, desde que cada nobre croata enviasse por sua conta, em caso de guerra, um mínimo de dez cavaleiros para lutar ao lado das tropas húngaras até o rio Drava.

1.2 OS CROATAS CONTROLADOS POR BIZÂNCIO, HUNGRIA, VENEZA E TURQUIA

Em 1189, o soberano da Bósnia – Kulin – concedeu à cidade comercial de Dubrovnik livre circulação para comercializar com a Bósnia sem a obrigatoriedade de impostos. Isso contribuiu para o aumento da população de croatas na Bósnia. Dubrovnik era a mais promissora cidade do litoral croata, que desenvolveu atividades comerciais com o interior da Croácia; com o interior da Bósnia; com comerciantes venezianos; com comerciantes bizantinos. Dubrovnik gozava de considerável autonomia, ainda que pagasse determinados tributos a Bizâncio.

Fernand Braudel, da Escola dos Annales, afirmou que os bizantinos controlavam o mar Adriático, onde o comércio era realizado por Veneza que, por sua vez, beneficiava-se da intermediação de Dubrovnik com os transportadores de madeira, sal e trigo provenientes da Croácia e da Bósnia.³

Em 1204, as tropas da Quarta Cruzada ocuparam Bizâncio. Desde então, Dubrovnik deixou de se submeter ao Império Bizantino.

Em 1205, Dubrovnik passa a ser controlada pela hegemonia da República de Veneza, pagando-lhe um tributo anual até 1358. Durante esse período, os venezianos eram os governantes e arcebispos de Dubrovnik.

Em 1358, Dubrovnik é reconhecida como República pelas autoridades do reino húngaro, que cobrou dos croatas um tributo anual de 500 ducados até 1526.

Em 1409, Ladislav de Napole, diante de dificuldades para se sustentar no trono húngaro, entregou a Dalmácia aos venezianos por 100.000 ducados. Assim, a Dalmácia passou aos domínios de Veneza até a queda desta em 1797.

A Bósnia-Herzegovina durante grande parte da Idade Média foi controlada pelos croatas até o século XII, quando também foi anexada à Hungria. Em 1200, os bósnios formaram um reino próprio, cuja autonomia prevaleceu até a incorporação ao Império Turco em 1463.

³ BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. New York : Harper & Row, 1972

Sob o domínio turco, a maioria da população da Bósnia se converteu ao islamismo, livrando-se de impostos, perseguições e outros tipos de submissão, que acometiam as comunidades ortodoxas sérvias e católicas croatas, permanecidas na região. Noel Malcolm defende a Bósnia como detentora de uma história própria e não como um apêndice sérvio-croata.⁴

09 de setembro de 1493, aproximadamente 8.000 soldados turcos se deslocaram da Bósnia para pilhar as propriedades dos croatas que mobilizaram seu exército sob o comando de Emerik Derenčin. Os turcos foram vitoriosos, provocando a morte de muitos nobres e soldados croatas.

Em 1526, os croatas eram dominados por húngaros que, por sua vez, eram dominados pelos austríacos, e todos estes povos cristãos se comprometeram a defender o império habsburgo do avanço turco. O domínio dos magiares (húngaros) sobre os croatas foi interrompido pela ocupação turca entre 1526 e 1699.

Em 1527, parte da nobreza croata nomeou Ferdinando I, da dinastia austríaca dos Habsburgos como rei da Croácia. No ano anterior, as forças cristãs, sob o comando do exército habsburgo, proporcionaram sua vitória sobre os turcos na batalha de Mohács. Então, tchecos e húngaros já haviam reconhecido Ferdinando I como rei de suas terras.

22 de junho de 1593, o pachá da Bósnia – Hasan Predojević – investiu uma nova incursão turca em solo croata, tentando tomar a cidade de Sisak, mas não conseguiu. Seguiu-se um período de várias décadas sem que os turcos tentassem derrotar os croatas.

⁴ MALCOLM, Noel. *Bosnia, a Short History*, apud Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à "Balcanização"*, FFLCH-USP, 2005, p.22

1.3 A CROÁCIA NO IMPÉRIO HABSBURGO ATÉ 1848

Em 1671, a tendência do palácio de Viena em centralizar e germanizar os povos sob o controle do império hasburgo causou a revolta das autoridades húngara e croata. Dentre os nobres croatas, destacaram-se Petar Zrinski e Fran Krsto Frankopan. Estes não receberam a esperada ajuda que pediram à França, Polônia e Turquia. Mesmo assim, os revoltosos se prepararam para um levante armado na Croácia. Quando o palácio de Viena tomou conhecimento de tal ação, o imperador Leopoldo I ordenou a repressão aos revoltosos e morte aos seus líderes.

Em 1779, o palácio de Viena concedeu uma função secundária para a Hungria, inserida no Império Habsburgo com a incumbência de neutralizar ações nacionalistas dos eslavos, estabelecendo uma governança conjunta entre húngaros e croatas. Esse contexto geopolítico do império habsburgo se mantém até as revoluções nacionalistas de 1848.

O historiador húngaro Lazlo Szalay levantou registros de Rijeka (cidade portuária do litoral norte croata) enquanto principado independente com seu próprio governo até a segunda metade do século XVIII, quando a imperatriz Maria Tereza, aconselhada por seu filho José, delegou o controle administrativo de Rijeka à Hungria.⁵

Outro fato atribuído a Maria Tereza, desta vez, levantado pela classe intelectual sérvia, consiste num pacto que Maria Tereza assumiu em remunerar e conceder terras aos sérvios que desejassem se estabelecer na Krajina⁶, desde que eles defendessem militarmente o território cristão da tentativa de penetração dos turcos.

⁵ MILUTINOVIĆ, Kosta. *Štrosmajer i jugoslovensko pitanje*. Novi Sad: Institut za izučavanje istorije Vojvodine, 1976. [MILUTINOVIC, Kosta. *Strosmajer e a questão iugoslava*. Novi Sad: Instituto de pesquisa da história da Voivodina, 1976] p.153

⁶ Fronteira militar sustentada pelo império habsburgo para conter o avanço turco.

Fonte: 448 x 397 – 53 K – jpg – www.adrialin.com/pics/senj/senj_karte.jpg

Acompanhando acontecimentos mais recentes, notamos que a presença de sérvios na Krajina dificultou a missão da ONU e forças militares da OTAN, durante a guerra de desintegração da Iugoslávia nos anos 90, já que não é fácil determinar um critério para dividir as propriedades secularmente pertencentes às comunidades aldeãs de sérvios estabelecidos na região da Krajina ⁷, para separá-los dos croatas.

Segundo Dejan Mihajlović, ⁸ nos dias de hoje, croatas discriminam os sérvios, boicotando sua colocação no mercado de trabalho, e ameaçando usar de violência, para que os sérvios vendam suas propriedades nas aldeias do cinturão da Krajina e migrem para a Sérvia. Na Slavônia (nordeste da Croácia), muitas corretoras de imóveis se beneficiam comprando imóveis dos sérvios a preços irrisórios.

⁷ 12% da população (6.000 sérvios) habitavam Knin – principal cidade da Krajina – durante a Ex-Iugoslávia.

⁸ natural de Novi Sad – Sérvia. Atualmente é professor de Sociologia da Universidade de Monterrey- México.

Yugoslavia: A Country Study

Source: Based on information from United Kingdom, Admiralty, Naval Intelligence Division, *Yugoslavia, 2: History, Peoples, and Administration*, London, 1944, 20.

Figure 2. Military Frontier Province Between the Habsburg and Ottoman Empires, ca. 1600-1800

Fonte: (www.srpska-mreza.com/library/facts/krajina-map.jpg)

Em 1790, no parlamento húngaro-croata em Buda (capital húngara), representantes da assembleia croata lá foram enviados para energicamente rechaçar a intenção húngara de oficializar a língua húngara na Croácia. Os croatas defendiam a posição de manter o latim utilizado nas instituições públicas na Croácia para, dessa forma, evitar que esta nação eslava fosse germanizada, ou maguearizada. Os croatas enviados à capital húngara foram: o bispo de Zagreb – Maksimiliano Vrhovec; o prefeito de Zagreb – Nikola Skrelec; o governador croata – Ivan Erdödy, o qual defendeu a autonomia croata em regime federativo, e a igualdade de direitos entre croatas e húngaros.

Em 1797, com o término da hegemonia de Veneza no Adriático, a Dalmácia passa a reivindicar sua unificação com a província croata, a qual era uma espécie de quintal da Hungria, por sua vez, subjugada ao império austríaco.

Em 31 de janeiro de 1808, como consequência das investidas imperialistas de Napoleão Bonaparte, a República de Dubrovnik foi extinta pelo general francês Marmont.

Napoleão permitia a manifestação cultural nas províncias conquistadas. Tirando proveito disso, os croatas e eslovenos articularam uma integração de cunho nacionalista que se remetia à preservação das tradições de um passado coletivo. Assim, em 1809, foi criado o movimento ilírio. Em 1836, o ilirismo ganha força revolucionária de renascimento nacional sob a liderança de Ljudevit Gaj. Os croatas reclamavam a soberania sobre o solo em que habitavam, argumentando que deram continuidade ao legado dos ilírios que habitavam aquele espaço inserido no Império Romano. A revolução de costumes é um elemento cultural: Uma prática do referido movimento ilírio, que comprometeu a cultura local, foi massificar o uso da variante štokavski da língua sérvio- croata, em detrimento dos dialetos: kaikavski e tchakavski. Trata-se de uma sobreposição de tradição cultural com a intenção política de unificar os eslavos- do- sul.

“O schtokavski é o idioma dos sérvios, também falado na Bósnia e Herzegovina. O tchakavski é falado na Croácia – sobretudo na região de Varaždin. O kajkavski é falado na Croácia e no norte e oeste da Bósnia. Estes dialetos chegaram a desenvolver versões cultas. O grande apóstolo croata do ilirismo, Ljudevit Gaj (1809–1872), embora falasse e escrevesse originalmente em croata kajkavski, mudou seus próprios escritos para o schtokavski em 1838, com o objetivo de sublinhar a unidade básica dos eslavos-do-sul, embora fosse escrita em caracteres romanos pelos católicos croatas e em caracteres cirílicos pelos sérvios ortodoxos.”⁹

O ativista político Josip Strossmayer, bispo de Djakovo – Croácia, conscientiza-se da necessidade de difundir ideias de um futuro Estado nacionalista sul-eslavo, e passa a liderar as camadas populares a partir de instituições educacionais, instituições eclesiásticas e partidos políticos na 2ª metade do século XIX, instrumentalizando-se de um programa de formação do Estado-Nação iugoslavista que pudesse garantir autoridade aos povos eslavos para decidir o destino do espaço habitado por eslavos nos Bálcãs.

Teoricamente, tal Estado iugoslavista estaria embasado nas camadas populares. O povo é instrumento de ocupação de território. Neste caso, não é o Estado que constrói o povo, mas sim as instituições culturais que se apropriam do poder que emana do povo para construir seu próprio Estado, em contra-posição ao império estrangeiro que o domina. O Império austro-húngaro perdeu seu território colonizado após a 1ª Guerra Mundial. Se o Império Habsburgo tivesse aculturado os croatas a ponto de assimilarem a identidade germânica, então teríamos o caminho inverso: O Estado austríaco teria sido bem sucedido em expandir a identidade germânica (o Estado construindo o povo), e consequentemente o território germanizado.

⁹ BANAC, Ivo. *The National Question in Yugoslavia: Origins, History, Politics*. Londres: Itaca, 1984, p.81

*“O advento do nacionalismo num sentido propriamente moderno esteve ligado ao batismo político das classes inferiores. (...) Embora por vezes avesso à democracia, os movimentos nacionalistas sempre foram de perfil populista e tentaram conduzir as classes inferiores à vida política. Na sua versão mais característica, ele assumiu a forma de uma liderança intelectual e de classe média descontente, tentando despertar e canalizar as energias populares em favor dos novos Estados.”*¹⁰

Quem não tem programação política não está inserido nos circuitos das ações, e passa a ser manipulado por grupos que impõem seu pensamento político. As tradições inventadas têm a pretensão de especificar ideias nacionalistas. As histórias exclusivistas apresentam algo em comum: Buscar (inventivamente) no passado uma continuidade representativa que legitima uma especificidade local. O comum é o procedimento político que está por detrás disso. Exemplo disso foi o movimento ilírio, referido anteriormente neste trabalho.

*“... as esferas da cultura e da ideologia ganham destaque, pois qualquer governo para se manter necessita de uma base de consenso, e este é edificado no plano das ideias. Os valores difundidos, uma vez assimilados, tornam-se forças sociais objetivas que movimentam o universo da política. A hegemonia é, assim, a conquista do poder com uma base da legitimação. As rupturas revolucionárias ocorrem na crise da hegemonia, na perda de sua legitimação. (...) A conquista da hegemonia se substantiva, assim, no movimento da sociedade civil, no jogo de relações entre os diferentes sujeitos. As trocas aí estabelecidas são fundamentalmente culturais.”*¹¹

¹⁰ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.85

¹¹ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988, série: “Linha de Frente”, p. 65, 66

1.4 NACIONALISMO ESLAVO E O FIM DO IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO

É preciosa a contribuição apreendida de Benedict Anderson, referente à indiscutível iniciativa dos Estados para imaginar nações. Um trecho de sua fala lançou-nos à seguinte reflexão:

*“... os censos, mapas e museus conformaram a maneira como o Estado imaginava seu domínio, a natureza dos seres por ele governados e a geografia de seu território (e, portanto a legitimidade em relação ao passado). Juntos eles criaram realidades unificadas, por mais distintas que fossem; categorias raciais claras em territórios onde os grupos se misturavam e fundiam; histórias sequenciais e lógicas; mapas e fronteiras fixos. Os censos, mais que espelhar, construíram realidades claras e rígidas, permitindo prever políticas para essas populações devidamente imaginadas.”*¹²

À época do imperador austríaco José II (início dos anos 40 do século XIX), os húngaros expressaram abertamente que o domínio da cidade portuária de Rijeka lhes possibilitaria saída para o mar e ampliar o território da ‘Grande Hungria’, desde os montes Carpatos até o mar Adriático. Com vistas a isso, exercendo a função de ministro das finanças, Lajos Kossuth trabalhou intensamente no sentido de exportar as mercadorias da Hungria através do porto de Rijeka, passando por Viena e Trieste. Na seção do conselho ministerial e do parlamento húngaro, Kossuth insistiu na construção da estrada de ferro Vukovar-Rijeka.¹³ Provém de Kossuth, a famosa expressão, referindo-se à Grande Hungria, usada até a ruína do império austro-húngaro (1918): *“Tengerre magyar!”* (“Para o mar, magiares !”)

¹² ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.14, 15

¹³ MILUTINOVIĆ, Kosta. *Štrosmajer i jugoslovensko pitanje*. Novi Sad: Institut za izučavanje istorije Vojvodine, 1976. [MILUTINOVIC, Kosta. *Strosmajer e a questão iugoslava*. Novi Sad: Instituto de pesquisa da história da Voivodina, 1976] p.148

O ban Jelačić ¹⁴ combateu esta investida dos húngaros. Enviou seu vice, Josip Bunjevac, com 1000 soldados de fronteira, para entrar em Rijeka e ocupar a cidade em 1/09/1848. Os partidários húngaros, chamados ‘hungaresi’, que na maioria eram italianos e descendentes favoráveis à unificação direta de Rijeka com a Hungria, não resistiram ao poder instaurado. O então novo imperador austríaco, Francisco José, ao ocupar o trono, nomeou o ban Jelačić também como governador de Rijeka, em 2/12/1848. Na nova ordem governamental, formalizada 4/03/1849, a Hungria não obteve sua pretensão no litoral Adriático. O historiador Ferdo Šišić destaca: *“Nesse momento, Rijeka se tornou da Croácia no sentido geográfico e na prática.”* ¹⁵

Na cidade de Zagreb, há uma estátua de Jelačić apontando sua espada em sentido à Húngria, representando a expulsão do exército húngaro até seu lugar de origem.

Segundo Rosdolsky, Prússia, Áustria, Hungria e Polônia, mediante promessas de reforma agrária, ganhavam a confiança dos povos ahistóricos (aqueles desprovidos de Estado próprio). Os dirigentes políticos croatas por décadas alimentaram, em vão, o sonho de que a Áustria pudesse delegar-lhes mais poder, em regime federativo. Para Rosdolsky, esta questão dos eslavos meridionais gira em torno da libertação de massas camponesas do jugo feudal, pois a casa dos habsburgos ainda representava o interesse feudal muito mais que o burguês. ¹⁶ No século XIX, enquanto a Áustria brigava com os turcos, ela deveria quebrar o poder da nobreza e se converter num moderno Estado burguês, o qual não resultaria simples sem antes fomentar as manufaturas do capitalismo, o comércio e o sistema moderno de transporte.

¹⁴ Ban: encarregado do imperador para administrar a Croácia, cujo status social equivale a duque

¹⁵ MILUTINOVIĆ, K. *Štrosmajer i Jugoslovensko pitanje*, Novi Sad: Institut za izučavanje istorije Vojvodine, 1976. [MILUTINOVIC, Kosta. *Strosmajer e a questão iugoslava*. Novi Sad: Instituto de pesquisa da história da Voivodina, 1976] p.148

¹⁶ ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el problema de los “pueblos sin historia”* (*La cuestión de las nacionalidades en la Revolución de 1848 – 1849 a la luz de la ‘Neue Rheinische Zeitung’*). Ciudad de México: Pasado y Presente, 1980, trad. Conrado Ceratti. Ensayo originariamente publicado en Archiv für Sozialgeschichte: Friedrich Engels und das Problem der “geschichtslosen” Völker (Die Nationalitätenfrage in der Revolution), por la Verlag für Literatur und Zeitgeschehen Hannover: 1964, vol. IV., p.103

A conquista colonizadora é um processo de formação de território, mas não significa necessariamente uma formação de identidade. Esta só se consolida com o adensamento do povo. No território multiétnico do império habsburgo, além dos seus habitantes falarem o tcheco, o sérvio, o esloveno, por exemplo, em seus respectivos espaços habitados, havia a necessidade obrigatória de todos os colonizados falarem alemão, mas não se formou uma identidade germânica. Os povos dominados articularam estratégias para fazer valer seus interesses, encontrando seus motivos na língua, na literatura, nas tradições folclóricas e em outros costumes.

Os populistas croatas reivindicavam que sua assembleia, alternadamente, fosse sediada em Zagreb (capital da Croácia), Osijek (capital da Slavônia), Rijeka (principal cidade portuária do litoral norte adriático) e Zadar (na Dalmácia), para manifestar, também dessa forma, a união destas regiões. Os imperialistas húngaros, encabeçados por Kossuth, em 1848, teoricamente, reconheciam o princípio da autodeterminação nacional, mas, na prática, insistiram no fato de excluir Rijeka da Croácia, e incorporá-la, com todos os distritos adjacentes, à Hungria. Suas metas eram: ‘1ª – *Rijeka sob domínio húngaro*; 2ª – *Área marítima maguear*.’¹⁷

Quem detinha o controle sobre o território habitado por croatas (subdividido em 3: A Pequena Croácia em torno de Zagrebe, a Dalmácia, que é a costa oriental do mar Adriático e a Slavônia, planície entre o sul da Hungria e o norte da Bósnia) era o Império austro- húngaro. Por aí se vê que territorialidade de uma comunidade e soberania Nacional não equivale a território e soberania Estatal. Falar em Estado é remeter-se ao controle sobre território. Onde há conquista territorial há colonização. O império austríaco subordinava a população local que persistia em reivindicar seu governo autônomo, sua soberania nacional legitimada pela produção do espaço em que habitava preservando suas tradições (territorialidade), mesmo não compondo um Estado independente, ou seja, sem dispor de soberania política.

¹⁷ MILUTINOVIĆ, Kosta. *Štrosmajer i jugoslovensko pitanje*. Novi Sad: Institut za izučavanje istorije Vojvodine, 1976. [MILUTINOVIC, Kosta. *Strosmajer e a questão iugoslava*. Novi Sad: Instituto de pesquisa da história da Voivodina, 1976], p.148

Tanto é assim, que por várias vezes os políticos nacionalistas croatas tentaram unificar estas 3 províncias, mas foram impedidos pelos húngaros e austríacos. Esses dados respondem à pergunta: Só se tem território se tal território é soberano? O título de soberania que sérvios e croatas imputaram a si mesmos se aplicava em termos de legado comum de história coletiva, liberdade ao culto religioso (católicos-croatas; ortodoxos- sérvios e montenegrinos sob o protetorado da Rússia ortodoxa), uso da língua materna eslava, vestuário e preservação de tradições folclóricas, mas território soberano implica dizer que tal território está independente, isto é, não dominado por outro (na plenitude de Estado soberano).

Dois historiadores alemães, Herman Wendel e Johan Albert Reiszitz pesquisaram nos arquivos da Prússia, Áustria, Croácia e Sérvia, dados sobre as

guerras da Áustria contra a Prússia, e desta contra a França. Eles constataram que a ideia de empurrar a Sérvia na guerra de 1866 contra a Áustria partiu do chanceler da Prússia- Bismarck, cujo plano era ligar a pequena semi-vassala nação danubiana na frente balcânica contra a monarquia habsburga numa ação conjunta com a Hungria e com a Croácia, inclusive promovendo revoltas contra a Áustria na Krajina –fronteira militar entre os impérios: turco e austríaco. Bismarck teria encarregado o líder nacionalista italiano, Garibaldi, com seus voluntários e com os húngaros emigrantes que habitavam na Itália, a adentrar na Dalmácia, e chegar à Hungria através da Croácia.¹⁸

A Prússia saiu em defesa do povo alemão muito mais como um pretexto para a Prússia pressionar Francisco José a acatar os interesses de expansão de Bismarck. Isso mobilizou a Áustria em duas frentes: ao norte, na fronteira com a Prússia, e no sul, na fronteira com a Itália. No transcorrer da guerra, formou-se também uma legião de voluntários húngaros, constituída, em sua maioria, de presidiários húngaros, mas portando a bandeira da Prússia e inseridos nos regimentos prussianos. Já nas trincheiras italianas, houve a tentativa de formar uma legião de voluntários eslavos poloneses - insatisfeitos com a monarquia habsburga. Os poloneses seriam comandados pelo escritor revolucionário pró-eslavo, Adam Mickiewicz, quem desejou engajar inclusive outros eslavos explorados pela Áustria. Mas os líderes de Piemonte e Lombardia não aceitaram esta proposta por desconfiarem dos eslavos-do-sul.¹⁹

A Áustria perdeu território pelas unificações da Alemanha e da Itália. Berlin persuadiu o palácio de Viena a assinar a Nagodba, quer dizer um ‘acordo austro-húngaro’, referente à divisão das esferas de interesse entre Viena e Peste. Tal acordo é chamado por Eric Hobsbawm de ‘compromisso’ de uma monarquia dual; Benedict Anderson trata pelo termo: *Ausgleich*, salientando a autonomia bastante considerável do reino húngaro para conduzir os seus assuntos internos:

¹⁸ MILUTINOVIĆ, Kosta. *Štrosmajer i jugoslovensko pitanje*. Novi Sad: Institut za izučavanje istorije Vojvodine, 1976. [MILUTINOVIC, Kosta. *Strosmajer e a questão iugoslava*. Novi Sad: Instituto de pesquisa da história da Voivodina, 1976], p.72

¹⁹ BATOWSKI, H. *Mickiewicz i Južni Slaveni: Historijski zbornik*. Zagreb: Povjesno Društvo Hrvatske, 1956, p.69-81

O cônego e historiador croata, Franjo Rački, considerava que, se a Áustria tivesse adotado o regime federalista, perduraria por mais tempo sua hegemonia nos Bálcãs. O acordo dualista com a Hungria não contemplava os reclamos sociais, e o palácio de Viena passou a aceitar incondicionalmente as determinações de seus comparsas húngaros em detrimento dos eslavos-do-sul. Consequentemente, os eslavos não seriam mais iludidos pelas promessas de federalismo. A partir de 1867, Strossmayer, Rački e os revolucionários da Dalmácia planejaram novas estratégias: investiram no confronto armado e articularam maior aproximação entre os povos colonizados que compunham o poliglota território habsburgo, cada vez mais articulados e avessos ao absolutismo.

Em 1871, Eugen Kvaternik organizou uma revolta armada na localidade de Rakovica, para alcançar a independência da Croácia. Porém, Kvaternik e mais dois líderes da revolta foram assassinados em uma emboscada. Após isso, outros dez revoltosos foram julgados e condenados à pena de morte pelo tribunal criminal da Áustria-hungria.

Na Croácia do século XIX, a autoridade era dos áustro- húngaros. Na futura União Europeia, a Croácia poderá disfrutar da autoridade territorial como Estado soberano?

1.5 UNIÃO DA SÉRVIA, CROÁCIA E ESLOVÊNIA ATÉ A 2ª GUERRA MUNDIAL

Mesmo que a meta do desenvolvimento não tenha homogeneizado as pessoas em nível econômico e na sua participação política equitativa, a etnia que povoa um território legitima seus limites.

O ato político de articular nacionalismos não é exclusividade do Estado, mas devemos reconhecer que os agentes políticos, detentores da máquina estatal ou não, só conseguem impor seu projeto nacionalista quando controlam o poder de Estado.

A composição da Iugoslávia teve poucas possibilidades de homogeneizar uma identidade patriótica dado o seu caráter periférico (“do Sul”), cuja política destoava do sistema mundo que ainda vigora, a pesar de Immanuel Wallerstein reiteradamente afirmar que o capitalismo esteja em processo de colapso (in: “Após o liberalismo”, 1995). A universalização implica ilusão de desenvolvimento. Havia desigualdades no desenvolvimento econômico e na distribuição de cargos importantes de poder entre as ex- repúblicas iugoslavas.

Outra preocupação, ao longo da auto-determinação dos povos eslavos periféricos diz respeito ao tamanho territorial de sua nação, que é prerrogativa relevante para se reivindicar um Estado independente. É mais plausível que essa seja uma das razões mais fortes, pela qual a Croácia tenha aceitado integrar seu espaço à Sérvia e à Eslovênia em 1917, do que acreditar que a união desses povos tenha sido consequência determinante das grandes potências.

Wallerstein se refere à autodeterminação dos povos concedida pelas potências, caracterizando uma ação exógena.²⁰ Mas se não fosse exitoso todo o processo de integração política dos eslavos-do-sul, unidos e engajados na luta comum pela libertação nacional nas duas guerras mundiais e nas guerras contra os turcos no século XIX, as potências europeias teriam dividido entre si os espólios territoriais desses povos balcânicos, se estivessem desarticulados.

²⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.118

A geografia explica o uso do espaço e deve analisar como chegou cada forma e cada relação das sociedades com seu espaço. A forma do espaço é construída de acordo com uma funcionalidade. Há que se ler a Croácia do século XIX pela sua forma de província ocupada. Os croatas procuraram valorizar o seu espaço para que viesse a funcionar de forma autônoma no Império austro-húngaro.

O projeto de nação do bispo Strossmayer foi territorializador, pois ele concebia que não era suficiente produzir espaço apenas nos limites croatas, na pretensão de formar um Estado soberano. Os croatas-ideólogos da identidade iugoslavista sentiam que era imprescindível a integração com os territórios habitados por outros eslavos (Sérvia, Montenegro, Eslovênia, Bósnia), assumindo um caráter territorializador mais amplo e representativo possível. Isto é, a investida iugoslavista está contida no território e é formadora de territorialidade.

No último ano da Primeira Guerra Mundial, o presidente americano, Wodrow Wilson, propôs os 14 Pontos para a Paz. O conteúdo desta proposta se enraizava nas revoluções Britânica, Francesa e Estadounidense. Desejava apontar uma solução para o Império Áustro-Hungaro, caso pretendesse se federalizar e construir o sonho de uma sociedade das nações.

Uma vez formado o Reino da Sérvia, Croácia e Eslovênia, com a assinatura do Tratado de Corfou, em julho de 1917, o rei sérvio - Pedro I – da dinastia Karadžorđević - já encarava os croatas e eslovenos com receio, porque ele os via como militares da Áustro-hungria. Pairava uma “síndrome europeizante”, nas próprias palavras de um importante político croata da época, Etienne Radić:

“Nossa orientação na direção da Hungria nos faz federalistas para que não nos submetamos de forma alguma aos Bálcãs, extensão da Ásia. Nosso dever é europeizar os Bálcãs e não balcanizar croatas e eslovenos” ²¹

²¹ FERON, Bernard. Iugoslávia - A Guerra do Final do Milênio: das origens do conflito aos bombardeios da Otan, Coleção Le monde, Ed LO&m, 1999. Apud Moacir Nunes e Silva, Mestrado: Da Balcanização à “Balcanização”, FFLCH-USP, 2005, p.30

A História nos ajuda a compreender porque, recentemente, a Alemanha reconheceu a Croácia como Estado independente da Iugoslávia.

Em agosto de 1992, o periódico *Die Welt Am Sonntag*, propriedade do magnata da imprensa alemã, Axel Springer, publicou:

*“Toda política anti Croácia, anti- Bósnia é, na realidade, anti-Alemanha; a criação da Iugoslávia depois da Primeira Grande Guerra tinha como objetivo criar um bastião anti- alemão no sudeste da Europa, apoiando-se nos sérvios. Portanto é natural que os alemães apoiem seus antigos aliados, os croatas.”*²²

Em 1920, uma legião de integrantes do partido camponês croata, liderado por Stjepan Radić, deixa de reconhecer a autoridade monárquica sérvia. Em 07 de dezembro desse ano, o partido camponês se posiciona como organizador de uma resistência política que pleiteava a independência da Croácia.

A hegemonia sérvia ficou mais uma vez evidenciada na constituição de 1921, levando a uma indisposição com o partido croata, sob a liderança de Radić. Em 1928, na sessão do parlamento, um deputado montenegrino disparou contra cinco croatas, matando Radić. Alexandre I, filho de Pedro I, utilizou o evento como álibi, a fim de suspender a constituição, implantando uma ditadura, em 1929, quando o reino dos sérvios, croatas e eslovenos passou a se chamar Iugoslávia. O rei substituiu 35 unidades territoriais por 9 regiões, passando a ser administradas por governadores biônicos, escolhidos por ele.

Em 1931, dos 116 generais em atividade, havia 1 croata e nenhum esloveno. Dos 1508 alunos da escola militar, havia 140 croatas e 50 eslovenos. No Ministério do Interior, existiam 127 funcionários sérvios num total de 135. Na pasta da justiça eram 116 sérvios para 137 postos e no Ministério das Relações Exteriores, havia 180 sérvios num total de 219 funcionários.²³

²² Moacir Nunes e Silva, Dissertação de Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, São Paulo: FFLCH-USP, 2005, p.76

²³ FERON, Bernard. Iugoslávia - *A Guerra do Final do Milênio: das origens do conflito aos bombardeios da Otan*, Coleção Le monde, Ed LO&m, 1999. Apud Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, FFLCH-USP, 2005, p.31

Distribuição de cargos e vagas, segundo a situação étnica (1931).			
Instituição	Total	Sérvios	%
Exército	116	115	99,1
Ministério do Interior	135	127	94,1
Escola militar	1508	1318	87,4
Pasta da Justiça	137	116	84,7
Ministério das Relações Exteriores	219	180	82,2
Adaptado pelo autor, conforme dados levantados por Bernard Feron em sua obra <i>Iugoslávia: A Guerra do Final do Milênio</i> . Apud Moacir Nunes e Silva, Dissertação de Mestrado: <i>Da Balcanização à "Balcanização"</i> , São Paulo: FFLCH- USP, 2005, p.30			

Diante de sua exclusão na participação do aparelho Estatal, os croatas, organizados por Ante Pavelić, exploraram os ânimos pouco amistosos, enaltecendo métodos fascistas em sua organização denominada Ustasche. Refugiado na Itália, Pavelić articulou o assassinato do rei Alexandre em 1934.

Em 1941, Alemanha, Itália e seus colaboradores atacaram e ocuparam o reino iugoslavo. Mesmo que fossem marionetes nas mãos dos nazistas, os croatas-ustaches aproveitaram tais circunstâncias para criar, durante a 2ª Guerra, o N.D.H. -Nezavisna Država Hrvatska [Estado Independente Croata]. Segundo o professor sérvio da Universidade de Monterrey, Dejan Mihajlović, o líder ustaš, Ante Pavelić, reivindicou a posse de Srem (região noroeste da Sérvia) e parte da Bósnia-Herzegovina, onde habita um expressivo percentual de croatas.

Pavelić acabou incorporando a Bósnia-Herzegovina, cedeu a Dalmácia à Itália, retalhou a Eslovênia, ficando o norte com os alemães e o sul com os italianos. Voivodina foi incorporada à Hungria. Porções da Macedônia e Kosovo se tornaram possessões italianas; a outra parte da Macedônia foi para a Bulgária; Montenegro tornou-se um protetorado italiano. Além disso, os ustaches foram responsáveis por 150 mil execuções no campo de concentração de Jasenovac (Slavônia), amontoando em uma enorme vala os corpos de sérvios, ciganos e

judeus. Após o conflito, parte desses ustaches incorporou as brigadas partisans junto ao Tito, livrando-se da pena dos crimes de guerra julgados pelo tribunal de Nuremberg.²⁴

Bertrand Badie lembra que o “*Estado Independente da Croácia*”, assim proclamado 10/04/1941 por Ante Pavelić e pelo Partido Ustache, colaborou com o nazismo ao expurgar judeus, ciganos e sérvios, por conversão, expatriação, ou morte. Badie acrescenta que em junho do mesmo ano, o projeto de Stevan Moljević propunha a constituição de uma Sérvia nos seguintes termos:

‘homogênea’ sobre ‘todos os territórios étnicos onde vivessem os sérvios’, bem como a ‘expulsão e a permuta das populações, principalmente croatas, dos territórios sérvios e de sérvios dos territórios croatas.’ Frente a isso, o movimento dos tchetniks, de Draža Mihajlović, propôs a “limpeza das cidades”, criando uma ‘Sérvia etnicamente pura’, aplicando a tradição turca de degolar o inimigo.’²⁵

O regente Paulo (sérvio) herdou o trono da Iugoslávia, nitidamente configurado como um país débil, no contexto da eclosão da 2ª guerra Mundial. O general Simović formou um governo pró-britânico e um tratado de amizade com a União Soviética, ambos em 1941, objetivando conter a hostilidade alemã. Contudo, após 12 dias da assinatura do pacto com os russos, os alemães invadiram Belgrado, forçando a emigração do rei Paulo para Londres.

²⁴ ČUBELIĆ, Tomo & PLAVIČEVIĆ, Dragutin. *Povijest*, p.132. Apud Norma Marinovic Doro, *A imigração iugoslava no Brasil*. Tese de doutoramento, Departamento de História (Área de História Social) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987, p.198

²⁵ BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p.134

MAPA ÉTNICO DA EX-IUGOSLÁVIA (2008)

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: Le Monde Diplomatique: <http://mondediplo.com/maps/yugoslaviamdvd49>

15 de maio de 1945, outra parte do exército ustache e milhares de civis, que não aceitavam a vitória de Josip Broz (denominado marechal Tito, líder dos partizans – de tendência socialista), retiraram-se rumo à Áustria para se entregarem aos aliados ocidentais, mas foram barrados, em Bleiburgo, pelo exército britânico que os entregou às forças partizans. Centenas de croatas que lutaram contra as forças partizans foram mortos em campos de concentração mesmo após o término da Segunda Guerra Mundial.

Andrija Hebrang, líder croata, ex-ministro do governo iugoslavo no período entre-guerras, que lutou contra o fascismo (1941 – 1944) morreu em 1949, preso em Belgrado, sem qualquer divulgação de como morreu e onde foi enterrado. Sabe-se que Hebrang era defensor dos interesses do povo croata, favorável à criação do Estado croata independente, e que se posicionava enfaticamente contra a política dogmática da cúpula comunista iugoslava.

Os croatas radicais que defendiam a “pureza” de sua nacionalidade continuaram a discriminar os sérvios, considerando-os herdeiros do “primitivismo turco”. A Croácia era a república da ex-Iugoslávia que contava com o litoral mais extenso. Já a Sérvia, mesmo não dispondo de litoral marítimo - efetivava a maioria de seus oficiais em toda a marinha iugoslava. Isso exemplifica as incoerências que levaram a uma insatisfação que pôs fim à primazia sérvia sobre as demais nacionalidades constituintes da federação.

A hegemonia do poder dentro de um território heterogêneo provoca ações dissidentes que passam a reivindicar a criação de um novo Estado. Tal consideração se encaixa também na Geórgia, Bolívia, Oriente Médio, China e outras localidades.

1.6 A REPÚBLICA CROATA NO FEDERALISMO SOCIALISTA IUGOSLAVO

Depois da Segunda Guerra Mundial, Belgrado realizou um grande esforço a fim de desenvolver a indústria pesada nas repúblicas mais pobres da Iugoslávia. Por outro lado, líderes da Eslovênia e da Croácia repudiavam a forma como estavam sendo desestimulados, uma vez que muitas fábricas criadas no sul eram meras duplicações das existentes na porção setentrional, além de outras que eram nitidamente antieconômicas, criadas a partir de decisões que favoreciam os sérvios. Croatas e eslovenos alegavam que o tremendo esforço de desenvolvimento do sul absorvia enorme quantidade de recursos do norte, cujas pequenas e médias fábricas eram mais rentáveis e racionais que os megaprojetos meridionais.

Na nova constituição socialista de 07 de abril de 1963, as repúblicas nacionais que integravam a Iugoslávia foram obrigadas a trocar o nome 'nacional' por 'socialista'. Assim, a República Nacional Croata foi denominada República Socialista Croata.

No período da Iugoslávia socialista, comandada pelo marechal Tito, a Croácia detinha 25% da produção de riquezas. O litoral auferia US\$ 6 bilhões ao ano, competindo com Itália e Espanha a preferência do turismo mediterrâneo. A Croácia possuía 23% das terras agricultáveis, exportava excedentes de trigo e milho para as repúblicas mais secas do sul. Contava ainda com a central nuclear de Krsko e uma capacidade de refino 4 vezes superior à sua demanda em produtos derivados do petróleo, por isso abastecia outras repúblicas iugoslavas, como Montenegro e Macedônia. Contudo, não era auto-suficiente em energia, suprimo seu déficit com importações da Bósnia, da Sérvia e da Itália.

Em 40 anos, a Croácia apresentou a maior taxa de crescimento da Iugoslávia, com destaque para a indústria têxtil, naval, química e mecânica, mas precisava importar matérias-primas, como cobre e zinco, da Bósnia, principalmente após a ruptura com a Sérvia.

No verão de 1971, Tito enfrentou problemas com a associação cultural *Matica Croata* (de caráter nacionalista para a preservação das tradições croatas) que mobilizou seus representantes na Voivodina e na Bósnia com o interesse de

ampliar o território controlado pela Croácia, ou mesmo a independência total. Os reformistas da *Liga Comunista de Zagreb*, posicionando-se contra a administração conservadora de Belgrado, deram seu apoio à *Matica* e exigiam maior retenção interna das cotas de produção na república; direito a contrair empréstimo direto no exterior; fundação de um banco e moeda croatas; criação de um exército de sua própria nacionalidade.²⁶

Em novembro de 1971, 3000 estudantes organizaram uma greve em apoio aos reformistas da Liga Comunista e contra o conservadorismo repressor. Três dias depois, já havia 30.000 estudantes unidos à greve em Split, Dubrovnik e Rijeka. Esta mobilização ficou conhecida como “Masovni Pokret” [“Movimento de Massa”]. Tito convocou a sessão da *Liga Comunista* para acionar uma política anti-distúrbio. A polícia anti-distúrbio tomou Zagreb e o exército federal foi autorizado a intervir. 11.800 pessoas foram presas, dentre elas Franjo Tudjman - ex-combatente partisan e general do exército - que, nos anos 90, passa a presidir a Croácia a partir da conquista de sua independência da ex-Iugoslávia.²⁷

O marechal Tito centralizou o poder em suas mãos procurando abafar as diferenças internas. Criou normas para entrecruzar as nacionalidades. Obrigou, por exemplo, que o serviço militar de um croata fosse realizado na Sérvia e vice-versa. Esse procedimento fez aumentar o número de matrimônios entre sérvios e croatas, cujos filhos tenderiam a assumir uma identidade “iugoslava”. Além disso, croatas tiveram a obrigatoriedade de aprender nas escolas o alfabeto cirílico. Outro procedimento imposto por Tito foi fragmentar a produção de diferentes peças de determinados segmentos industriais em distintas repúblicas, gerando uma interdependência entre as regiões do país. Neste caso, podemos concordar com Hardt e Negri ao afirmarem que “*se construiu um eclipse sobre as diferenças internas de uma população com a intenção de representá-la por uma raça, uma classe ou um grupo homogêneo*”.²⁸

²⁶ Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, FFLCH-USP, 2005, p.42

²⁷ Moacir Nunes e Silva, op. cit. p.43, 44

²⁸ HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.121

Raffestin acrescenta que em toda política de integração e de unificação existe uma vontade de apagar as diferenças, porque as resistências se engancham nessas diferenças que são obstáculos ao desenvolvimento de um poder total. Poder total e diferenças são incompatíveis.²⁹ Esta formulação se encaixa nas diferenças sociais que o marechal Tito tanto procurou apagar para desenvolver seu 'poder total' configurado no Estado socialista iugoslavo. Mas tais diferenças sociais voltaram a se acirrar após sua morte, resultando inevitável a desintegração entre os povos que formavam a ex-Iugoslávia. A mesma problemática de diferenças sociais é enfrentada pela União Europeia com relação aos movimentos separatistas que ocorrem dentro da Espanha, da Bélgica e de outros países.

²⁹ RAFFESTIN, Claude, *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 28

1.7 ESTADO CROATA INDEPENDENTE COM O FIM DA IUGOSLÁVIA

Na desintegração da ex-Iugoslávia (1991 a 2008), a hegemonia sérvia em relação aos demais eslavos-do-sul fez tremer, até ruir a insustentável integração das nacionalidades que a constituíam. Milošević destituiu a autonomia que gozavam as províncias Vojvodina e Kosovo, idealizando um projeto com a pretensão de reconstruir o poder da Grande Sérvia da primeira metade do século XIV, cujo território se estendia pelos Bálcãs até o estreito de Corinto - Grécia. Na guerra dos anos 90, milhares de refugiados sérvios, provenientes da Croácia e da Bósnia, estabeleceram-se na Vojvodina, aumentando aí o percentual da população sérvia e minimizando, ainda mais, as pretensões políticas e oportunidades de ascensão econômica dos cidadãos de outras nacionalidades: húngaros, croatas, russinos (estes últimos originários da Ucrânia). Isso só fez incitar, ainda mais, a tendência de separatismo político croata e esloveno.

Bertrand Badie considera que o esfacelamento iugoslavo foi consequência de frustrações econômicas e enfraquecimentos institucionais.³⁰ O capitalismo da Europa Ocidental é um sonho de consumo da população croata. Influência - de fora para dentro de um país - pela 'tendência do homem se comparar com o vizinho' [grifo meu]. Logo, se o desenvolvimentismo associado ao sonhado padrão de vida nos moldes do capitalismo sempre esteve fora de alcance dos eslavos-do-sul, inseridos que estavam num sistema semi-feudal do século XIX, e no socialismo do século XX, a estrutura capitalista nunca deixou de ser cobiçada pelas sociedades eslavas. Nestas circunstâncias, é bem razoável considerar que Badie tem razão ao afirmar que o Estado-nação se faz por ações exógenas. Croatas, eslovenos, macedônios, montenegrinos... não exitaram em se desvincular do sistema socialista 'servilizado' [grifo meu, com ambos sentidos: referente a *servos*; referente a *Sérvia* hegemônica], pois passariam a se aproximar do sonhado capitalismo.

³⁰ BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 236

“Os observadores alemães, muito bons conhecedores do sudeste europeu, não poderiam ignorar que devido à mescla de populações, à vulnerabilidade das fronteiras internas e às matanças da 2ª Guerra Mundial, a ruptura da Iugoslávia não seria pacífica, suscitando fortes resistências, a partir das quais a política alemã iria se comprometer a fundo, a favor do desmembramento do país.”³¹

A Alemanha além de apoiar diplomaticamente o regime de Franjo Tujman, investiu respaldo militar com o envio de uniformes, tanques Leopardo e aviões Mig, oriundos da antiga RDA (República Democrática Alemã-socialista), além de helicópteros, mísseis, fuzis e treinamento oferecido a oficiais croatas em academias alemãs.³² Da Alemanha também provinha o Ambust, veículo munido de dispositivo anti-tanques, que só se pode conseguir por via oficial.

Eslovênia, Croácia, Repúblicas Bálticas, Eslováquia, Polônia e Turquia se converteram em zonas de influência direta alemã. Soldados alemães intervieram em operações de embargo contra a Iugoslávia (formada então pela Sérvia e Montenegro) e de ataques contra os bósnios-sérvios.³³

Leonel Itaussu Almeida Mello pressupõe o ressurgimento da potência continental alemã que pode retomar a secular tendência geo-histórica germânica do *DRANG NACH OSTEN* (*Marcha para o Leste*):

“...o europeu dos últimos anos do século XX apresenta uma Alemanha reunificada, despontando como grande potência no centro da Europa. A Europa Oriental encontra-se novamente fragmentada em um mosaico de Estados amortecedores (...) O destino deles será oscilar pendularmente entre as potências continentais germânica e eslava. Mais uma vez, a Alemanha e a Rússia encontravam-se separadas por uma imensa área tampão formada por países recém-independentes, numa situação similar à sugerida depois da 1ª Grande Guerra.”³⁴

³¹ Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, FFLCH-USP, 2005, p.83

³² VEIGA, Francisco. *La Trampa Balcânica*. Barcelona: Gualbo, 2002, p. 147

³³ Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, FFLCH-USP, 2005, p.84

³⁴ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?*, São Paulo:Hucitec / Edusp, 1999, p.178

Fonte : (www.libreria-mundoarabe.com/boletines)

*“É possível levantar tal hipótese, uma vez que a Marcha para o Leste foi uma constante desde os cavaleiros teutônicos, passando pelo império alemão, até o totalitarismo nazista. Um indício de sua pertinência é o reconhecimento diplomático unilateral, pelo governo alemão, da independência da Eslovênia e da Croácia, países da ex-Iugoslávia que possuem longo passado de ocupação germânica. O fato causou grande inquietação aos EUA e aos países membros da União Europeia.”*³⁵

³⁵ Ibidem, p.179, 180

Em 1994, o líder ultranacionalista Vladimir Jirinovski concedeu entrevista a Rolf Gauffin, da revista geopolítica italiana *Limes*, na sede do *Partido Liberal Democrata da Rússia*, em Moscou. No mapa de Jirinovski, Belarus, Ucrânia Oriental e Moldávia, assim como as repúblicas caucasianas e centro asiáticas,³⁶ serão “cedo ou tarde” reincorporadas à Rússia. Segundo ele:

*“A Polônia Ocidental (território da antiga Prússia cedido ao renascido Estado polonês do pós-guerra) deverá retornar à soberania alemã. (...) A Áustria e a Eslovênia devem juntar-se à Alemanha que, desta maneira, terá acesso ao Adriático. A República Tcheca terá de ser inteiramente absorvida pela Alemanha. E é possível que também devolvamos a ela, algum dia, Königsberg / Kaliningrado.”*³⁷

Rubens Ricupero faz menção ao episódio da secessão dos eslovacos da Checoslováquia, a fim de aderir em separado à União Europeia:

*“Na década de 1920 ou 1930, a secessão seria vista como enfraquecimento intolerável e resistida pela força. Desta vez, tudo se cumpriu tranquilamente, uma vez que a segurança de cada um dos dois povos iria depender da Otan e, portanto, em última instância, dos Estados Unidos, ao passo que a prosperidade era promessa não mais do restrito mercado doméstico, mas sim da adesão ao muito mais sedutor mercado europeu.”*³⁸

A separação da Eslovênia e, mais tarde, de Montenegro obedeceu à mesma lógica: a certeza de que, sem o peso dos sérvios, seria mais fácil serem admitidos à União Europeia e à Otan. Troca-se um Estado remendado e cheio de fissuras para ganhar ingresso em estruturas mais atrativas como a União Europeia, em matéria de potencial econômico e prestígio político, e a Otan para as necessidades de segurança.

³⁶ Os conflitos na Ossetia do Sul e Abkasia refletem esta tendência.

³⁷ Jirinovski foi o 2º deputado mais votado nas eleições de 1995, cf. Leonel Itaussu Mello, op. cit., p.179, 180

³⁸ RICUPERO, Rubens. *A resiliência do Estado Nacional diante da globalização*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados- USP, 1987, p. 139

O regime croata não foi repreendido por práticas de genocídio durante a guerra civil de desintegração da Iugoslávia, mas, ao contrário disso, recebeu apoio político, militar e econômico, segundo afirmou o secretário geral da ONU, à época, Butros- Ghali.

Os governos de Zagreb e Sarajevo investiram milhões de dólares nos serviços de agências norte-americanas de relações públicas. Segundo Francisco Veiga,³⁹ *“A Croácia perdeu terreno militar, mas ganhou no campo informativo”*. Este autor cita prestadoras de serviço, como a Ruder Finn Global Public Affairs (contratada pelos croatas) e Saatchi & Saatchi (contratada por Belgrado), que agiam como porta vozes dos grupos em conflito, transmitindo imagens para o mundo da forma mais conveniente para os respectivos clientes.

*“A intoxicação informativa é a tônica habitual da “informação”, obscurecendo os fatos, massificando os ataques sérvios contra Sarajevo e outras zonas, mas silenciando sobre as violações, incêndios e assassinatos croatas contra os povoados vizinhos de Vitez e Kisselpak e seus selvagens ataques em Mostar. Só têm direitos a parecer em destaque os sofrimentos dos civís muçulmanos e croatas, mas não dos sérvios, igualmente expulsos de suas casas. Expuseram os massacres em Srebrenica, mas não alardearam a maior fossa comum na Bósnia, com vários sérvios assassinados pelo exército croata em Mrkonich Grad e da maior limpeza étnica, responsável pela expulsão de 200.000 sérvios da Krajina, resultado da ofensiva croata.”*⁴⁰

³⁹ VEIGA, Francisco. *La Trampa Balcânica*. Barcelona: Gualbo, 2002, p. 426

⁴⁰ Moacir Nunes e Silva, Dissertação de Mestrado: Da Balcanização à “Balcanização”, p.85

2. FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A CROÁCIA E A UNIÃO EUROPEIA (2012)

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: CIA World Factbook - 2013 <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

2.1 TRATADOS DE INTEGRAÇÃO

Após a 2ª Guerra Mundial, no interesse de manter a defesa da Europa Ocidental, França e Inglaterra assinaram o Tratado de Dunquerque, em 4 de março de 1947, estabelecendo a assistência mútua para fazer frente à possibilidade de um ressurgimento do expansionismo alemão.

“No ano de 1948, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo associam-se e formam o BENELUX com o objetivo de criar um território econômico no qual nada se oporia à livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, eliminando qualquer discriminação entre produtos e produtores nacionais. Instaura-se uma política econômica, financeira, fiscal e social coordenada. Instituiu-se uma tarifa externa comum em prol de uma política comercial e cambial comum em relação a terceiros países e a promover o bem-estar econômico e social de seus povos” ¹

¹ FERNANDES, A.J. *Relações Internacionais Contemporâneas*. Itajaí: UNIVALI, 1998, p.197

Já o tratado de Bruxelas, assinado em 17 de março de 1948 pela França, Inglaterra e países do BENELUX, foi movido pela conscientização de que a ameaça não estava no expansionismo alemão e sim na radicalização da guerra fria e na força do bloco soviético.

Ainda em 1948, deu-se a criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica – OECE que ficaria responsável pela coordenação e distribuição da ajuda dos EUA para a Europa através do Plano Marshall. Esta foi uma das primeiras organizações que agruparam grande parte dos países da Europa Ocidental. A OECE ajudou a liberalizar o comércio entre os Estados-membros, introduziu ideias que visavam acordos monetários e desenvolveu a cooperação econômica em aspectos concretos em busca de uma integração que representou a primeira fase da unificação europeia.

A segunda fase da unificação europeia pode ser entendida como a criação das instituições comunitárias. Os principais fatores que impulsionaram esta fase foi o Plano Schuman,² uma medida de integração econômica que procurava desenvolver a ligação entre a França e a Alemanha, afastando o espectro da guerra.

O Tratado de Paris

O Tratado de Paris, em 1951, institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA, consolidando a proposta de Shuman e assinalando o aceite de todos. O tratado coloca as indústrias da Alemanha Ocidental, França, Itália e países do BENELUX sob a superintendência de um organismo supranacional. Trata-se, pois da “primeira Comunidade Europeia” que entrou em vigor no dia 25 de julho de 1952.³

² Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, que em maio de 1950 propôs um plano delineado por Jean Monnet para integrar e gerir em comum a produção franco-alemã de carvão e do aço.

³ Disponível em http://europa.eu/abc/history/1951/index_pt.htm, Acesso em 10/11/2012

“A Supranacionalidade traz a exata noção do mecanismo de delegação dos poderes soberanos e do exercício de tais poderes pelos órgãos comunitários como entidades situadas em grau de hierarquia superior ao dos Estados-membros.”⁴

Pela primeira vez um grupo de Estados institui:

1. Uma Alta Autoridade, responsável por gerir a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, como órgão executivo independente composto por personalidades escolhidas pelos Estados-membros, com poder de decisão em defesa dos interesses comuns;
2. Um Conselho de Ministros, responsável por exercer o poder de decisão;
3. Uma Assembleia Parlamentar sob a responsabilidade da Alta Autoridade, que dá pareceres, mas não pode legislar;
4. Um Tribunal de Justiça com responsabilidade de julgar os litígios que possam surgir entre a Autoridade e os governos ou sociedades privadas;
5. Um Comitê Consultivo composto por representantes dos produtores, consumidores, trabalhadores e intermediários, com a função de dar assistência à Alta Autoridade.

Em junho de 1955, reúnem-se em Messina os ministros do BENELUX, propondo a criação de uma nova Comunidade que promovesse a integração global de todas as atividades econômicas através da criação de um mercado comum europeu. Uma comissão presidida por Paul Henri Spaak seria encarregada de elaborar um relatório que servisse de base à redação do tratado que constituiria a criação de duas novas comunidades: a Comunidade Econômica Europeia – CEE e a Comunidade Europeia de Energia Atômica – EURATOM.

⁴ GOMES, E. B. *União Europeia e Mercosul: Supranacionalismo versus Intergovernabilidade*. Revista Cena Internacional, Ano 3 - nº 2, Dez / 2001, p.176

O Tratado de Roma

O Tratado de Roma, 1957, adota a Política Agrícola Comum – PAC. Essencialmente, a PAC estabelece a liberdade de circulação de produtos agrícolas dentro da CEE e a adoção de políticas altamente protecionistas que garantem aos agricultores europeus um nível de cotas suficiente para evitar a concorrência de outros países.

Com a unificação das três comunidades (CECA, EURATON e CEE), sela-se o início da união de Estados. O instrumento que produziu uma estrutura única para as organizações foi o Tratado de Bruxelas de 1965 (também chamado de Tratado da Fusão), que entra em vigor 1 de junho de 1967, passando então a existir uma só Comissão.⁵

A tentativa de adesão para o alargamento do espaço europeu assiste, nos anos 60, a uma bipolarização econômica da Europa. De um lado as Comunidades Europeias e do outro a Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA, criada em 1960 pela Grã-Bretanha, como forma de estabelecer uma reação à criação da CEE, tentando evitar uma discriminação econômica dos países não constituintes das comunidades.

Áustria, Suécia e Suíça defendiam o direito à soberania política e tinham como parceiros: Noruega, Portugal, Dinamarca e Reino Unido.

Em 1986, a EFTA perdeu força quando Áustria, Dinamarca, Portugal, Suécia, Finlândia e Reino Unido aderiram ao bloco europeu. A partir de então, a EFTA passou a contar com apenas quatro países: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

⁵ Anteriormente, havia comissões separadas para a Alta Autoridade para a CECA, para a CEE e para a EURATON, que por sua vez, mantinham seus Conselhos de ministros separados. A partir de 1967, passa a vigorar um único orçamento comunitário, um único tribunal de contas, constituindo-se num passo importante para a construção da União Europeia.

O acordo de Schengen

O acordo de Schengen, assinado em 14 de junho de 1985, entre Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e os Países Baixos, teve o objetivo de suprir gradualmente os controles nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação. O espaço Schengen alargou-se progressivamente: Itália aderiu em 1990, Espanha e Portugal em 1991, Grécia em 1992, Áustria em 1995, Dinamarca, Finlândia e Suécia em 1996. São igualmente partes nesta convenção Islândia e Noruega.⁶

O Tratado de Maastricht

O Tratado da União Europeia foi assinado em fevereiro de 1992 na cidade holandesa de Maastricht.⁷ Este tratado introduz o reconhecimento de uma cidadania europeia, a criação da União Econômica e Monetária – UEM, com abolição das restrições sobre a movimentação de capitais em todos os Estados-membros da União Europeia, criação da moeda única que recebeu o nome de “Euro” que entraria em vigor em 1999.

De janeiro de 1994 a janeiro de 1999, os países-membros assumiram o compromisso de coordenar suas políticas econômicas para conseguir os objetivos fixados quantitativamente e conhecidos como “critérios de convergência”, de redução da inflação, de controle do déficit e da dívida pública dos tipos de interesse e das flutuações do câmbio entre as moedas europeias. Os países que alcançaram esses objetivos puderam se estruturar para a adoção do EURO como moeda comum.

⁶ VOLPI, Almir. *Desafios políticos da União Europeia*. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p.59,60,61

⁷ Disponível na íntegra em: <http://eurlex.europa.eu/pt/treaties/dat/1992M/html>, acesso em 11/12/2012

No Conselho Europeu, reunido em dezembro de 1995, criou-se o Fundo de Coesão, o qual proporcionaria ajuda financeira nos setores do meio de transporte e das redes europeias de transporte. Este fundo estava destinado aos Estados-membros da União que tivessem um PNB per capita inferior a 90% da média europeia e levassem a cabo “políticas de convergência”⁸

Em meados de 1996, nenhum país conseguiu cumprir de forma integral os critérios de convergência, revelando dificuldades impostas de forma inflexível. Os reflexos dos critérios de convergência, baseados na redução do déficit público nos países candidatos promoveram a contenção salarial dos funcionários públicos e dos funcionários do setor privado; redução dos encargos sociais por meio da redução de pensões e redução da seguridade social; redução dos investimentos com saúde e educação.

Há um descontentamento gerado sobre a questão da “união monetária” de parte dos países menos favorecidos, pois os critérios de convergência foram aplicados, incoerentemente, a todos os países-membros sem distinção. Tanto é assim, que os países ricos como Alemanha e França tiveram muito mais facilidades no cumprimento destes requisitos se comparados aos países pobres como Portugal e Grécia, que trouxeram às suas populações grandes sacrifícios e descontentamento gerado pelos esforços em prol da integração.⁹

⁸ Disponível em: [http:// europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/g24231.htm](http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/g24231.htm), acesso em 11/12/2012

⁹ VOLPI, Almir. *Desafios políticos da União Europeia*. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p.50

Num contexto de estreitamento dos laços da União Europeia, foram criados alguns Pilares de Cooperação entre os governos.

1.O Pilar da Justiça e Assuntos de Interior (JAI), baseado na cooperação intergovernamental conflui assuntos de interesse comum para todos os membros: terrorismo, imigração clandestina, política de asilo, tráfico de drogas, a delinquência internacional, as alfândegas e a cooperação judicial. Para controlar esses domínios, foi criada a Europol, uma espécie de polícia europeia que passou a funcionar plenamente em 1999, cuidando, inclusive de veículos roubados, tráfico de seres humanos, tráfico de material nuclear, falsificação de moeda e outras manifestações criminosas. ¹⁰

2.O Pilar de Política Exterior e Segurança Comum (PESC), permite empreender ações comuns em matéria de política externa. O Conselho Europeu, onde se devem adotar as decisões por unanimidade, é o que define os princípios e orientações gerais da PESC. Contudo, a realidade crua na forma do conflito da ex-Iugoslávia (Croácia, Bósnia, Kosovo) mostrou que os Estados Unidos são preponderantes nas manobras que refletem a vontade política da OTAN, bem como na geo-política direcionada ao Iraque, Iran, Líbia e outras áreas do mundo.

3.O programa PHARE, instrumento de cooperação financeira e técnica da Comunidade Europeia com os países da Europa Central e Oriental, foi criado em 1989 para apoiar o processo de reforma e a transição econômica e política na Polônia e na Hungria. O programa PHARE tornou-se o instrumento financeiro da estratégia de pré-adesão que tinha como objetivo a adesão da Eslovênia, Eslováquia, República Tcheca, Bulgária, Polônia, Hungria, Estônia, Letônia e Romênia. ¹¹

¹⁰ Disponível em: <http://europa.eu/scad-plus/glossary/europol-pt.htm>, acesso em 12/12/2012

¹¹ Disponível em: http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/e_5004.htm, acesso em 12/12/2012

4.O Instrumento Estrutural de Pré-Adesão – ISPA – estabeleceu um orçamento anual de um bilhão de euros desde o ano 2000. A contribuição do ISPA consiste numa ajuda aos países beneficiários em matéria de infra-estrutura de transporte que favoreça o deslocamento de modo sustentável; que constitua projeto de interesse comum, com base nos critérios e orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede trans-europeia de transportes; que permita aos países beneficiários seu enquadramento nos objetivos das parcerias para adesão. Isso engloba a interconexão e a interoperacionalidade nas redes nacionais entre si e com as redes transeuropeias, bem como o acesso a essas redes.¹²

5.O Instrumento Agrícola de Pré-Adesão – SAPARD, com um orçamento anual de 520 milhões de euros, consiste no estabelecimento de um quadro de apoio comunitário à agricultura e ao desenvolvimento rural sustentável para os países candidatos da Europa Central e Oriental durante o período de pré-adesão, bem como resolver os problemas de adaptação em longo prazo do setor da agricultura e das zonas rurais.¹³

Em março de 1994, o Parlamento Europeu deu parecer favorável ao processo do 3º alargamento que o Conselho Europeu de Essen, realizado em 10 de dezembro de 1994, concluiu: *“os países da Europa Central e Oriental poderiam tornar-se membros da União Europeia desde que o desejassem e que preenchessem as condições necessárias”*. Isso possibilitou uma abertura a Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Eslováquia, Eslovênia e República Tcheca.¹⁴

¹² Disponível em: http://ec.europa.eu/comm/enlargement/pas/phare/pdf/report_pre_acc_2003_pt.pdf, acesso em 13/12/2012

¹³ VOLPI, Almir. *Desafios políticos da União Europeia*. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p.77

¹⁴ Disponível em: <http://europa.eu/scad-plus/leg/pt/lvb/a13000.htm>, acesso em 14/12/2012

A legitimidade dos pedidos de adesão já havia sido reconhecida no Conselho Europeu de Copenhague em 1993. Este conselho definiu também os critérios de adesão:

- 1.Existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os Direitos do Homem, o respeito das minorias e a sua proteção;
- 2.Existência de uma economia de mercado viável, ser capaz de lidar com a pressão da concorrência do mercado interno da União Europeia;
- 3.Capacidade do país candidato assumir as obrigações referentes aos objetivos da união política, econômica e monetária.¹⁵

O Tratado de Amsterdã

No Tratado de Amsterdã, 1999, o caráter supranacional pode ser verificado no avanço considerável da garantia dos direitos humanos. Por este tratado, a União Europeia é fundada nos princípios da liberdade, democracia e respeito aos direitos humanos, acrescentando ainda que qualquer Estado-membro que violar os direitos humanos, de forma séria e sistemática, poderá perder seus direitos em relação ao tratado, ou seja, a União está autorizada a impor sanções políticas e econômicas.

Amsterdã também estabelece uma cláusula de “solidariedade de política mútua” que obriga os Estados-membros a agir de forma coordenada e integrada, com base nas ações e decisões mais eficazes estabelecidas por meio das “estratégias comuns” que são decididas pelo Conselho Europeu e executadas pelo Conselho de Ministros, diminuindo assim a individualidade nas questões externas dos Estados-membros, conforme as disposições relativas à política externa e de segurança comum, artigo J1 § 2º.¹⁶

¹⁵ VOLPI, Almir. *Desafios políticos da União Europeia*. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p.76

¹⁶ VOLPI, Almir, op. cit., p.70

Com a evolução histórica dos tratados e como consequência das etapas de integração movidas pela constante demanda do alargamento, a Europa se projetaria para uma União Política mediante a formação de uma federação ou de uma confederação.

No caso da confederação, por se tratar de uma associação de Estados criada por um tratado internacional, resultaria da criação de instituições supranacionais com delegação da soberania em determinadas competências. A Europa ainda não pode ser chamada de confederação, pois a confederação é uma união permanente de Estados independentes. Cada Estado confederado tem o direito de discordar, de romper o pacto e pode até se retirar da união. A confederação exige um tratado aberto que não suprime a soberania, enquanto a federação exige uma constituição que estabelece as leis e competências.

No caso da federação, o Estado federal é soberano e os Estados-membros devem transferir suas soberanias de ordem externa, e algumas de ordem interna, às instituições supranacionais do Estado Federal que têm primazia sobre os órgãos dos Estados-membros.

“Federalismo é a delegação de poderes soberanos dos Estados-Nação a organizações internacionais, tendo em vista a minimização dos conflitos e um máximo de harmonização.”¹⁷

Em tal hipótese, a soberania já não seria meramente partilhada entre os Estados-membros e a entidade supranacional, mas transferida a um Estado maior. A União Europeia seria vista como um Estado Federal, uma entidade completamente supranacional que dificilmente alcançaria um consenso de união política plena face à diversidade entre seus Estados-membros.

¹⁷ SANDE, P. *Sistema político da União Europeia*. Cascais: Principia. 2000, p.22

O federalismo justifica a integração através da criação de um quadro institucional onde as diversas comunidades políticas conservam certa autonomia caracterizada nos seguintes moldes:

1. A Comunidade possui um controle efetivo sobre os meios de violência;
2. A Comunidade dispõe de um centro de decisão capaz de afetar de maneira significativa na distribuição dos recursos e dos benefícios aos seus membros;
3. A Comunidade constitui o principal centro de identificação política para a grande maioria dos cidadãos politicamente sensibilizados. ¹⁸

Johanes Rau, ex-presidente da República Federal da Alemanha, em discurso no 7º Fórum Europeu de Berlin, 16 de novembro de 2001, demonstra sua vontade sobre uma Europa de cunho federal:

“Advogo uma constituição europeia e uma Europa organizada sob a forma de uma federação de Estados-Nação (...) Uma federação deve assegurar que cada membro possa manter a sua independência e individualidade dentro de um quadro definido com clareza. A diversidade cultural e o equilíbrio institucional são preservados. Isto é particularmente importante para os países menores da Europa.” ¹⁹

¹⁸ FERNANDES, A.J. *Relações Internacionais Contemporâneas*. Itajaí: UNIVALI, 1998, p.13

¹⁹ RAU, Johannes. Presidente da República Federal da Alemanha, em discurso no 7º Fórum Europeu de Berlin em 16/11/2001, sob o tema: “Unidade na diversidade: que configuração política para a Europa?”, disponível em: http://eu.int/futurum/documents/speech/sp161101_pt.pdf, acesso em : 15/12/2012

Já Tony Blair, enquanto primeiro-ministro britânico, demonstrou seu ceticismo sobre uma Europa federal:

“... é conveniente que entendamos que a nossa oposição à Europa como uma espécie de super-Estado federal não é uma obsessão britânica (...). Os nossos eleitores sentem-se estreitamente ligados aos seus governos nacionais; não sentem o mesmo relativamente às instituições europeias. (...) devemos reconhecer que a Europa é e deverá continuar a ser uma aliança entre Governo Europeu e Governos nacionais. O verdadeiro propósito de ter um Conselho é reconhecer que, em última análise, a Europa representa a vontade de Estados soberanos” ²⁰

Em outro momento, o primeiro ministro inglês faz o seguinte pronunciamento:

“... o que queremos é uma Europa de nações – e não um super-Estado federal – em que as questões fiscais, de política externa, de política de defesa e as nossas próprias fronteiras britânicas continuem prerrogativas do governo e do parlamento nacional.” ²¹

Segundo adeptos do federalismo, em 2006, a Europa apresentava um tipo de federalismo monetário, por conta da unificação da moeda corrente na Zona do Euro, ainda que a Inglaterra, um de seus principais membros, não acate tal decisão.

²⁰ BLAIR, Tony. Declaração à Câmara dos Comuns, proferida 26/06/2003 em sua participação no Conselho Europeu que tratou do projeto da Constituição Europeia realizado na Grécia, 20 de junho de 2003. Disponível em: http://europa.eu.int/constitution/futurum/documents/speech/sp230603_pt.pdf, acesso em 16/12/2012

²¹ Ibidem

É reconhecido que a ideia de federação não é unânime aceitação de todos os Estados-membros. Outro político anti-federação é Anders F. Rasmussen, primeiro-ministro da Dinamarca, que apoiou a proposta de incluir uma divisão clara de tarefas entre a União Europeia e os Estados-membros, enaltecendo que a União Europeia pode atuar apenas nas áreas em que lhe tenham sido atribuídas pelos Estados-membros.²²

Bresser-Pereira acompanha a visão da União Europeia como “processo de criação de uma ‘nação’ mais ampla, multiétnica e multilinguista – a nação europeia – por meio da formação de um Estado-nação mais amplo, ao mesmo tempo que se preserva a identidade nacional dos seus vários componentes.”²³ Segundo Bresser-Pereira, a União Europeia não é ainda um país, mas já tem uma constituição, muitas leis, uma política comercial, um orçamento, uma bandeira e uma moeda comuns. Contudo, Bresser Pereira afirma que o nacionalismo continua a ter função decisiva na vida política da humanidade.

“...o ‘fim da era do nacionalismo’, tão insistentemente profetizada, não está sequer remotamente à vista. De fato, o sentimento de pertencimento a uma nação é o valor mais universalmente legitimado da vida política do nosso tempo.”²⁴

²² RASMUSSEM, Anders Fogh. 1º ministro da Dinamarca. Discurso no Fórum para o futuro da Europa: “A Europa após o alargamento.” 28/02/2003. Disponível em: http://europa.eu.int/constitution/futurum/documents//speech/sp280203_pt.pdf, acesso em 17/12/2012

²³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, *Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo*, São Paulo, IEA – Instituto de Estudos Avançados- USP, 1987, vol. 1, n. 1, p. 171, 189.

²⁴ Ibidem, p. 171

Os Estados-membros se colocam reticentes quanto a delegar sua soberania a um Estado europeu mais poderoso. A história da Europa Comunitária está marcada por disputas diplomáticas entre o poder nacional e o supra-nacional. Já o federalista Richonnier, declarou que *“a originalidade da construção europeia consiste na criação de instituições e políticas que têm a primazia em relação ao Estado-nação.”*²⁵

O Tratado de Nice

O Tratado de Nice foi concluído no Conselho Europeu de Nice em 11/12/2000 pelos chefes de Estado e de Governo. Este tratado estabeleceu a preparação da União Europeia para o alargamento, o que implicou na revisão de quatro domínios fundamentais:

1. Dimensão e composição da Comissão;
2. Ponderação dos votos no Conselho;
3. Alargamento das votações por maioria qualificada;
4. Cooperações reforçadas.

O alargamento da EU visa não apenas seu peso e poder no mundo global, mas também assegurar a paz no continente, que não parece possível sem uma integração econômica, política, social e cultural.

²⁵ RICHONNIER, Michel. *As metamorfoses da Europa de 1769 a 2001*, Lisboa: Quixote, 1992, p.224

O Tratado de Nice também atua na balança de poder do Parlamento Europeu no que modifica o número de deputados, devendo ser inferior a 732. O Tratado de Nice feriu a intenção de potencializar uma Europa federalista no que diz respeito à igualdade dos membros. Tal tratado fixa, quando da inclusão da Bulgária e Romênia (formando 27 membros) o novo número de comissários: inferior ao número de comissários que defenderiam os interesses de todos os Estados-membros. Logo, dois destes Estados participantes ficariam sem representantes na Comissão Europeia. O peso destes deputados passaria a ser composto pela representatividade populacional do Estado-membro, exceção feita a Alemanha e Luxemburgo que continuaram com seus representantes, que por este critério, deveria ser diminuído, em detrimento aos demais que perderam representatividade, conforme estabelecido pelo artigo 20. Os lugares na composição do Parlamento Europeu, destinados à República Tcheca e à Hungria são inferiores aos destinados à Bélgica e Luxemburgo que representam menor população.

Como é sabido, em dezembro de 2000, o Conselho Europeu de Nice finalizou em falso a reforma Institucional da União para adequar suas estruturas a uma dimensão que, no médio prazo, alcançará 30 Estados-membros. Alguns Estados-membros conseguiram um acordo aparentemente favorável aos seus interesses nacionais, como é o caso da Espanha e Polônia que passaram a contar com 27 votos (apenas 2 a menos que Alemanha, França, Itália e Reino Unido) nas decisões por maioria qualificada do Conselho de Ministros, sem estabelecer regra alguma relativa à porcentagem da população e número mínimo de Estados, salvo decisões extraordinárias do Conselho Europeu.

Mas as aparências enganam. A União Europeia não funciona com vetos, senão com votos. Quanto mais novas decisões são adotadas, novas Europas serão criadas. A fórmula de Nice tornou impossível a tomada de decisões importantes.²⁶

²⁶ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.552, 553

O mecanismo de ponderação dos votos, que levou em conta a população dos Estados-membros, fere o princípio de igualdade, pois reforçou a supremacia dos Estados mais populosos sobre os países menores e menos poderosos.

Isto pode ser observado no processo de votação do Conselho, onde a maioria qualificada é formada por critério populacional, afastando as ponderações dos pequenos e médios em relação às ponderações dos grandes Estados mais populosos. Este desequilíbrio também acontece no Parlamento Europeu, onde o número de cadeiras se dá pelo critério populacional, o que implica falta de democracia numa visão de união federal.

Ainda que o Tratado de Nice tenha removido os obstáculos aos alargamentos, não ficou claro o funcionamento da União Europeia, até porque contrariou o pressuposto básico da comunidade europeia sobre a igualdade jurídica entre seus membros, dando plenas vantagens aos grandes Estados em detrimento dos pequenos e dos recém admitidos.

Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII, é considerado um dos primeiros pensadores a criar uma teoria do Estado moderno. Para ele, o Estado resultou da necessidade de estabelecer uma autoridade suprema capaz de regular os conflitos humanos. Em seu livro *O Leviatã*, de 1651, o filósofo afirma :

“O Estado é um pacto social realizado entre os homens a fim de garantir mútua proteção, sobrevivência e uma melhor organização das sociedades humanas. O homem, incapaz de viver em paz com seu próximo, daria ao Estado a autoridade de arbitrar os conflitos humanos e assim garantir a paz e a felicidade.” ²⁷

Cria-se um Estado para que as necessidades sociais sejam atendidas: proteção, comércio, paz, estabilidade.

²⁷ HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2007, p.60

O que leva os Estados-nacionais da Europa a se unirem é a percepção e uma interdependência pela necessidade de se defenderem das ameaças de estagnação e destruição inimiga.

Hobbes metaforizou uma concepção de Estado, que podemos associar aos anseios da União Europeia. Porém, as desigualdades e crises dentro desta denotam que a Europa ainda está longe de funcionar como um Estado federativo com a mesma eficiência e harmonia de uma comunidade de abelhas.

“É certo que há algumas criaturas vivas, como as abelhas e as formigas, que vivem sociavelmente umas com as outras (...), sem outra direção senão seus juízos e apetites particulares, nem linguagem através da qual possam indicar umas às outras o que consideram adequado para o benefício comum. Assim, talvez haja alguém interessado em saber por que a humanidade não pode fazer o mesmo. (...) O acordo vigente entre essas criaturas é natural, ao passo que o dos homens surge apenas através de um pacto, isto é, artificialmente. Portanto não é de admirar que seja necessária alguma coisa mais, além de um pacto, para tornar constante e duradouro seu acordo; ou seja, um poder comum que os mantenha em respeito, e que dirija suas ações no sentido do benefício comum.

A única maneira de instituir tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (...) todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões a sua decisão. (...) Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens. (...) Feito isto, a multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado.”²⁸

²⁸ HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2007, p.61

O alargamento dos dez novos Estados do Leste Europeu provocou um impacto econômico/financeiro na União Europeia pela dificuldade em compatibilizar o teto de 1,27% do PIB da União Europeia no orçamento comunitário. Além disso, o financiamento da política Agrícola Comum consome uma fatia considerável do orçamento da União. Assim, o apoio financeiro aos novos Estados-membros com fundos comunitários acabou se transformando em recolhimento, pois os dez Estados-membros admitidos passariam a contribuir com os fundos para auxiliar à nova adesão, ou seja, passariam de beneficiários a contribuintes.²⁹ Daí o ceticismo e insatisfação dos cidadãos europeus que se sentem desfavorecidos diante de determinadas situações de coersão impostas pelas autoridades da União Europeia em prol de uma coesão.

O alemão Friedrich Ratzel analisou processos factíveis de fragmentação no interior do Estado e a necessidade de autoritarismo dos Estados. Segundo Ratzel, há uma obsessão por parte do Estado objetivando a coesão. Quanto mais autoritário é o Estado, conquista-se mais coesão de modo a controlar os riscos de fragmentação. Tal prática não é exitosa no caso exposto no parágrafo anterior, dada a incoerência em relação ao discurso solidário (de subsídios e benefícios) apregoado pela União Europeia.

²⁹ VOLPI, Almir. *Desafios políticos da União Europeia*. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p.122,123

A Comissão Europeia estabeleceu os seguintes objetivos fundamentais sobre a arquitetura institucional em seu comunicado 448/02:

- 1.A consolidação do modelo de desenvolvimento econômico que garante aos cidadãos o princípio básico de prosperidade e o de solidariedade;
- 2.O desenvolvimento de seu espaço de liberdade, de segurança e de justiça que conferirá todo o seu significado à noção de cidadania europeia;
- 3.O exercício pela União das responsabilidades de uma potência mundial. ³⁰

A idealização de uma Constituição para a Europa nasceu do discurso pronunciado por Joschka Fischer na Universidade de Humboldt, Berlin, em 12/05/2000. Nesta oportunidade, o ex-ministro federal dos negócios estrangeiros da Alemanha propõe um modelo federal para a União Europeia, baseado em um Tratado Constitucional em que os Estados-membros pudessem estabelecer, em conjunto, uma capacidade de ação que, estando separados, não teriam condições de exercer. ³¹

³⁰ Convenção para o futuro da Europa (CONV 448/02) – para União Europeia Paz, Liberdade, Solidariedade. Bruxelas, 04/12/2002. Disponível em [http:// register.consilium.eu.int/pdf/pt/02/cv00/00448](http://register.consilium.eu.int/pdf/pt/02/cv00/00448), p.2, acesso em 18/12/2012

³¹ Disponível em: <http://europa.eu/constitution/futurum/documents/speech/sp120500>, acesso em 18/12/2012

Declaração de Laeken e o conceito de Conferência Intergovernamental

Em dezembro de 2001, a declaração de Laeken buscou estabelecer os princípios para uma Europa mais eficiente, democrática e transparente por meio de suas ações em relação aos direitos fundamentais dos cidadãos, a ampliação do poder do Parlamento Europeu, a ampliação das competências orçamentárias do Parlamento e a implementação de uma constituição única que não foi aceita por alguns países por trazer ideias federalistas.

Para os ajustes necessários ao funcionamento da União Europeia, criou-se o conceito de Conferência Intergovernamental (CIG) que designa uma negociação entre os governos dos Estados-membros fora dos procedimentos institucionais da União, cujos resultados permitem modificar os tratados. A CIG já havia iniciado formalmente seus trabalhos no encontro do Conselho Europeu em Turim, 1996, cuja finalidade era estabelecer reformas no tratado de Maastricht. A partir da Declaração de Laeken, a CIG contribuiu para a criação do Ministro dos Negócios Estrangeiros que adquiriu as responsabilidades da PESC (Política Exterior e Segurança Comum), substituindo a figura do Alto Representante.

Uma vez terminado o trabalho preparatório da Declaração de Laeken, a CIG (Conferência Intergovernamental dos Estados-membros) foi mais uma vez convocada para 2004, a fim de tratar as alterações necessárias para um futuro mais democrático, reunindo para o debate, junto à Comissão e ao Parlamento Europeu, o conjunto da opinião pública, isto é, os círculos políticos, econômicos, universitários, com a presença dos Estados-candidatos engajados neste processo. Tal conferência não foi produzida a portas fechadas. Mesmo que possuísse um caráter intergovernamental, tal conferência se direcionou em defesa dos interesses nacionais em detrimento dos interesses comuns. Além disso, os debates foram abordados de modo complexo dificultando o acompanhamento do cidadão comum. Havia o intuito de aprovar um possível texto da Constituição Europeia, visando substituir o conjunto de tratados em vigor, mas tal projeto não estabelecia uma base política que pudesse esclarecer se o modelo adotado seria federalista ou não. Mesmo assim, uma série de atas e documentos deu origem à primeira Constituição para a Europa com texto finalizado em 18 de junho de 2004.

A proposta de tal Constituição Europeia diminui os poderes dos Parlamentos Nacionais. Nos termos desta proposta constitucional, se a União Europeia enviar seus projetos legislativos para análise dos Parlamentos Nacionais e estes, por sua vez, emitirem pareceres com pedido de revisão, o pedido de reavaliação só será aceito se representar um terço dos votos atribuídos aos Parlamentos Nacionais. Os projetos deverão ser reexaminados, embora não exista qualquer obrigação por parte da União em alterar ou retirar o projeto, evidenciando que o trabalho dos Parlamentos Nacionais será praticamente nulo, ou sem expressão.

No início do século XXI, foi realizada a seguinte pesquisa de opinião pública entre os países-membros e aspirantes a União Europeia:

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: BOŠNJAK, Marjan. EU ? – Ne Hvala ! Zagreb: CIP, 2010

A República Tcheca e a Polônia discordam de muitos aspectos pretendidos pela Constituição da União Europeia. Isso porque a Polônia alega que há termos que não garantem os mesmos benefícios e condições de desenvolvimento nos níveis da França e Alemanha. Estas potências europeias justificam, a seu favor, o fato de terem sido países fundadores da União Europeia e terem ingressado nela já como países desenvolvidos.

Os EUA e a Europa Ocidental instalaram suas fábricas na República Tcheca e aceitaram que esta fizesse parte da União Europeia. Em troca disso, a República Tcheca permitiu a instalação, em seu território, de bases militares da OTAN – com o pretexto de servir como escudo antimíssil contra as ameaças do oriente, principalmente de países árabes. Tal fato desagradou os russos diante da ampliação do espaço militar da OTAN em caráter antagônico em relação ao Oriente.

Da mesma forma que a Polônia e República Tcheca, a Croácia tende a ser útil aos propósitos da União Europeia, seja pela sua costa marítima, seja pelo seu posicionamento ‘amortecedor’ em relação a uma ameaça do oriente, pois as potências da Europa Ocidental saberão explorar e perpetuar sua posição privilegiada, valendo-se dos novos membros balcânicos.

2.2 PROJETOS E PARTIDOS POR UMA FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO

José de Faria Costa toma emprestada a teoria de André-Jean Arnaud em um novo paradigma do Estado e do Direito para ser aplicada no caso da EU. Desta concepção, Costa ressalta que a integração europeia ultrapassou o estágio de confederação no terreno econômico e se mantém no terreno político, passando a formar uma espécie de União de Estados, característica do final do século XX, isto é, de um momento histórico em que a diferenciação entre a estrutura econômica e a estrutura política é um fato consumado.³²

Desde 1996, observa-se que o papel preponderante dos Estados-membros, tanto no processo de revisão dos tratados, como na gestão cotidiana do sistema gerado pelas Comunidades Europeias e depois pela União, exclui toda referência ao modelo de Estado federal do tipo americano. José de Faria Costa menciona o posicionamento de Jacques Delors. Segundo este, o processo de integração superou o estágio de uma confederação de Estados, já identificados em uma Federação de Estados-nacionais.³³

O desafio central da União Europeia, desde seu primeiro tratado, é converter-se em obra da vontade de seus cidadãos: passar de uma União de Estados para uma União de cidadãos.³⁴

³² COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.16

³³ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.16, 17

³⁴ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.29

Os intergovernamentalistas – que são majoritários entre os governos europeus – opõem-se ao federalismo político ao mencionar o déficit democrático da UE; consideram que as atuais instituições comunitárias não estão capacitadas para suprir o Estado-nação em tarefas soberanas e representativas. Além disso, os intergovernamentalistas acrescentam a escassa vontade da maioria dos europeus em avançar a um estágio de federação política.³⁵

A liberdade de mercado na União Europeia não está suficientemente modulada por princípios de igualdade, solidariedade e redistribuição, senão que por eventuais decisões paliativas, algo insuficiente pelo seu caráter minimalista e circunstancial.

Há atores sociais detentores de bens escassos em seus respectivos âmbitos nacionais que não necessariamente se mostram arredios a uma maior integração europeia, enquanto outros, que defendem a soberania nacional, são reservados quanto a essa integração. Os primeiros esperam benefícios e os segundos querem acabar com a solidariedade unidirecional oriunda dos principais Estados doadores que são resistentes a incrementar medidas que venham a diminuir a desigualdade.³⁶

O projeto neoliberal tenta isolar os mercados das interferências políticas combinando uma ampla integração econômica com a fragmentação da autoridade entre múltiplos governos. O projeto neoliberal se opõe às políticas sociais existentes, como é o caso da política de coesão, política de emprego e política de assistência social. Além disso, o projeto neoliberal rechaça a criação de eventuais instituições democráticas em nível europeu, capazes de regular o mercado e está a favor da concorrência entre Estados.

³⁵ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.33, 34

³⁶ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.45

Por outro lado, há a proposta de um projeto de capitalismo regulado com uma legislação compensatória para criar uma dimensão social de governança europeia. Tal projeto sustenta que, em uma economia globalizada, um tratamento em nível europeu dos problemas a solucionar é mais factível que separadamente, em nível nacional. Os partidários do capitalismo regulado aspiram a uma democracia europeia de forte conteúdo social, sendo Delors um dos seus principais incentivadores. Não discutem que são os mercados, e não os governos, os que devem ditar os investimentos privados, mas afirmam que os mercados trabalham de modo mais eficiente se os atores políticos proporcionam bens coletivos. Os defensores deste modelo advogam pelo diálogo social para reduzir o conflito e ampliar a solidariedade com os desfavorecidos, o que exige reforçar os mecanismos intervencionistas supranacionais. Este ponto de vista é defendido pelos social-democratas e democratas-cristãos (em ambas as famílias há exceções dentro de seus euro-grupos parlamentários: os socialistas dinamarqueses e gregos, por exemplo, são na prática nacionalistas, assim como o Partido Popular Espanhol, ou o italiano Forza Italia) e também defendido majoritariamente pelos partidos de tendência centro-esquerda.

Contudo, a coalisão do capitalismo regulado é mais débil que a coalisão neoliberal, porque esta é menos heterogênea e goza de mais apoio dos grupos dominantes.³⁷

O Partido dos Socialistas Europeus (PSE) sugere aproveitar as possibilidades que oferece a globalização para reforçar os direitos humanos inclusivos, proteger o meio ambiente com um desenvolvimento sustentável, reequilibrar as relações norte/sul e dar acesso a políticas multilaterais de pacificação em conflitos mundiais. Optando por uma maior integração política, o PSE não define um modelo de UE ao qual aspira, pois a formalização do federalismo como opção lógica está vetada pelo Partido Laborista Britânico e, em parte, por alguns partidos social-democratas escandinavos.

³⁷ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.45, 46

De qualquer maneira, há uma unanimidade no momento de solicitar mais poderes para o Parlamento e para a Comissão e de reduzir ao máximo o direito de veto dos Estados nacionais. O problema é que os partidos desta família ideológica estão divididos no que se refere ao alcance da UE, uma vez que existem os declarados supra-nacionalistas (alemães, italianos, espanhóis) e existem os intergovernamentalistas (britânicos, escandinavos, gregos, poloneses). Isto significa que há partidos que não superaram a tradição eurocéptica.

O partido político dos Verdes opta, em geral, por políticas abertamente sociais e de maior integração europeia. Para os Verdes, uma UE mais coesa deveria servir como fator de equilíbrio internacional e como polo de referência para políticas redistributivas equitativas. A aposta nos direitos sociais, no meio ambiente, no desenvolvimento sustentável e na cooperação justa se traduz em sua opção pela progressiva federalização da UE.³⁸

Nas eleições de 2009, os partidos europeus dominantes no Parlamento em Strasburgo ganharam força: Partido Popular Europeu, Partido Socialista Europeu e Partido Liberal Europeu. Tais partidos já se articulavam com os líderes dos partidos da Croácia mesmo que esta ainda não fizesse parte da União Europeia.

Atualmente, os deputados do Parlamento Europeu se sentam, não por blocos nacionais, senão que por grupos políticos em escala europeia, que reúnem os principais partidos políticos dos Estados-membros: Partido Popular Europeu (democrata-cristãos e democratas europeus (PPE-DE); Partido dos Socialistas Europeus (PSE); Partido Europeu dos Liberais, democratas e reformistas (ELDR); Esquerda Unida Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL); Partido dos Verdes / Aliança Livre Europeia (Verdes/ALE); União pela Europa das Nações (UEN); Europa das Democracias e das Diferenças (EDD), além de outros partidos não inscritos.

³⁸ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.48, 49

Um dos partidos ainda não inscritos na União Europeia é o Partido Somente Croácia. Na Croácia dos dias de hoje, é muito atuante o posicionamento de oposição às decisões do governo, manifestado pelo partido ‘Somente Croácia’, o qual defende a soberania estatal croata e visa salvaguardar a flora, fauna e demais riquezas que dizem respeito ao povo croata.

O programa do Partido ‘Somente Croácia’ concebe a soberania plenamente autônoma como única forma de assegurar o desenvolvimento cultural e material para a nação croata. Este partido acredita que o exército croata só poderá ser efetivamente atuante em defesa do interesse croata se não estiver atrelado às potências europeias, alegando que estas estariam iludindo os europeus periféricos quanto à formação de uma ação conjunta militar para reforçar a segurança dos países europeus que compartilham e ampliam suas fronteiras.

O partido não aceita que estrangeiros se apropriem da faixa marítima croata. O mesmo vale para o espaço aéreo. Também reprova que a estrutura turística passe ao controle estrangeiro e não abre mão de resgatar o caráter nacional de empresas que devem estar em posse majoritária dos cidadãos croatas – os maiores interessados pelo bom andamento de empresas estratégicas ligadas à água, gás, eletricidade, bancos, meios de comunicação, etc.

O partido pleiteia a anulação dos acordos assinados com a União Europeia que comprometem a autonomia e a soberania nacional croata. Tais acordos teriam sido assinados por líderes governamentais entreguistas, política esta que deve ser combatida e anulada por uma ação de oposição de cidadãos engajados pelo resgate dos valores e riquezas da nação croata. O Partido ‘Somente Croácia’ reivindica a revisão de outros acordos assinados, relacionados, por exemplo, à aceitação de que os croatas da Herzegovina não estejam territorializados nos limites políticos do Estado croata.

O partido é a favor de uma política de incentivo à repatriação de croatas e seus descendentes que se encontram no exterior para resolver a crise demográfica e reverter o processo de êxodo de jovens promissores que abandonam suas localidades carentes de empreendedorismo.³⁹

³⁹ Disponível em : www.jedinohrvatska.hr , acesso em 14/10/2011

2.3 ÓRGÃOS CONSTITUINTES DA UNIÃO EUROPEIA E SUAS FUNÇÕES

Em uma conferência proferida em 2003 na cidade de Madrid, o filósofo alemão Jürgen Habermas se referiu aos desafios atuais e futuros da União Europeia, considerando completamente ultrapassado o período em que a integração ou unificação europeia podia avançar com base exclusiva em um espaço econômico, monetário, comercial e agrícola comum. Habermas é um dos autores que chamam a atenção para o fato de que a concorrência globalizada torna crescentemente inviável defender o estado social e democrático europeu exclusivamente no âmbito do Estado Nacional. Como dizia Habermas:

*“a discussão em torno da Nova Constituição colocaria em pauta a questão até agora não resolvida da ‘finalidade do processo de unificação’. Isso significa responder à pergunta: Que Europa queremos?”*⁴⁰

Segundo Rui Manuel Gens de Moura Ramos,⁴¹ a Comissão Europeia apresenta ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Comitê Econômico e Social, de três em três anos, um relatório sobre a aplicação das disposições referentes ao desenvolvimento da União. (Art. 22, Parte II – A cidadania da União)⁴²

A Comissão Europeia zela pela aplicação das disposições dos tratados da UE, bem como das medidas tomadas pelas instituições; formula recomendações ou pareceres; dispõe de poder de decisão próprio, participando na formulação dos atos do Conselho e do Parlamento Europeu; exerce a competência que o Conselho lhe atribua para a execução das regras por ele estabelecidas.⁴³

⁴⁰ COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005, p.478

⁴¹ Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Juiz do Tribunal de Primeira Instância da Comunidade Europeia

⁴² RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p. 65

⁴³ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p.182 (Parte V – As Instituições da Comunidade)

À ocasião, a Comissão Europeia era composta por vinte membros, podendo o número de membros da Comissão ser modificado pelo Conselho de Ministros, deliberando por unanimidade; A Comissão deve ter, pelo menos, um nacional de cada Estado-membro, mas o número de membros com a nacionalidade de um mesmo Estado não pode ser superior a dois.⁴⁴ Isso implica privilégios a países que podem ser representados por mais de um membro.

O Conselho de Ministros, reunido por chefes de Estado ou de Governo e deliberando por maioria qualificada, nomeia o presidente da Comissão Europeia. Tal nomeação será aprovada pelo Parlamento Europeu.⁴⁵

O Conselho Europeu define as respectivas orientações políticas gerais para impulsionar o desenvolvimento da União Europeia. O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros, bem como o Presidente da Comissão. Estes são assistidos pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros e por um membro da Comissão. O Conselho Europeu se reúne pelo menos duas vezes por ano, sob a presidência do Chefe de Estado ou de governo do Estado-membro que exercer a presidência do Conselho. (Art. 4, Título I – Disposições comuns)⁴⁶

O Conselho de Ministros assegura a coordenação das políticas económicas gerais dos Estados-membros; atribui à Comissão as competências de execução das normas que estabelece.⁴⁷

⁴⁴ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.183 (Parte V – As Instituições da Comunidade)

⁴⁵ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.184 (Parte V – As Instituições da Comunidade)

⁴⁶ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 17

⁴⁷ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p. 17

O Conselho de Ministros é composto por um representante de cada Estado-membro em nível ministerial, com poderes para vincular o Governo desse Estado-membro. A presidência do Conselho é exercida sucessivamente por cada Estado-membro durante um período de seis meses, pela ordem decidida pelo Conselho, deliberando por unanimidade.⁴⁸

As deliberações do Conselho de Ministros são tomadas por maioria dos seus membros. No artigo 205º do tratado de 1 de janeiro de 2005, que institui a Comunidade Europeia e no artigo 118º do tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atômica, atribui-se aos votos dos seus membros a seguinte ponderação (de 2004 a 2009):⁴⁹

Bélgica	12
Dinamarca	07
Alemanha	29
Grécia	12
Espanha	27
França	29
Irlanda	07
Itália	29
Luxemburgo	04
Países Baixos	13
Áustria	10
Portugal	12
Finlândia	07
Suécia	10
Reino Unido	29

⁴⁸ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.179 (Parte V – As Instituições da Comunidade)

⁴⁹ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. Op. cit., p.180 (Parte V – As Instituições da Comunidade)

Novamente ocorre desigualdade na deliberação do Conselho, cujo poder é mais acentuado nos votos da Alemanha, França, Itália e Reino Unido, em detrimento de Portugal, Grécia, Irlanda e demais países com ponderação inferior. As deliberações são tomadas se obtiverem pelo menos sessenta e dois votos que exprimam a votação favorável de, pelo menos, dez membros.

O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou recomendações ao Conselho; Procederá anualmente a um debate sobre os progressos realizados na execução da política externa e de segurança comum. (Art. 21, Título 5 – Disposições relativas à política externa e de segurança comum).⁵⁰

É instituído um Banco Europeu de Investimento, que atua nos limites das atribuições que lhe são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos que lhe vêm anexos. (Art. 9, Parte I – Os princípios)⁵¹

O Conselho do Banco Central Europeu é composto pelos membros da Comissão Executiva do BCE e pelos presidentes dos bancos centrais nacionais. A Comissão Executiva do Banco Central é composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por quatro vogais. O Presidente, o Vice-Presidente e os vogais desta Comissão Executiva são nomeados, de entre personalidades de reconhecida competência e com experiência profissional nos domínios monetário ou bancário, de comum acordo, pelos Governos dos Estados-Membros, em nível de chefes de Estado ou de Governo, sob recomendação do Conselho e após este ter consultado o Parlamento Europeu e o Conselho do Banco Central Europeu. A duração do respectivo mandato é de oito anos, não renováveis. Só nacionais dos Estados-Membros podem ser membros da Comissão Executiva.⁵²

⁵⁰ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p.267 (Anexos – Alargamento da União Europeia, Art. 3º - Disposições relativas à ponderação dos votos do Conselho)

⁵¹ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 60

⁵² RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. Op. cit., p. 63

O Presidente do Conselho de Ministros e um membro da Comissão Europeia podem participar, sem direito de voto, nas reuniões do Conselho do Banco Central Europeu. O presidente do Conselho pode submeter moções à deliberação do Conselho do Banco Central Europeu.

O Banco Central Europeu envia anualmente ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão um relatório sobre a política monetária do ano anterior e do ano em curso. O presidente do BCE apresentará esse relatório ao Conselho e ao Parlamento Europeu, que, com base nesse relatório, pode proceder a um debate de carácter geral.

O Presidente do Banco Central Europeu e os outros membros da Comissão Executiva podem, a pedido do Parlamento Europeu ou por sua própria iniciativa, ser ouvidos pelas competentes comissões do Parlamento Europeu.⁵³

O Banco Europeu de Investimento é administrado e gerido por um Conselho de Governadores, um Conselho de Administração e um Comité Executivo. O Conselho de governadores é composto pelos ministros designados pelos Estados-membros. O Conselho de Governadores adotará as diretivas gerais relativas à política de crédito do Banco Europeu, designadamente no que diz respeito aos objetivos a ter em consideração, à medida que progride a realização do mercado comum.⁵⁴

O Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento tem competência exclusiva para decidir sobre a concessão de créditos e garantias e da contratação de empréstimos; fixará as taxas de juro dos empréstimos concedidos, bem como as comissões de garantia; fiscaliza a boa administração do referido banco e sua conformidade com as diretivas gerais adotadas pelo Conselho de Governadores.

⁵³ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p. 119 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 112)

⁵⁴ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 120 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 113)

O Conselho de Administração é composto por vinte e cinco administradores e treze suplentes. Os administradores são nomeados por um período de cinco anos pelo Conselho de governadores, nos seguintes termos:

administradores designados pela República Federal da Alemanha	3
administradores designados pela República Francesa	3
administradores designados pela República Italiana	3
administradores designados pelo Reino Unido	3
administradores designados pela Espanha	2
administradores designados pela Bélgica	1
administradores designados pela Dinamarca	1
administradores designados pela Grécia	1
administradores designados pela Irlanda	1
administradores designados por Luxemburgo	1
administradores designados pela Holanda	1
administradores designados por Portugal	1
administradores designados pela Finlândia	1
administradores designados pela Suécia	1
administradores designados pela Comissão Europeia	1

Os suplentes são nomeados por um período de cinco anos pelo Conselho de Governadores, nos seguintes termos: ⁵⁵

suplentes designados pela Alemanha	2
suplentes designados pela França	2
suplentes designados pela Itália	2
suplentes designados pelo Reino Unido	2
suplente designado, de comum acordo, pela Espanha e Portugal	1
suplente designado, de comum acordo, pelos países do BENELUX	1
suplente designado, de comum acordo, por Grécia, Irlanda e Dinamarca	1
suplente designado, de comum acordo, por Áustria, Finlândia e Suécia	1
suplente designado pela Comissão Europeia	1

⁵⁵ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p.197, 198 (Anexos – Estatuto do Banco Europeu de Investimento, Art. 8, 9 e 10)

Este é outro quadro notório da supremacia dos países fortes da UE (Alemanha, França, Itália e Reino Unido), cuja representatividade é superior em relação aos demais países constituintes da UE.

Com o objetivo de promover a coordenação das políticas dos Estados-membros na medida do necessário ao funcionamento do mercado interno, é instituído um Comitê Monetário de natureza consultiva. Os Estados-membros e a Comissão nomeiam, cada um, dois membros do Comitê Monetário.

O Comitê Monetário tem as seguintes funções:

1. acompanhar a situação monetária e financeira dos Estados-membros e da Comunidade, bem como o sistema geral de pagamentos dos Estados-membros, e apresentar regularmente o correspondente relatório ao Conselho e à Comissão;
2. formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão quer por iniciativa própria, destinados a estas Instituições;
3. examinar, pelo menos uma vez por ano, a situação relativa aos movimentos de capitais e à liberdade de pagamentos, tal como resultam da aplicação do presente Tratado e das medidas adotadas pelo Conselho, devendo este exame englobar todas as medidas respeitantes aos movimentos de capitais e aos pagamentos;
4. informar à Comissão e ao Conselho os resultados deste exame.

O Comitê Económico e Financeiro tem as seguintes funções:

1. formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria, destinados a estas instituições;
2. acompanhar a situação económica e financeira dos Estados-membros e Comunidade e apresentar regularmente o correspondente relatório ao Conselho e à Comissão, nomeadamente sobre as relações financeiras com países terceiros e instituições internacionais;⁵⁶

⁵⁶ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 120, 121 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 114)

Na União Econômica e Monetária, cada Estado-membro deve adotar programas plurianuais destinados a assegurar a convergência duradoura necessária à realização da União Econômica e Monetária, em especial no que se refere à estabilidade dos preços e à solidez das finanças públicas.

O Conselho, com base em relatório da Comissão, deve avaliar os progressos alcançados em matéria de convergência econômica e monetária, em especial no que diz respeito à estabilidade dos preços e à solidez das finanças públicas, bem como os progressos alcançados com a aplicação da legislação comunitária relativa ao mercado interno.⁵⁷

O Comitê do Emprego, com caráter consultivo, foi criado para promover a coordenação das políticas em matéria de emprego e de mercado de trabalho entre os Estados-membros.

Tal comitê tem por funções: acompanhar a evolução da situação do emprego e das políticas de emprego nos Estados-membros; Os Estados-membros e a Comissão nomeiam, cada um, dois membros do Comitê.⁵⁸

O Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu, cria um Comitê de Proteção Social, com caráter consultivo, para promover a cooperação em matéria de proteção social entre os Estados-membros e com a Comissão.

Compete ao Comitê: acompanhar a situação social e a evolução das políticas de proteção social nos Estados-membros; Promover o intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Estados-membros e com a Comissão; Preparar relatórios, formular pareceres ou desenvolver atividades nos domínios de sua competência, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria. Cada Estado-membro e a comissão nomeiam dois membros do Comitê.⁵⁹

⁵⁷ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 123, 124 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 116)

⁵⁸ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 136, 137 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 130)

⁵⁹ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 147, 148 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 144)

De três em três anos, a Comissão apresentará ao parlamento Europeu, ao Conselho de Ministros, ao Comitê Econômico e Social e ao Comitê das Regiões um relatório sobre os progressos registrados na realização da coesão econômica e social e sobre as formas como os vários meios previstos no presente artigo contribuíram para esses progressos; este relatório será acompanhado, se for o caso disso, de propostas adequadas. Ao se verificar a necessidade de ações específicas não inseridas no âmbito dos fundos (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola; Fundo Social Europeu; Fundo Europeu de Desenvolvimento Social), essas ações podem ser aprovadas pelo Conselho, após consulta ao Comitê Econômico e Social e do Comitê das Regiões. ⁶⁰

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objetivo contribuir para a correção dos principais desequilíbrios regionais na comunidade através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio. ⁶¹

O Conselho de Ministros, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta do Comitê Econômico e Social e do Comitê das Regiões, define as missões, os objetivos prioritários e a organização dos fundos com finalidade estrutural, o que poderá implicar o agrupamento desses fundos. O Conselho, deliberando de acordo com o mesmo procedimento, definirá igualmente as regras gerais que lhes serão aplicáveis, bem como as disposições necessárias para garantir a sua eficácia e a coordenação dos fundos entre si e com os demais instrumentos financeiros existentes.

⁶⁰ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p. 158, 159 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 159)

⁶¹ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.159 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 160)

Um fundo de Coesão, criado pelo Conselho, segundo o mesmo procedimento, contribuirá financeiramente para a realização de projetos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infraestrutura de transporte. ⁶²

Os representantes ao Parlamento Europeu, dos povos dos Estados reunidos na Comunidade, são eleitos por sufrágio universal direto para assumir 5 anos de gestão. O Parlamento Europeu estabelecerá o estatuto e as condições gerais de exercício das funções dos seus membros, após parecer da comissão e mediante aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada. Quaisquer regras ou condições respeitantes ao regime fiscal dos membros ou ex-membros exigem a unanimidade do Conselho. O nº de representantes de cada Estado-membro é fixado da seguinte forma a partir da legislatura de 2004 – 2009: ⁶³

Bélgica	22
Dinamarca	13
Alemanha	99
Grécia	22
Espanha	50
França	72
Irlanda	12
Itália	72
Luxemburgo	06
Países Baixos	25
Áustria	17
Portugal	22
Finlândia	13
Suécia	18
Reino Unido	72

Ocorre aqui uma desigualdade na representatividade.

⁶² RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit. p.159, 160 (Parte III – As políticas da Comunidade, Art. 161)

⁶³ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p.265, 266 (Anexos – Alargamento da União Europeia, Art. 2º - Disposições relativas ao Parlamento Europeu)

O Parlamento Europeu nomeia um Provedor de Justiça, com poderes para receber queixas apresentadas por qualquer cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou coletiva com residência ou sede estatutária num Estado-membro, referentes a casos de má administração na atuação das instituições ou organismos comunitários, com exceção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais. O Parlamento Europeu estabelecerá o estatuto e as condições gerais de exercício das funções do provedor de justiça, após parecer da Comissão e com aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

De acordo com sua missão, o Provedor de Justiça procederá aos inquéritos que considere justificados, quer por sua própria iniciativa, quer com base nas queixas apresentadas, diretamente ou por intermédio de um membro do Parlamento Europeu, salvo se os fatos invocados tiverem sido objeto de processo jurisdicional. Sempre que o provedor de justiça constate uma situação de má administração, apresentará o assunto à instituição em causa, que dispõe de um prazo de três meses para lhe apresentar a sua posição. O provedor de justiça enviará seguidamente um relatório ao Parlamento Europeu e àquela instituição. A pessoa que apresentou a queixa será informada do resultado dos inquéritos.

O provedor de justiça é nomeado após cada eleição do Parlamento Europeu, pelo período da legislatura. Pode ser reconduzido nas suas funções. A pedido do Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça pode demitir o provedor de justiça, se este deixar de preencher os requisitos necessários ao exercício de suas funções ou tiver cometido falta grave. O provedor de Justiça exerce as suas funções com total independência. No cumprimento de seus deveres, não solicita nem aceita instruções de qualquer organismo. Enquanto durarem as suas funções, o provedor de justiça não pode exercer qualquer outra atividade profissional, remunerada ou não.⁶⁴

⁶⁴ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.176, 177 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 195)

Quando uma moção de censura sobre as atividades da Comissão for submetida à apreciação pelo Parlamento Europeu, este só pode pronunciar-se sobre ela por votação pública e depois de decorridos pelo menos três dias sobre o depósito da referida moção. Se a moção de censura for adotada por maioria de dois terços dos votos expressos que representem a maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu, os membros da Comissão devem abandonar coletivamente as suas funções. Continuarão, porém, a gerir os assuntos correntes até a sua substituição. Neste caso, o mandato dos membros da Comissão designados para os substituir expira na data em que expiraria o mandato dos membros da Comissão obrigados a abandonar funções coletivamente.⁶⁵

O Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância são compostos, cada qual, por um juiz por Estado-membro. O Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância garantem o respeito do direito na interpretação e aplicação dos tratados da UE. Os tribunais são assistidos por oito advogados-gerais. Quando solicitado pelo Tribunal de Justiça, o Conselho de Ministros, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de advogados. Ao advogado-geral cabe apresentar publicamente, com toda a imparcialidade e independência, conclusões fundamentadas sobre as causas que, nos termos do Estatuto do Tribunal de Justiça, requeiram a sua intervenção.⁶⁶

Qualquer Estado-membro pode recorrer ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força dos tratados da UE, desde que submeta o recurso à apreciação da Comissão.⁶⁷

⁶⁵ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.179 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 201)

⁶⁶ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.186, 187, 188 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 220, 222, 224)

⁶⁷ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.191 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 227)

O Tribunal de Contas é composto por um representante nacional de cada Estado-membro, nomeado por um período de seis anos. Os membros do Tribunal de Contas designam entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Contas, que pode ser reeleito. O Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da comunidade. No que diz respeito à atividade de gestão de receitas e despesas comunitárias, exercida pelo Banco Europeu de Investimento, o direito de acesso do Tribunal de contas às informações detidas pelo Banco será regido por um acordo celebrado entre o Tribunal de contas, o Banco Europeu e a Comissão Europeia. Na ausência de um acordo, o Tribunal terá, contudo, acesso às informações necessárias para efetuar a fiscalização das receitas e despesas geridas pelo banco.⁶⁸

O Comitê Econômico e Social, de natureza consultiva, é composto por representantes de diversas instituições de caráter econômico e social da sociedade civil organizada, designadamente dos produtores, agricultores, transportadores, trabalhadores, comerciantes e artífices, das profissões liberais, dos consumidores e do interesse geral. Nos termos do tratado de Amsterdã, o número de membros do Comitê foi estabelecido do seguinte modo:⁶⁹

Bélgica	12
Dinamarca	09
Alemanha	24
Grécia	12
Espanha	21
França	24
Irlanda	09
Itália	24
Luxemburgo	06
Países Baixos	12
Áustria	12
Portugal	12
Finlândia	09
Suécia	12
Reino Unido	24

⁶⁸ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.198 - 201 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 247, 248)

⁶⁹ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.208, 209 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 257, 258)

Trata-se de outra situação de desigualdade representativa, privilegiando Alemanha, França, Itália e Reino Unido (com 24 membros), em detrimento de Irlanda, Finlândia e Dinamarca (com apenas 9 membros).

O Comitê das Regiões, de caráter consultivo, é composto por representantes das coletividades regionais e locais, quer titulares de um mandato eleitoral em nível regional ou local, quer politicamente responsáveis por uma assembleia eleita. Nos termos do tratado de Amsterdã, o número de membros do Comitê das Regiões foi estabelecido do seguinte modo: ⁷⁰

Bélgica	12
Dinamarca	09
Alemanha	24
Grécia	12
Espanha	21
França	24
Irlanda	09
Itália	24
Luxemburgo	06
Países Baixos	12
Áustria	12
Portugal	12
Finlândia	09
Suécia	12
Reino Unido	24

Trata-se de outra situação de desigualdade representativa, privilegiando Alemanha, França, Itália e Reino Unido (com 24 membros), em detrimento de Irlanda, Finlândia e Dinamarca (com apenas 9 membros). O Comitê das Regiões será consultado pelo Conselho de Ministros ou pela Comissão Europeia nos casos que digam respeito à cooperação transfronteiriça.

⁷⁰ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.211, 212 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 263)

O Banco Europeu de Investimento goza de personalidade jurídica. Os Estados-membros são os membros do Banco Europeu de Investimento, cuja missão é contribuir, recorrendo ao mercado de capitais e utilizando os seus próprios recursos, para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do mercado comum no interesse da Comunidade. Para tal efeito, o Banco facilita, mediante a concessão de empréstimos e de garantias, sem qualquer fim lucrativo, o financiamento dos seguintes projetos:

1. Projetos para a valorização das regiões menos desenvolvidas;
2. Projetos de modernização ou reconversão de empresas, ou de criação de novas atividades necessárias ao estabelecimento progressivo do mercado comum;
3. Projetos de interesse comum para vários Estados-membros que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-membros.⁷¹

As disposições dos Tratados da UE não prejudicam a aplicação das seguintes regras:

1. Nenhum Estado-membro é obrigado a fornecer informações cuja divulgação considere contrária aos interesses essenciais da sua própria segurança.
2. Qualquer Estado-membro pode tomar as medidas que considere necessárias à proteção dos interesses essenciais da sua segurança e que estejam relacionadas com a produção ou com o comércio de armas, munições e material de guerra.⁷²

⁷¹ RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.213, 214 (Parte V – As Instituições da Comunidade, Art. 266)

⁷² RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, op. cit., p.228, 229 (Parte VI – Disposições gerais e finais, Art. 296)

3. EXPECTATIVA A FAVOR DO INGRESSO CROATA NA UNIÃO EUROPEIA

3.1 O QUE ESPERA A CROÁCIA DA UNIÃO EUROPEIA

Aspectos institucionais do ingresso na União Europeia

O Acordo de Maastricht - 1992 - introduziu uma concepção de cidadania europeia pela qual o cidadão de um país-membro torna-se automaticamente cidadão de toda a União Europeia.

“É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-membro. A cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui.”¹

Tal acordo, além disso, reforçou a legitimidade democrática da União que se sustenta não apenas tomando por base uma associação econômica, mas também integrando ações políticas, sem que os cidadãos dos países-membros percam a individualidade de cada identidade nacional. Complementa-se uma escala mais ampla de cidadania identificada com um ‘cidadão europeu’.²

Tal fato concede direito aos cidadãos croatas de livre circulação e moradia no território de qualquer país-membro; direito de se eleger e se candidatar nas eleições do Parlamento Europeu e nas eleições locais onde estiver residindo; poderá vir a ser diplomata em qualquer país da União.

A cidadania europeia garante o direito de enviar petições e queixas ao Parlamento em língua croata; direito de levar questões a outras instituições da UE e receber respostas, em caráter oficial, às petições, queixas e questões (também em língua croata).

¹ (Art.17º, Parte I – Os princípios). In RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003, p. 63

² Consolidated versions of the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union, OJC 83, 30/03/2010: TFEU, art. 18 – 15, in JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.20

Como todo cidadão europeu, o croata terá acesso aos documentos das instituições europeias, acesso aos edifícios onde atuam tais instituições; direito a ocupar cargos públicos em qualquer parte da União Europeia.

O Acordo de Lisboa oficializou um instrumento de iniciativa da cidadania europeia a ponto de ser suficiente a adesão de um milhão de assinaturas de pelo menos 7 países-membros para que os cidadãos comuns se remetam à Comissão Europeia sobre qualquer assunto para a obtenção de um parecer legislativo sobre seu propósito protocolado. Para reforçar essa iniciativa, foi criado o Conselho do Cidadão. A Comissão Europeia tem a obrigação de, num prazo de três meses, analisar as sugestões dos cidadãos, entregando-lhes uma devolutiva, aceitando ou rechaçando as reivindicações com as devidas justificativas. Trata-se de um mecanismo que possibilita a participação democrática do cidadão, interagindo com os órgãos da UE, mesmo em questões de caráter inter-regional, fazendo que o cidadão alcance direitos iguais, remetendo-se além de suas fronteiras.

A Croácia não mais será mera expectadora do desenvolvimento da Europa, senão que passará a tomar parte nessas decisões e poderá ser mais participativa no que se refere à preservação de seus interesses na Europa.

Na Comissão Europeia, a Croácia poderá contar com seus enviados; No Conselho de Ministros Europeus, contará com 7 votos (como Eslováquia, Dinamarca, Finlândia, Lituânia e Irlanda). Para que as questões do Conselho de Ministros sejam qualificadas, haverá a necessidade de 260 do total de 352 votos.

A Croácia terá 12 observadores no Parlamento Europeu, elegidos a partir do Parlamento Croata.³ Estes observadores poderão levantar discussões, mas não votam. Com o ingresso croata, a partir de julho de 2013, a Croácia passa a eleger 12 representantes para o Parlamento Europeu.

³ Texto do acordo referente ao ingresso da República da Croácia na União Europeia (Ministério das Relações Exteriores e Integração Europeia, 2011), p.28-39, in (ORG.: JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.24

A Croácia, com menos de 5 milhões de habitantes, passa a uma representatividade no Parlamento relativamente maior que países mais poderosos e tradicionais da UE (com população superior a 70 milhões de habitantes). Isso porque um parlamentar croata representa 400.000 cidadãos, enquanto um representante da Alemanha, ou França, (com número de habitantes 14 vezes maior que o da Croácia) representa 800.000 cidadãos (um número apenas duas vezes maior que a representatividade parlamentar da Croácia).

Assim como outros países-membros, a Croácia terá um juiz no Tribunal Europeu. No Banco Central Europeu, a Croácia será representada pelo presidente do Banco Nacional da Croácia, o qual, após o ingresso croata na Zona do Euro, será também membro do conselho de dirigentes do Banco Central Europeu.

9 representantes da Croácia estarão no Comitê Econômico e Social, bem como no Conselho Regional Europeu. Pelo Acordo de Nice, está definido que os membros do Conselho Regional devem ter seu mandato de quatro anos direcionados para benfeitorias de uma região ou localidade.

Os representantes políticos da Croácia passarão a controlar o trabalho legislativo governamental no Conselho de Ministros e verificarão o posicionamento do governo croata em suas decisões.

Em conformidade com o artigo 141 b da Constituição da República da Croácia, o governo da União Europeia informará ao Parlamento Croata sobre as sugestões de leis e decisões das instituições que compõem a União Europeia. O Parlamento Croata poderá dar seu parecer em tais decisões, considerando-se membro partícipe nas instituições da UE. ⁴

⁴ Constituição da República Croata, NN 85/10, Art. 141 b. In (ORG.: JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [Croácia e União Europeia: vantagens e desafios da associação], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.25

O Parlamento Croata, em conformidade com o disposto no Acordo de Lisboa, poderá supervisionar os subsídios e, juntamente com os parlamentares de outros países-membros, terá o direito de uma terça parte dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais no prazo de oito semanas para levantar críticas que dizem respeito à legislação europeia.⁵

Para dar sua contribuição à referida supervisão, será valiosa a consulta ao Parlamento Nacional Croata, o qual, com sua experiência política, poderá exercer um determinado grau de controle sobre as discussões em pauta no governo da União.

A oficialização da língua croata na União Europeia

A partir de seu ingresso, a língua croata será uma das 24 línguas oficiais da UE. Isso significa que os textos dos documentos e atas da União também estarão à disposição em língua croata. Com isso, serão reconhecidos como autênticos pelas mesmas normas como os textos escritos nas outras línguas oficiais.

O cidadão croata poderá se remeter às instituições da UE em sua própria língua, e os representantes croatas nos órgãos políticos da União poderão fazer uso da língua croata.⁶

A Croácia se encontrará livre das barreiras que dificultam a entrada de um número maior e diversificado de produtos externos. Este é um fato que proporciona ao cidadão croata o acesso a produtos de maior qualidade, como, por exemplo, automóveis, aparelhos digitais, eletrodomésticos, medicamentos, alimentos, brinquedos, etc.⁷, conforme atesta, por exemplo, o certificado de garantia da RAPEX (Rapid Alert System for Non-Food Dangerous Products).

⁵ Consolidated versions of the TEU and TFEU, Protocol nº 2 on the application of the principles of Subsidiarity and Proportionality, OJC 83, 30/03/2010. In (ORG.: JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.25

⁶ JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.), op. cit. p.26

⁷ JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.), op. cit., p.31

Livre circulação de mercadoria

O sistema de livre circulação de mercadoria possibilita uma rápida informatização entre os países membros e a Comissão Europeia sobre os produtos que causam danos à saúde e à segurança do consumidor.

O empreendedorismo e a instalação dos empresários estrangeiros que queiram investir no mercado croata poderão contar com mais facilidades. Essa abertura também vale para os croatas que queiram investir no exterior. Empresários e consumidores são beneficiários dos serviços da rede eletrônica SOLVIT,⁸ que facilita a resolução de discussões litigiosas do direito internacional referentes à livre circulação de mercadorias.

SOLVIT atua na garantia do reconhecimento da qualificação e legalidade trabalhista de pessoa física ou jurídica; atua na credibilidade dos prestadores de serviço; na informação referente a impostos, livre circulação de capital, informes sobre questões ligadas à autorização de residência a estrangeiros, direito eleitoral, habilitação de motorista, registro de automóveis, alfândega, etc.

O estabelecimento de uma unidade do SOLVIT na Croácia facilitará o esclarecimento e resolução de muitos problemas ligados à livre circulação de mercadorias, bem como de várias outras necessidades ligadas ao fluxo de atividades que melhoram a qualidade de vida.

Com o início de vários acordos programados, será possível classificar os medicamentos como uma categoria particular de produto. Isso porque os medicamentos registrados na Croácia ainda não estão categorizados de acordo com as normas da UE. Portanto, será bem vinda a adaptação a essas normas para que os medicamentos da Croácia sejam aceitos no mercado europeu.⁹

⁸ Disponível em : http://ec.europa.eu/solvit/site/index_en.htm , acesso em 17/12/2012

⁹ Texto do acordo referente ao ingresso da Croácia na UE, p.122. In (ORG.: JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.31

Livre circulação de mão de obra

Os trabalhadores croatas poderão concorrer com sua mão de obra em outros países-membros e poderão se empregar devidamente registrados sem a necessidade de receber uma permissão para isso.

A migração dos trabalhadores ao exterior diminuirá a porcentagem de desempregados na Croácia. Essa porcentagem de desemprego diminuirá ainda mais com os empreendimentos estrangeiros na Croácia, interessados em contratar mão-de-obra mais barata.

Em outros países, como a República Tcheca, Estônia, Letônia, Polônia, Eslováquia, o desemprego caiu pela metade, após sua entrada na UE. Logo após o alargamento da União ocorrida em 2007, 25% da mão-de-obra romena e 1,7% da mão-de-obra búlgara imigraram a outros países-membros, contribuindo para a diminuição do desemprego nestes países.¹⁰

Os trabalhadores croatas interessados em emigrar poderão receber informação e auxílio por meio da rede EURES, que presta serviço de informação, encaminhamento e indicação para a contratação de mão-de-obra na UE. Como cidadãos europeus, os croatas terão a sua disposição monitores contratados da Croácia para melhor orientá-los quanto às vagas de trabalho disponíveis, condizentes com o perfil de cada trabalhador croata. Além disso, a EURES estenderá a língua croata em seu portal na Internet.

¹⁰ Five years of na enlarged EU. Economic Achievements and Challenges (Bruxelas: European Comission 2009, p.131. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.34

Serviços e acomodações ao concidadão migrante

O cidadão croata que quiser construir seu próprio negócio no exterior, ou participar de associações comerciais de outros países, poderá fazê-lo amparado pelas mesmas leis e normas estabelecidas para todos os países-membros. A Croácia passará a fazer parte de uma organização de intercâmbio de informações para maior organização de um mercado compartilhado (Internal Market Information System, IMI) que auxilia a superar dificuldades diante da diversidade de línguas; simplifica os procedimentos administrativos como, por exemplo, na liberalização do mercado de trabalho aos profissionais liberais; eliminação de barreiras protecionistas; no reconhecimento da equivalência da qualidade profissional nas diversas localidades da UE. Assim, haverá a automática convalidação da qualidade profissional de um croata em qualquer país-membro para atuar na Educação, Saúde, Transporte, Construção, etc.¹¹

Livre circulação de capital

Os croatas poderão abrir conta bancária em países-membros, receber créditos financeiros, mesmo não residindo no país onde o crédito é solicitado. Será possível também ultrapassar as fronteiras sem imposição de limite sobre a quantia monetária que os migrantes levam ou trazem.

Os croatas poderão comprar ações em companhias estrangeiras; poderão adquirir imóveis no estrangeiro; poderão investir no desenvolvimento empresarial de qualquer porte, assim como os estrangeiros poderão fazê-lo na Croácia levando aí aperfeiçoamento tecnológico e gerando novos postos de emprego.

Na verdade, desde 2009, por meio de um acordo prévio, croatas e estrangeiros já podem investir livremente, apenas convém ressaltar que os croatas podem ou não vender seu patrimônio e quando bem desejarem.¹²

¹¹ Texto do acordo sobre o ingresso da Croácia na União Europeia, p.70. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja(Org.) Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva [Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.38

¹² JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.), op. cit., p.42

Comércio externo

Uma vez inserida na UE, a Croácia se beneficiará com a diminuição de tributos no seu comércio externo. As tarifas impostas aos derivados de petróleo diminuirão de 9,7% para 2,0%. Em relação à energia elétrica, a tributação cai de 4,7% para 2,4%. ¹³

Como membro da União Europeia, a Croácia adquire concessão privilegiada de tributos no fechado mercado europeu (European Economic Area, EEA), que nivela as tarifas comerciais entre países da UE, inserindo-se aí a participação da Noruega, Islândia e Lischenstein. Além disso, faz proveito do comércio não tarifado com a Suíça. ¹⁴

O ingresso da Croácia na UE favorecerá condições preferenciais de comércio com países do Mediterrâneo (Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Palestina, Síria e Tunísia); estenderá um arranjo comercial com Chile, México, África do Sul e países do CARIFORUM (que integra a maioria dos países do Caribe); proporcionará privilégios no comércio com a República dos Camarões, Costa do Marfim e Coreia, diminuindo ou eliminando as tarifas comerciais com estes países.

O comércio da União Europeia possibilita a economia de gastos administrativos no controle das transações comerciais, ou seja, menos procedimentos burocráticos para efeito de comprovação da qualidade de procedência de diversos produtos. Isso traz, inclusive, economia de tempo nessas transações comerciais. ¹⁵

¹³ Word Tariff Profiles, 2011, WTO, ITC, UNCTAD. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva [Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação]*, Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.52

¹⁴ Troca de mercadorias da Croácia com o exterior em 2010. Dados efetivos. Circular informativo nº 4.2.4 (Organização Estatal de Estatística, Zagreb, 05/07/2011. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) op. cit., p.52

¹⁵ Boletim informativo anual de 2009 (Ministerio das Finanças, 2010, p.43), In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) op. cit., p.55

Croácia - Importações 2010

Autor: Adilson Prizmic Momce

Fonte: Observatory of Economic Complexity - MIT: <http://atlas.media.mit.edu/>

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

O mercado competitivo

A livre concorrência dentro do mercado croata trará vantagens ao consumidor croata, ao se deparar com garantias de validade e qualidade de produtos, maior variedade e preços mais atraentes, dada a concorrência, bem como ausência de taxas de importação.¹⁶

¹⁶ KESNER-ŠKREB, M & JOVIĆ. *Industrijska politika i državne potpore u Hrvatskoj*, Newsletter, Institut za javne financije. [*A política industrial e o auxílio estatal na Croácia*, Newsletter, Instituto para finanças públicas] In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.58

Política agrária e investimento rural

O governo croata não será o único responsável no auxílio ao desenvolvimento rural, posto que a UE também assume o compromisso de conceder subsídios que promovem o desenvolvimento agrário. No período de 2014 – 2016, um quinto dos recursos destinados ao desenvolvimento rural será disponibilizada aos trabalhadores rurais, isto é 54% de investimento, em lugar dos 30% de investimento que sobrecarregaria o Estado croata.¹⁷

Os subsídios e investimentos esperados para o desenvolvimento no setor agropecuário desencadeará melhorias tecnológicas que podem tornar a Croácia mais competitiva no mercado europeu.

O modelo europeu de desenvolvimento rural envolve melhorias no aspecto econômico, social, educacional e cultural. Tal modelo deverá ser aplicado à Croácia. Sobre este aspecto, convém salientar que 91,6% do território croata são classificados como área rural, onde habitam 47,6% da população.¹⁸

¹⁷ STIPIĆ-NISETEO, L. *Hrvatskoj poljoprivredi na raspolaganju 745 milijuna eura*. Zagreb: Privredni vjesnik, 2011, p.3 [745 milhões de euros à disposição dos agricultores croatas. Informativo econômico do jornal Vjesnik de Zagrebe, 2011, p.3]

¹⁸ Strategija ruralnog razvoja Republike Hrvatske za razdoblje 2008 – 2013. [Estratégia de desenvolvimento rural da República da Croácia no período de 2008 - 2013], Governo da República da Croácia, 2007, p.7 In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.68

Os produtos exportados da Croácia receberão o selo: ‘Produzido na União Europeia’. Melhor que isso, é o reconhecimento e divulgação de determinados produtos, quando estiverem inseridos na lista europeia de produtos autóctones. É o caso de produtos genuinamente croatas que terão sua originalidade preservada e amparada na UE por meio de certificado internacional de patentes. Assim, levam o selo original de qualidade e procedência regional, produtos que, com essa projeção continental, podem aquecer as exportações e atrair um maior número de turistas: a linguiça e a bagaceira da região da Slavônia, o presunto defumado da península Istria, o sal da ilha de Paš, o licor ‘Maraschino’ de Zadar, o vinho do litoral dalmatino e outros produtos de tradição nacional croata.¹⁹

Croácia - Exportações 2010

Autor: Adilson Prizmic Momce

Fonte: Observatory of Economic Complexity - MIT: <http://atlas.media.mit.edu/>

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

¹⁹ Što smo dogovorili s Bruxellesom ? Zagreb: Vjesnik, Lipanj, 2011, str. 10 [O que nós combinamos com Bruxelas ?, Jornal Vjesnik de Zagreb, junho de 2011, p.10]

Garantia de procedência e qualidade dos alimentos

A Croácia garantirá ao seu cidadão uma rica diversidade de alimentos saudáveis, de acordo com a exigência e opção do mercado europeu. Haverá mais transparência e informação sobre os produtos vendidos de modo a proporcionar ao consumidor mais satisfação e segurança, uma vez estabelecidas as normas do TRACES (Trade Control and Expert System) ²⁰

Essas exigências proporcionam credibilidade à Croácia, necessária para que seus produtos sejam competitivos no mercado dentro e fora das fronteiras da UE.

A pesca

Em 2009, a UE estabeleceu que a pesca oriunda de países alheios à União deveriam apresentar um certificado de pesca legalizada e inspecionada. Uma vez integrados na UE, a partir de julho de 2013, os croatas ficam isentos de tal abordagem.²¹

A Croácia também pode contar com o European Fisheries Fund (EFF) que financia e auxilia diversos investimentos de modo a facilitar a modernização de procedimentos relacionados à pesca. A Croácia tem a sua disposição o auxílio financeiro de 30 milhões de euros para aprimorar as instalações portuárias; pode otimizar a logística no transporte, embarque e desembarque da pesca; pode importar novas técnicas para aumentar a produtividade pesqueira.

²⁰ Accession conference on Accession to the European Union – Croatia, Subject: European Union Common Position on Chapter 12: food Safety, Veterinary and Phytosanitary Policy (AD 29/10, (IMITE, CONF – HR 25) 22/07/2010. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [Croácia e União Europeia: *Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.75

²¹ Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural da Croácia. Portaria do Congresso e Portaria da Comissão 1010 / 2009, referente às normas da União no combate à ilegalidade e clandestinidade das práticas pesqueiras. (Portaria IUU). In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.), op. cit., p.81

Transporte

A rede de transporte trans-europeia torna inevitável a execução de dois projetos: da ligação ferroviária com o corredor trans-europeu X e o projeto da via fluvial do Danúbio.

A UE facilitará a modernização das vias ferroviárias da Croácia que, atualmente, encontram-se desgastadas e precárias, visto que apenas 9% de suas ferrovias circulam em duplo sentido; apenas 36% delas são eletrificadas, de modo que as ferrovias nesse estado não podem concorrer com as rodovias. Por isso, urge para a Croácia a obtenção de recursos do Fundo de Coesão.

A inserção da Croácia na rede trans-europeia irá harmonizar a Croácia com a estrutura de transporte com os países da UE e impulsionará a melhor conexão do interior croata ao seu litoral.

Para atender às exigências da União, a Croácia já introduz tacógrafos digitais que informam o tempo de viagem e descanso dos maquinistas. Pelas normas da União, estão previstas, também, compensações e indenizações aos usuários em caso de atrasos e adiamentos nos meios de transporte.

Com a participação de companhias estrangeiras, os meios de transportes tendem a ficar mais baratos, devido à livre concorrência, sem contar que os usuários estarão usufruindo de maior conforto e eficácia no transporte. Haverá um aumento na oferta de trabalho com a demanda de mais veículos públicos e novas vias utilitárias. As companhias croatas se verão obrigadas a melhorar os seus serviços de transporte.²²

²² Quadro de adaptação estratégica 2007 – 2013. Instrumento de auxílio 2007 – 2013 (República da Croácia, 2007), p.34. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.88

A CENTRALIDADE DA CROÁCIA NA PENÍNSULA BALKÂNICA

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: United Nations Commission for Europe http://www.unece.org/trans/main/tem_ter.html

Política econômica

A Croácia deverá padronizar a sua contabilidade nos termos da UE. Existe toda uma supervisão fiscal da macroeconomia europeia para viabilizar a consolidação das finanças públicas, sobretudo com o propósito de diminuir o déficit público. Com isso, a Croácia aumentará a credibilidade e transparência em suas contas públicas e sua política fiscal.

A futura introdução do Euro em sua economia livrará a Croácia de gastos com a conversão monetária.

Política social

Em suas metas para 2020, a política social croata planeja um vínculo empregatício para 75% da população entre 20 e 64 anos. Pretende, com isso, diminuir o risco de 20 milhões de habitantes entrarem em estado de miséria.²⁴

No período de 2007–2013, a União Europeia estipulou 10% do total de seus recursos destinados ao Fundo Social Europeu (cerca de 75 bilhões de euros).²⁵

É importante salientar que o Fundo Europeu garante 500 milhões de euros para auxílio aos trabalhadores prejudicados com a liberalização comercial, enfrentando dificuldades de concorrência com a globalização.²⁶ Para beneficiar-se disso, é benvindo o ingresso da Croácia na UE, uma vez que o Fundo Social Europeu é o principal instrumento de inclusão de mão-de-obra e fomento de novos empregos. Poderá financiar programas de pré-qualificação; projetos para geração de empregos; combate à discriminação e desigualdade social.²⁷

Adaptando-se às conquistas já alcançadas pela UE, a Croácia tende a eliminar a discriminação entre a maioria de empregados do sexo masculino (54%) e do sexo feminino (46%), sendo que as mulheres recebem 90% da média remunerada dos homens.²⁸

²⁴ Europe: A strategy for smart, sustainable and inclusive growth (COM 2010, 2020 final), p.5 In (ORG.: JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.109

²⁵ FAULEND, M & ŠOŠIĆ, V. *União Monetária Europeia: introdução à União Europeia*. Zagreb: Ed Mintas-Hodak, 2010, p.117

²⁶ European Globalization Adjustment Fund. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/social_agenda/c10155_en.htm, acesso em: 26/08/2011

²⁷ European Social Fund. Disponível em: <http://ec.europa.eu/esf/home.jsp?langId>, acesso em 19/12/2011

²⁸ *Žene i muškarci u Hrvatskoj*. Zagreb: Državni Zavod za statistiku, 2011, str. 39 [*Mulheres e homens na Croácia*. Zagreb: Organização Estatal de Estatística, 2011, p. 39]

O cidadão croata receberá direito de utilizar um cartão de saúde que assegura assistência médica em qualquer parte da UE. Os gastos com serviços de saúde são devolvidos em curto prazo.

Nos primeiros seis meses, como membro da UE, a Croácia receberá 687,5 milhões de euros do Fundo de Estrutura e Coesão para a Croácia. Nos anos posteriores, a Croácia receberá um valor maior desse auxílio, dependendo do aproveitamento do referido recurso para o impulso industrial na Croácia e mais oportunidades de emprego.

Administração pública

A Croácia receberá, já no primeiro ano como país-membro da UE, 29 milhões de euros para realizar um mecanismo eficaz de reforma administrativa e aplicação da legislação da União Europeia nos órgãos administrativos e judiciários da Croácia.²⁹

A adaptação da Croácia às normas administrativas da UE propicia a descentralização da estrutura administrativa, eliminando barreiras e morosidades burocráticas, fato este que diminui gastos administrativos e tempo de espera pelos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Em 2010, foi fundada a Escola Estatal de Administração Pública para capacitação de funcionários especializados e atualizados conforme práticas mais eficazes na administração pública, adotadas nos países da UE, como nos moldes de profissionalização da Ecole Nationale d'Administration (ENA), na França.

²⁹ Texto do acordo de integração da Croácia à EU, p.44. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.133

Educação

Desde 2011, a Croácia tira proveito do Programa Erasmus da UE que promove o intercâmbio de estudantes e professores em cursos de universidades renomadas. O intercâmbio de pesquisa em várias áreas tende a elevar a formação dos jovens croatas e vincular os conhecimentos modernos que adquirem no exterior e que serão, cada vez mais, aproveitados na sociedade croata.³⁰

Preservação do meio ambiente

Uma das condições para ingressar na UE é o compromisso de preservação do meio ambiente que mobilizou a sociedade croata que só tem a ganhar com isso, uma vez que seu empenho será revertido em seu próprio benefício. Exemplo disso é a melhoria no tratamento de águas potáveis e melhorias nas redes de esgoto.³¹

Em relação à preservação da natureza é preciso ressaltar a convergência das políticas ambientais da Croácia com procedimentos da rede ecológica 'UE Natura 2000' que compreende o espaço continental e marítimo, preservando a diversidade biológica da Croácia.

Inserida na UE, a Croácia será mais efetiva no controle da poluição industrial. Está previsto o investimento de 10 bilhões de euros para os próximos 10 anos com o propósito de cuidar do meio ambiente.

³⁰ Eurostat. Research and development expenditure, by sectors of performance - % of GDP. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/science_technology_innovation/data/maintables, acesso em 16/02/2012

³¹ Nacionalni strateški referentni okvir 2012-2013, Vlada Republike Hrvatske, 2010, Nacrt, str.21. [Quadro referencial de estratégia nacional, 2012 – 2013, Governo da República da Croácia, 2010, Esboço, p.21] In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.151

Defesa do consumidor

Amparado por lei, o consumidor croata se beneficiará de informações mais detalhadas sobre os produtos encontrados no mercado.³²

O consumidor croata será amparado pelas mesmas conquistas adquiridas pelos consumidores de outros países-membros, valendo-se da rede central de proteção ao consumidor (European Consumer Centres Network ECC – Net) que compreende 29 países, incluindo Islandia e Noruega, que possibilita até a troca de informações entre os consumidores desses países, como, por exemplo, no caso de alerta sobre produtos prejudiciais à saúde provenientes da indústria alimentícia, ou farmacêutica, por meio do (Rapid Alert System for Nonfood Dangerous Products, RAPEX)

Política externa

Em conformidade com o acordo de Schengen, que desconsidera as fronteiras internas na UE e fortalece o controle das fronteiras externas, a Croácia poderá satisfazer todos os critérios do referido acordo até 2015.³³

Pelo Programa de Estocolmo (2010 – 2014), a Croácia estará amparada por estratégias de segurança da UE na guerra contra as diversas atuações de organizações terroristas e criminosas (comércio de drogas, mulheres, crianças, armas, carros roubados, lavagem de dinheiro, etc.) Com isso, será implantada, também na Croácia, toda uma estrutura interativa de investigação entre os órgãos policiais dos países que compõem a UE. A partir de 2011, começou a operar a agência central de controle do sistema de dados com sede em Talin, na Estônia, o qual concentra informações de vistos e digitais. Outro sistema de informações com tal propósito é o centro operacional de Strasburgo (França).

³² Uredba 1169/2011 od 25.10.2011 uvodi veća slova za oznake na prehrambenim proizvodima. [Portaria 1169/2011, de 25/10/2011, decreta letras maiores para informar sobre produtos comestíveis.] In (ORG.: JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.157

³³ EU Press. Hrvatske pripreme za Schengen, 2.Zvibnja 2011; Glas Istre. Schengen gasi granične prijelaze u Istri, 22 siječnja 2011. [EU Press: A preparação da Croácia para Schengen, 02 de maio de 2011; JORNAL-A Voz da Istria: Shengen apaga as fronteiras na ístria, 22 DE JANEIRO DE 2011.]

Todo esse esquema de segurança proporciona mais segurança aos países membros da UE que passam a adotar um procedimento de colaboração para combater as ações criminosas, inclusive o cybercrime que invade o sistema informatizado de órgãos governamentais, bancos, forças armadas, etc.

Sem pretensões de vir a ser uma grande potência, a Croácia é um país de pequeno porte e tradicionalmente vulnerável a ações hegemônicas de países vizinhos.

Uma forma de salvaguardar sua integridade nacional é estabelecer acordos bilaterais e multinacionais alcançando segurança com menos gastos em arsenal bélico, mesmo porque não poderia se defender apenas com suas forças armadas. Como membro da NATO, a Croácia é mais forte e atuante, contando com a colaboração da NATO para a estabilidade do sudeste europeu.

O compositor austríaco Johan Strauss compôs a valsa *Danúbio Azul* em 1867, atraído pela exuberância do rio. Mas nos dias de hoje, esta corrente fluvial foi contaminada pela industrialização. Com seus 2.888 quilômetros, o Danúbio é o segundo rio mais longo da Europa, depois do Volga na Rússia. Os ministros de Meio Ambiente de 16 países europeus de sua bacia se comprometeram por escrito a elevar a cooperação para melhorar a qualidade de suas águas. O documento assinado pelos ministros reconhece a importância da região do mar Negro e do Danúbio. O Danúbio nasce na Floresta Negra alemã, flui para o mar Negro e morre em um delta que constitui uma rica reserva ecológica de 4.500 quilômetros quadrados.

As nações que compartilham a bacia (Alemanha, Áustria, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Geórgia, Hungria, Moldávia, República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Turquia, Ucrânia) somam 148 milhões de habitantes. Nove dessas nações integram a União Europeia. Bósnia-Herzegovina, Eslovênia, Geórgia, República Tcheca e Turquia não têm acesso direto ao rio, mas o alcançam através de outras vias fluviais ou do mar Negro.

O Danúbio é um dos 10 rios mais ameaçados do mundo, que estão secando como resultado das mudanças climáticas, poluição e barragens. As barragens ao longo do rio Danúbio já destruíram 80% das áreas inundáveis e áreas úmidas da bacia.

Um dos principais problemas da contaminação é o despejo de fertilizantes e resíduos orgânicos no rio, sufocando peixes e outras formas de vida aquática. Reduzir essa poluição causada pelas propriedades agrícolas é uma das tarefas a que se propõe na região o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

“A contaminação de nutrientes está longe de terminar”, disse o diretor regional do programa do Pnuma, Ivan Zavadsky, em Bucareste, na Romênia. Ele acrescentou: “Chegou a hora de tomar medidas conjuntas em toda a bacia, entre elas melhor tratamento do esgoto e utilização de detergentes sem fosfatos”.³⁴

³⁴ Vesna Perić Zimonjić da IPS, Belgrado, para www.envolverde.ig.com.br, acesso em 22/03/2007

A professora, Dra. Andjelka Mihajlov, ex-ministra de Meio Ambiente da Sérvia, disse à IPS que nos últimos anos foram solucionados alguns dos principais problemas que surgiram nos 600 quilômetros do Danúbio que passam pelo território sérvio. Ela que atualmente é membro do Conselho do Banco Europeu para assuntos do meio ambiente, considera que a importância da coesão ecológica dos países balcânicos vem sendo discutida desde outubro de 2003 quando houve um encontro entre os ministros do meio ambiente dos países dessa região em Skopje (Macedônia) para tratar da inclusão dos países balcânicos nos programas do meio ambiente propostos pela União Europeia.

A Sérvia teve de limpar o rio nos arredores de Novi Sad, cerca de 60 quilômetros ao norte de Belgrado, onde três gigantescas pontes foram destruídas pelo bombardeio realizado pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1999. Os restos das pontes bloquearam a circulação do Danúbio. Cerca de sete mil toneladas de escombros ficaram em seu leito. Somente em 2003 se conseguiu retirá-los totalmente, ao custo de US \$ 30 milhões, doados pela comunidade internacional.

Os aviões da OTAN também destruíram 18 depósitos da refinaria de Novi Sad e outras cinco em Pančevo - outra cidade ribeirinha a apenas 10 quilômetros de Belgrado. Milhares de toneladas de petróleo inundaram o rio e mancharam a terra. Várias organizações internacionais gastaram, em 2006, mais de US \$16 milhões para tratar as águas contaminadas.

Uma das obstruções do rio é o gigantesco sistema composto por duas centrais hidrelétricas compartilhadas por Sérvia e Romênia, Đerdap I e Đerdap II, construídas no começo da década de 70, cerca de 250 quilômetros a leste de Belgrado. Esse sistema é considerado um “ponto negro ambiental”, devido ao acúmulo de sedimentos tóxicos nos lagos artificiais criados para a construção das usinas.

“As consequências ambientais não eram uma preocupação quando construíram as hidrelétricas”, disse à IPS um ex-funcionário sérvio que participou do projeto. Disse ainda: “Um estudo a respeito foi mantido no mais absoluto segredo pelos chefes do partido comunista”.³⁵

A diferença em relação àquela época é que agora o ambiente é algo que preocupa o governo e os não governantes tanto em nível nacional como internacional.

A OEBS (Organizacija za Evropsku Bezbednost i Saradnju – Organização para a Segurança e Cooperação Europeia) tem a tarefa de promover e auxiliar a aplicação do princípio denominado ECONÔMICO – ECOLÓGICO. A OEBS elaborou projetos para a Eurorregião Danúbio 21, no encontro dos rios Sava e Danúbio, na capital sérvia - Belgrado – para viabilizar o desenvolvimento sustentável através de políticas de rigorosa fiscalização e aplicação de impostos, reestruturação do setor energético e intensificação de investimentos.

Com a assinatura do acordo sobre o processamento energético da região, em outubro de 2005, os ministros das energias da Croácia, Sérvia e de outros países balcânicos, aderiram ao incremento de fontes renováveis de energia, seguindo decisões do protocolo de Kyoto, o qual respalda investimentos na região e a introdução de uma tecnologia mais sofisticada nas termoeletricas uma vez que os recursos financeiros internos desses países são precários. Foi uma conquista da diplomacia desses países balcânicos nos encontros sobre o meio ambiente em Bonn e em Milão.

³⁵ Revista Ekologia Danas [Ecologia Hoje] www.danas.co.yu ,acesso em 09/05/2007

3.2 O QUE A UNIÃO EUROPEIA ESPERA DA CROÁCIA

Da mesma forma que os croatas buscam novas oportunidades no exterior, os demais países-membros igualmente depositam muitas pretensões na Croácia. Por este motivo, os croatas devem estar preparados para receber uma grande quantidade de estrangeiros, muitos dos quais assumindo altos cargos profissionais que exigem um conhecimento tecnológico especializado, que ainda está sendo introduzido na Croácia.

Os demais países da União Europeia têm interesse em contratar os jovens pesquisadores e trabalhadores mais destacados que emigram da Croácia em busca de oportunidades. Com isso, a Croácia perde mentes brilhantes que poderiam desenvolver projetos, patentes e novas tecnologias dentro da Croácia com a própria qualidade humana de que dispõe. É preocupante o fato de que, atualmente, já é maior a porcentagem de jovens emigrantes altamente qualificados, do que a porcentagem de jovens emigrantes com baixa formação escolar.³⁶

Mesmo que as mentes brilhantes permanecessem em solo croata, não haveria condições estruturais para alimentar suas iniciativas.

Os trabalhadores croatas devem estar cientes de que a União Europeia introduzirá um limite de sete anos aos trabalhadores migrantes em caráter temporário, aqueles cuja ocupação não requer alto nível escolar, geralmente vinculados à economia informal.

³⁶ Convergence Report; svezak II: Cjelovito izvješće; br: 48879-HR (Svjetska banka, 2009.), str.32. [Convergence Report; volume II: Relatório integral, nº 48879-CR (Banco Mundial, 2009), p.32] In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva [Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação]*, Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.35

A União Europeia espera que a Croácia modifique a função de uma série de instituições de caráter nacional para que estas sejam convergentes com uma identidade europeia. Entretanto, o Parlamento Croata ainda não se encontra capacitado para preencher todos os compromissos que exigem a estrutura política da UE. Antes de tudo, a capacidade administrativa croata ainda não está em grau de acompanhar a agenda e o empenho de todo país-membro. Convém ressaltar que a Croácia não poderá presidir o Conselho de Ministros até meados de 2020. A ordem representativa dos países-membros a presidir o Parlamento Europeu já está pré-definida.

A União Europeia vai, por exemplo, cobrar dos empresários croatas mais adequação aos parâmetros de pesos, medidas, resistência, durabilidade, enfim, uma produção diferenciada, equiparada à dos produtos criteriosamente colocados no mercado europeu.

Livre circulação de capital

Os dirigentes da União Europeia estão conscientes de que o setor agropecuário croata não suportaria a automática liberalização da compra de suas propriedades rurais por particulares de outro país-membro da UE. Por isso, há que se respeitar um período de sete anos em que o referido estrangeiro fica impossibilitado de comprar propriedades agrárias na Croácia, a contar da data de ingresso definitivo deste país na União, 1º de julho de 2013. Mesmo assim, há discussões dentro da União Europeia sobre a insuficiência de tal período para a adaptação da economia agrária croata a ponto de ser competitiva no mercado europeu. Um grupo de políticos da UE propõe três anos a mais do que os sete anos previstos, para evitar que os croatas vendam suas propriedades a estrangeiros diante da atual desigualdade competitiva.³⁷

³⁷ Tekst Ugovora o pristupanju RHEU, str. 129 [Texto do Acordo sobre o ingresso croata na EU, p. 129.] In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.44

Os países da União Europeia não mais deverão pagar tributos por seus produtos exportados à Croácia por conta de políticas protecionistas deste país que passará a fazer parte da União. Assim, a Croácia deixará de receber taxas comerciais que, em 2010, renderam 1,6 bilhões de kunas (moeda croata, cuja unidade, nos dias de hoje, equivale a 0,13 euros).

Desde 2006, a União Europeia tem financiado a privatização e reestruturação de estaleiros na Croácia. Se, no prazo de 10 anos, tais estaleiros não forem privatizados e reestruturados nos planos aprovados pela Comissão Europeia, esta cobrará a devolução do dinheiro aplicado.³⁸

Política agropecuária

Com seu ingresso na UE, a Croácia perde autonomia na condução da política agrária, que deverá acatar as diretrizes da Common Agricultural Policy (CAP). Além disso, enquanto país-membro, a Croácia deverá pagar uma porcentagem de seus rendimentos no setor rural como contribuição à CAP. Ainda assim, o planejamento político deste órgão da UE não necessariamente está engajado com soluções para os problemas da agropecuária na Croácia. Antes, porém, faz-se conveniente lembrar que os gastos com o desenvolvimento rural, adequado aos padrões europeus, eram sustentados pelo Estado croata.

³⁸ KESNER – ŠKREB, M & JOVIĆ, I. *Industrijska politika i državne potpore u Hrvatskoj*, Newsletter, Institut za javne financije, br:55, 2011, str.1. [*Política estatal e subsídio estatal na Croácia*, Newsletter, Instituto para finanças públicas, nº 55, 2011, p.1] In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.59

Um exemplo de obediência aos ditames da UE, é a intervenção desta nos planos dos agricultores croatas, uma vez que estes não podem aumentar a plantação de uvas até 2015.⁴⁰ Trata-se de uma medida da UE para controlar a quantidade de oferta e procura do tão requisitado vinho europeu, visando estabilizar o preço do vinho europeu no mercado global. Além disso, a maioria dos produtos rurais croatas ainda não satisfazem as exigências de qualidade da UE, e não será em curto prazo de tempo que a Croácia poderá alcançar plenamente o padrão europeu de qualidade em suas propriedades. O valor de uma mercadoria no comércio mundial e nas bolsas de valores tende a baixar, se a oferta aumentar e a qualidade diminuir, conforme a lei de oferta e procura na economia em geral.

A UE estabelece um prazo de adaptação até 2015 também a outras atividades econômicas da Croácia, como é o caso da carne, pescado, laticínios. Estes e outros produtos poderão ser expostos no mercado croata e em outros mercados fora da UE pelo modo como são produzidos atualmente. Por tal motivo, é possível que a produção croata, ainda que pouco expressiva, não tenha tanta necessidade em agilizar as modificações cobradas em sua adaptação aos moldes da UE até 2015. Consequentemente, há o risco dos produtos croatas não serem aceitos no mercado da UE.

³⁹ KESNER – ŠKREB, M. & JOVIĆ, I. *Industrijska politika i državne potpore u Hrvatskoj*, Newsletter, Institut za javne financije, br:55, 2011, str.1. [*Política estatal e subsídio estatal na Croácia*, Newsletter, Instituto para finanças públicas, nº 55, 2011, p.1] In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.70

Transporte

Permitir que companhias estrangeiras de transporte exerçam suas atividades dentro do território croata pode prejudicar os croatas atuantes neste setor, caso não consigam aprimorar os serviços de transporte em curto prazo. Assim, as companhias croatas correm o risco de perderem seus usuários para as companhias estrangeiras de transporte.⁴⁰

Em se tratando de transporte de carga, a União Europeia não concederá sequer um prazo para que os croatas se adequem aos serviços dos estrangeiros, os quais poderão entrar na Croácia já em 2013.

A Croácia não poderá limitar ou aplicar medidas administrativas sobre o transporte interfronteiriço de companhias de países-membros da UE, cujos serviços de transporte se encontram muito melhor estruturados que os meios de transporte da Croácia.

⁴⁰ Convergence Report; svezak II: Cjelovito izvješće; br: 48879-HR (Svjetska Banka, 2009.), str.118. [Convergence Report; volume II: Relatório integral, nº 48879-CR (Banco Mundial, 2009), p.118] In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.89

Preservação do meio ambiente

A UE destinará à Croácia aproximadamente 2 bilhões de euros para que o país balcânico melhore a rede de esgoto; 2,5 bilhões de euros para preservar a biodiversidade e amenizar a desenfredda poluição atmosférica.⁴¹

Energia

A energia elétrica e a energia derivada do petróleo aumentarão seu preço para o bolso do consumidor croata. Isso porque a Croácia importa energia e, além disso, a UE acrescenta uma taxa no consumo de energia, por conta da contaminação do meio ambiente e encargos decorrentes da supervisão e gastos com melhorias na infraestrutura de obtenção e uso de energia.

Política monetária

A introdução da Croácia na Zona do Euro significará a perda de soberania desse país. Isso porque a Croácia perderá a decisão de emissão e circulação monetária, que passará a ser comandada pelo Banco Central Europeu.⁴²

A União Europeia espera, primeiramente, reforçar a inspeção econômica e fiscal dentro da Zona do Euro para, só em 2016, levar a Croácia à Zona do Euro. Mesmo assim, as finanças públicas da Croácia, sobrecarregadas com altos encargos, terão de enfrentar condições piores do que as de 2010, numa atitude de esforço da UE para evitar o ‘efeito-dominó’ da crise do euro.

⁴¹ Ministarstvo Zaštite Okoliša i Prostornog Uređenja RH. [Ministério de Preservação do Meio Ambiente e Organização Territorial da Croácia.] Acessível em: <http://www.mzopu.hr/default.aspx?id=10486> Acesso em: 07/02/2012

⁴² FAULEND, M & ŠOŠIĆ, V. *União Monetária Europeia: introdução à União Europeia*. Ed Mintas-Hodak. (2010). In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva [Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação]*, Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.105

Política regional

A UE oferece auxílio financeiro a todas as regiões de cada país-membro que justifique a aplicação dos fundos de investimentos necessários para a concretização de seus projetos. Assim, a desigualdade econômico-social na Croácia poderá piorar, uma vez que as regiões mais desenvolvidas potencialmente serão as mais favorecidas na concessão de auxílio financeiro, uma vez que se encontram mais estruturadas para corresponder às expectativas de retorno do capital investido pela UE. A obtenção de investimentos nas regiões mais pobres torna-se mais complexa e morosa. Daí a probabilidade de se agravar o quadro desigual entre as regiões da Croácia.

Por decreto assinado em Dublin com a UE, a Croácia se prontifica a dar asilo a estrangeiros que significam um peso para a economia croata e podem comprometer a estabilidade na sociedade croata.⁴³

De 2015 a 2018, o Fundo de Pesquisa da União Europeia cobrará da Croácia meio milhão de euros para carvão e aço.⁴⁴

Política externa

Ao fazer parte do quadro da UE, a Croácia sentirá a diminuição de sua autonomia em relação à política externa, pois seus objetivos deverão ser convergentes com os objetivos da Common Foreign and Security Policy da UE. Ao fazer parte desta instituição, a Croácia poderá entrar na lista de países visados por terroristas.

⁴³ MUP (Ministarstvo Unutarnih Poslova) Republike Hrvatske nije spreman za Schengen: manjka tisuću policajaca i oprema. 29.studenog 2010. [MUP (Ministério dos assuntos internos da República da Croácia) não está preparado para Schengen: faltam mil policiais e recursos] Acessível em: <http://vinkovci.com.hr/hrvatska/hrvatska/mup-nije-spreman-za-schengen-manjka-tisuu-policajaca-i-oprema/> Acesso em 05/02/2012

⁴⁴ Texto do Acordo de inclusão da Croácia na EU, p. 42. In JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva* [*Croácia e União Europeia: Vantagens e desafios da associação*], Zagreb: Instituto de Relações Internacionais, 2012, p.147

3.3 EURO-REGIÕES PARA ELIMINAR O INDIVIDUALISMO NACIONALISTA

Conforme Agnew,

*“A União Europeia oferece um bom exemplo contemporâneo de uma forma de hegemonia sem império, dentro de um mundo regionalizado. A UE possui um vasto alcance moral e legal. A partir do momento em que foi se expandindo a mais países e cobrindo mais aspectos de regulação política, a UE foi se inserindo na vida cotidiana não somente dos países-membro, mas também daqueles que querem ser integrados. A UE impõe padrões comuns; assegura seu marco legal através de assinaturas e acordos implicitamente ameaçadores. Externamente às suas fronteiras ameaça os países e as empresas com o isolamento.”*⁴⁵

A União Europeia sustenta o desejo de dividir a Federação Europeia em regiões, denominadas “Regiões Europeias”, argumentando que uma nova configuração regional seria conveniente para evitar a centralização impraticável dentro de um Estado gigantesco e fazer com que determinados países-membros compartilhem aspectos comuns de modo a descartar as delimitações atuais de cunho nacionalista. Por exemplo, os eslavos do sul apresentam aspectos comuns. As euro-regiões seriam formadas por dois ou mais países vizinhos. Assim, teremos um futuro contexto de uma possível região na qual estarão inseridas a Croácia, a Sérvia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina: integrantes dos Bálcãs Ocidentais, ou podemos também ter um contexto da região do Adriático, envolvendo, futuramente, Eslovênia e Itália.

⁴⁵ AGNEW, John. A Nova Configuração do poder global. (artigo) Caderno CRH, Salvador, V.21, n.53. Maio/Ago, 2008, p.6

Os neofuncionalistas idealizam a integração europeia como um processo no qual as instituições supranacionais vão gradualmente expandindo as suas competências produzindo como efeito principal a decomposição das soberanias nacionais, diminuindo a importância das fronteiras entre os Estados, bem como sua autonomia. Este modelo prevê o aparecimento de um super-Estado regional. A doutrina neofuncionalista da integração foi desenvolvida essencialmente por Ernest Haas e Leon Lindberg.

Para Ernst Haas,

“ [...] integração é o processo no qual os autores em contextos nacionais distintos são persuadidos a mudar suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo e amplo centro, onde as instituições possuem ou demandam jurisdição sobre os Estados nacionais preexistentes. O resultado final de um processo de integração política é uma nova comunidade política, super-imposta sobre as anteriores.” ⁴⁶

Já para Lindberg, integração representa:

“(...) o processo pelo qual as nações renunciam ao desejo e habilidade para conduzir suas políticas externa e interna independentemente um do outro, buscando, em vez de tomar decisões conjuntas, delegar a tomada de decisões para os órgãos de um novo centro em um processo pelo qual os atores políticos são persuadidos a mudar suas expectativas nas atividades políticas para este novo centro.” ⁴⁷

⁴⁶ HAAS, Ernst. *Beyond the Nation States: Functionalism and International Organizations*. Stanford : Stanford University Press. 1964, p.1

⁴⁷ LINDBERG, Leon. *The Political Dynamics of European Economic Integration*. Stanford : Cambridge University Press, 1963, p.6

A Assembleia das Regiões Europeias, em dezembro de 1996, aprovou a “Declaração sobre o regionalismo na Europa”, aberta para uma linha federativa da UE, na qual as regiões teriam autonomia para tomar suas decisões. Mas certamente seria impossível agradar todas as nacionalidades integradas em uma mesma região. Eliminar-se-ia o papel do Estado-Nação nesta nova composição.

Para a concretização das euro-regiões, fundou-se um programa especial de cooperação interfronteiriça – Interreg, garantindo um investimento de 4.825 bilhões de euros no período de 2000 a 2006. Para o período de 2007 a 2013 esse valor aumentou para 7,8 bilhões de euros. Há 13 programas de cooperação transnacional. Esse vultoso capital poderia ser direcionado aos países-membros cambaleantes em dívidas públicas.

A União Europeia dificilmente dará conta de contentar todas as partes envolvidas no desenvolvimento inter-regional. A ex-Iugoslávia também enfrentou problemas para satisfazer as partes envolvidas em suas relações inter-regionais. Em 1970 houve uma queda de 27,7% do comércio inter-regional da Ex-Iugoslávia; Em 1980, a queda foi de 21,7%. Houve uma disputa, para citar um exemplo, entre a companhia Naftagas-Promet da Voivodina e a croata INA. A primeira, apoiada pelas autoridades sérvias, desafiou a segunda no controle da venda de gasolina ao longo da rodovia Zagreb-Beograd. Apesar da atuação da INA ter sido desenvolvida desde 1971, foi boicotada na Voivodina pelas autoridades sérvias, que alegaram: *“um posto de combustível ali, seria perigoso”* e ordenaram a construção de uma barreira de proteção, impedindo o acesso de veículos, violando, inclusive, uma decisão judicial favorável à empresa croata.⁴⁸

⁴⁸ THOMPSON, Mark. *The Ending of Yugoslavia*. Apud Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, FFLCH-USP, 2005, p.63

O desenvolvimento econômico inter-regional da Iugoslávia se deu de forma desigual. Populações do sul, como em Kosovo, necessitavam cada vez mais de ajuda financeira, incorrendo em aumento de déficit do próprio Estado iugoslavo, cuja estratégia passou a ser a transferência de recursos de empresas mais saneadas do norte (como as da Croácia e Eslovênia) para as meridionais. Isto contribuiu para animosidades que geraram o esfacelamento da ex-Iugoslávia.

O Parlamento Europeu, através da determinação 1082 / 2006 / EC e do Conselho Europeu, 5 de julho de 2006, funda um novo organismo chamado European Grouping of Territorial Cooperation (EGTC), cuja principal tarefa é incentivar e administrar ações relacionadas com as regiões trans-fronteiriças. Essa competência foi confirmada pela encarregada de políticas regionais, Danuta Hubner. Trata-se de um mecanismo que enfraquece o Estado nacional. Os estrangeiros possuem o direito de participação nas eleições de qualquer país-membro e escolher os encarregados para seus negócios. Bruxelas poderá direcionar créditos e financiamentos, priorizando os países que acatarem os compromissos de regiões trans-fronteiriças.

As euro-regiões servem de instrumento para o enfraquecimento dos Estados nacionais mais vulneráveis. Para o Partido Somente Croácia, trata-se de uma nova roupagem de colonização de espaços vizinhos empreendida pelos europeus mais poderosos. Teoricamente, todos os países-membros dessa União possuem direitos iguais, mas os mais fortes são os que se beneficiam dela.

A Croácia navega no sonho de uma integração europeia sempre com a convicção de que será o único caminho viável para adquirir verbas e desenvolvimento. Mas nem toda verba esperada será acessível aos croatas e o desenvolvimento não será no mesmo nível da Europa Ocidental.

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NOS Balcãs Ocidentais

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: BŌŠNJAK, Marjan. EU ? – Ne Hvala ! Zagreb: CIP, 2010

A ideia de unir grupos étnicos para que uns possam proteger os interesses nacionais dos demais após a 1ª Guerra Mundial, não vingou nem durante o período entre guerras, nem após a 2ª Guerra, pois tal proposta de união não satisfaz de forma homogênea os interesses das nacionalidades. Hardt e Negri chamam a atenção para o fato de que pode ser muito difícil distinguir proteção de opressão. *“Essa estratégia de ‘proteção nacional’ é uma faca de dois gumes, que por vezes parece necessária, apesar de sua capacidade de destruição.”*⁴⁹

⁴⁹ HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.198

O processo de criação dos Balcãs Ocidentais começou no ano 2000, quando Stipe Mesić, em Zagreb, comprometeu-se a integrar a Croácia em uma região que compreende as ex-repúblicas iugoslavas, sem a Eslovênia e acrescentando a Albânia. Foi até firmado o acordo: Nova CEFTA – uma área em processo de integração europeia, passando a incluir a Albânia, Bosnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Macedônia, Moldávia, Montenegro, Romênia, Sérvia e Kosovo. Trata-se de um acordo para livre comércio e suas novas regras agilizam, facilitam e tornam mais baratas as transações em nível de UE e em nível global. Firmou-se um protocolo de cooperação na literatura e linguística. Essas repúblicas também institucionalizaram uma cooperação no âmbito judiciário.

Há uma programação de reuniões periódicas entre seus governantes. Fala-se, inclusive, em cooperação militar e o envio de soldados sérvios e croatas em missões de paz. Os políticos das diferentes repúblicas que constituíam a ex-Iugoslávia se encontram em frequentes visitas e se abraçam e se beijam em público e concordam com a concepção de serem tratados pela UE prioritariamente como sub-região. A retomada da política de boa vizinhança nas relações internacionais entre os países dos Balcãs Ocidentais, rendeu-lhes credibilidade e estímulo de investimento externo.

Em 2001, 26 especialistas internacionais de todas as partes do mundo se engajaram em torno de uma massiva campanha sob o slogan: “Zagađenje zahteva rešenje” (“A poluição requer solução”). Somaram-se a essa iniciativa, organizações não governamentais e representantes do governo, elaborando projetos de lei que foram aprovadas no final de 2004. Daí o governo sérvio ter reconquistado a confiança internacional, tanto que já em 2003 a OEBS incluiu a participação da Sérvia na 5ª Conferência Ministerial Pan-europeia sobre o meio ambiente realizada em Kiev - Ucrânia, 2003. Após isso, a Sérvia solicitou e foi contemplada para sediar a 6ª Conferência em Belgrado, 2007.

“Comissão do rio Danúbio” e “Comissão do rio Sava” : Acordos multilaterais

A poluição causada pelos barcos é menor em comparação com a poluição dos esgotos e das indústrias nas margens dos rios, mas não deixa de ser preocupante. O maior perigo está no descaso, ou precariedade das embarcações cuja carga contém óleos utilizados nos motores dos barcos, ou embarcações que transportam carvão e derivados de petróleo.

O transporte de carga através do Danúbio vem aumentando e atualmente isso representa 40% de tudo que se transporta por ele. Em 2006, a “Comissão do Danúbio” completou 150 anos de formação. É a 1ª organização da Europa engajada em estabelecer a livre navegação através do Danúbio. A comissão do Danúbio compreende 11 membros: Alemanha, Áustria, Eslováquia, Hungria, Croácia, Sérvia, Bulgária, Romênia, Moldávia, Rússia e Ucrânia (A Ucrânia é país membro desta comissão por conectar-se ao Danúbio pelo mar Negro. É o país com a maior quantidade de poluentes provenientes de sua carga transportada pelo rio). Outros países também participam com status de observadores: Holanda, França, República Tcheca e Turquia.

A missão da OEBS na Sérvia conta com a colaboração do Departamento Sérvio para Assuntos Econômicos e Políticos do Meio Ambiente, desde o início de sua criação em 2001, quando reuniu esforços para democratizar e estabilizar a economia do país, adotando políticas de parceria com os países vizinhos. Em novembro de 2001, em Belgrado foi assinada a Carta de Cooperação entre Sérvia, Croácia, Bósnia - Herzegovina para criar um programa de preservação do rio Sava. Este foi o primeiro documento assinado entre os representantes dessas repúblicas após a guerra civil dos anos 90. Este fato motivou a adesão da Eslovênia, em dezembro de 2002, nessa cooperação multilateral, criando a “Comissão do rio Sava”, dada a importância transnacional que também passou a ter este afluente do Danúbio.

A Sérvia, em maio de 2005, acrescentou a “Comissão do rio Sava” na pauta das discussões vinculadas à “Comissão do Danúbio”, realçando parcerias na regulamentação da navegação do rio Sava e no que diz respeito à exploração comedida dos recursos hídricos e de outras riquezas do seu ecossistema. Essa

estratégica iniciativa da Sérvia, ampliando a magnitude da Comissão do Danúbio, contribuiu para que a Sérvia assumisse a presidência dessa comissão até 2007. O secretário de transportes da Sérvia, Dragan Vančagović, aproveitou a oportunidade para lamentar as condições obsoletas do rio Sava, não acompanhando o padrão internacional.⁵⁰

As Euro-regiões são mostras de um ‘rearranjo territorial’ que dialoga com a formulação de ‘reterritorialização’ dada por Rogério Haesbaert.⁵¹ Concordamos que o território e a fronteira dos Estados persistem atualmente, e seus políticos ainda valorizam leis de protecionismo, de embargo, de controle militar. Haesbaert, assim como Badie, reconhece a maior permeabilidade das tecnologias e da interdependência econômica do mercado mundial. Haesbert chama de hibridismo as múltiplas influências que modificam o espaço, sem que isso concretize o fim dos territórios, mas sim uma ampla interação com as influências externas, que no caso dos eslavos-do-sul, a nosso ver, serviram de respaldo na recente desintegração destes.

⁵⁰ Disponível em :www.danas.co.yu, acesso em 27/12/2005

⁵¹ HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.227-229

Rogério Haesbaert comenta que Newman mostra uma leitura às vezes ainda excessivamente tradicional de território, com suas fronteiras limitadas e invioladas, pelo fato de Newman não concordar nem mesmo com a tese de que os territórios hoje estariam mais ligados a espaços multipartilhados ou àquilo que Haesbaert denominou de multiterritorialidade:

“Para Newman, basta tentar sugerir a noção de ‘territórios partilhados’ para muçulmanos e sérvios na Bósnia, gregos e turcos cipriotas em Chipre, Hutus e Tutsis em Ruanda ou judeus e árabes na Palestina, que soaria democrático, mas não está baseado na realidade de conflito prolongado, animosidade, ódio e desconfiança.”⁵²

Não vemos excesso na leitura de Newman, que inclusive nos parece mais pertinente que algumas convicções aqui expostas a partir de respeitáveis pós-modernistas como Badie, Haesbaert, Hardt e Negri. Uma dessas convicções que não aceitamos é a seguinte:

“É um grave erro abrigar qualquer nostalgia dos poderes do Estado-nação ou ressuscitar qualquer política que celebre a nação. Antes de tudo, esses esforços são inúteis, porque o declínio do Estado-nação é um processo natural e irreversível”⁵³

O ex-Estado iugoslavo se desmantelou em sete novos Estados. Até aí concordamos com o pensamento de Haesbaert, Hardt e Negri. Porém, pelo que temos observado nos Bálcãs, o declínio de um Estado-nação dá lugar a outros Estados-nação e não ao fim das nações. Consideramos o Estado-nação em processo de transmutação (mas sempre um Estado corporificado espacialmente numa identidade coletiva, mesmo que seja forjado por artimanhas políticas). Tanto é assim que hoje temos o exemplo da Croácia como Estado-nação com seu povo-croata, seu território, sua língua oficial-croata, sua religião-católica, sua história patriótica de luta pela defesa da soberania. Se sua soberania for abalada, o status de tal Estado-nação passará a um novo processo de transmutação.

⁵² HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.210

⁵³ HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.357, 358.

A Comissão Europeia financia alguns programas que fortalecem a formação da região dos Bálcãs Ocidentais. Em 2006, criou um fundo denominado Cross Border Institution Building (CBIB), instituto ultra-fronteiriço. O objetivo do CBIB é proporcionar a cooperação para superar as discórdias entre os países dos Bálcãs Ocidentais e prepará-los para a política europeia de coesão.⁵⁴

Os projetos dessa instituição contam com escritórios em Belgrado (Sérvia), Sarajevo (Bosnia-Herzegovina), Podgorica (Montenegro), Skopje (Macedônia), Tirana (Albânia), e outros escritórios, que poderão ser abertos, de acordo com as necessidades e implementação dos projetos da CBIB. O escritório principal é o localizado em Belgrado composto por Nataša Gospodinjacki, Marija Stevanović, Maja Stojanović, Milena Blagojević, Snežana Paranosić e Olivera Milutinović.

Desde o início de suas atividades, em 2006, os dirigentes da CBIB promoveram mais de 60 encontros, seminários e algumas conferências em Belgrado e Zagreb.

Para efeito de análise de alguns projetos :

Cooperação ultra-fronteiriça entre Sérvia e Croácia

18 de dezembro de 2009, a Comissão Europeia aprovou o projeto ultrafronteiriço de cooperação entre Sérvia e Croácia cuja finalidade é 'estabelecer a cooperação econômica ultrafronteiriça': Osijek com Baranja; Vukovar com Srem; Poželja com Slavônia; Brod e províncias do rio Sava com Sremski Kotar e também com o sul, oeste e norte de Bačka e Mačvanski Kotar. A implementação deste projeto está sendo conduzida a partir de dois escritórios: um na cidade de Sremska Mitrovica (Sérvia) dirigida por Darko Cvejić, e outro em Zagreb dirigido por Emina Štefičić do Ministério do desenvolvimento regional.

⁵⁴ Disponível em: www.cbib-eu.org , acesso em 20/12/2012

Projeto da Grande Sérvia na Croácia e Bósnia-Herzegovina

Este projeto compreende uma área de 70.000 Km², direcionado a 4,4 milhões de pessoas. Há a necessidade de renovação das atividades econômicas e aumento da coesão social. A Comissão Europeia visa ligar toda a Sérvia com a Krajina croata e com a Dalmácia e Herzegovina. Este projeto será conduzido a partir de três escritórios financiados pela UE: Um em Banja Luka (Bosnia), outro em Mostar (Herzegovina), e o terceiro em Zagreb.

Em dezembro de 2007, a Comissão Europeia aprovou o financiamento para cooperação entre a Sérvia e Bosnia-Herzegovina, o qual, pelo lado sérvio, compreende Srem, Mačva, Kolubar e Zlatibor ⁵⁵ em uma superfície total de 15.000 km². Pelo lado bosniaco, compreende a cooperação com o leste do território sérvio dentro da Bósnia, incluindo a parte central e oriental da Bósnia, a área ao longo do rio Sava e o distrito de Brčko, totalizando 17.500 km². A Comissão Europeia calcula que nessa área envolvendo a Sérvia e Bosnia-Herzegovina vivem aproximadamente três milhões de pessoas. Oficialmente, a meta deste projeto é ‘a aproximação dos seus habitantes, apoio econômico de forma a proporcionar uma mobilização conjunta para o desenvolvimento da região.’ Será difícil realizar tal propósito em algumas localidades da Bósnia, como é o caso de Srebrenica⁵⁶, Goražd, Foča e Derventa, onde os sérvios empreenderam limpeza étnica. Este projeto é conduzido a partir de dois escritórios, um em Užica, na Sérvia dirigido por Ljiljana Rasumović, o outro em Tuzla, dirigido por Danijela Konjić.

⁵⁵ Zlatibor [Pinheiro Dourado]

⁵⁶ Srebrenica [Prateadinha]

Projeto ultra-fronteiriço entre Croácia e Montenegro

Em dezembro de 2007, a Comissão Europeia aprovou o projeto ultra-fronteiriço de cooperação entre Croácia e Montenegro, cujo desejo oficial é ‘promover melhores condições sócio-econômicas e, com isso, relações de boa vizinhança na área fronteiriça destes países. Neste projeto não há inclusão apenas da área fronteiriça de Dubrovnik e província de Neretva, senão que vai além disso – território croata a dentro: abarcando também a Dalmácia com Split, mesmo que Split não seja fronteiriça com Montenegro.⁵⁷ Em Montenegro, este projeto envolve: Budva, Bar, Herceg Novi, Kotor, Tivat, Cetinje, Ulcinj, Nikšić, Podgorica e Danilovgrad.

Este projeto enquadra 13.000 km² onde vivem mais de um milhão de pessoas. Dois escritórios são atuantes: um em Kotor, dirigido por Sanja Todorović; outro em Dubrovnik, dirigido por Mirna Žunić.

Projeto ultra-fronteiriço entre Croácia e Hungria

A Comissão Europeia já vem financiando projetos de cooperação ultra-fronteiriça entre Croácia e Hungria, ligando três províncias húngaras (Zala, Somogy e Baranya) com as seguintes províncias croatas : a do rio Mura, a de Koprivnica - Križevac, a Virovitica, prolongando-se pela área ao longo do rio Drava, Osijek ligada à Baranja croata, Varaždin ligada a Bjelovar, estendendo-se à área de Bilogorje, Požega ligada a Slavônia, e Vukovar ligada às demais localidades de Srjem.⁵⁸

⁵⁷ O doutorando deste trabalho esteve buscando documentos de seus avós dalmatinos na Croácia e soube que documentos mais antigos são transferidos à prefeitura de Dubrovnik. A ilha de Korčula, então, está sob jurisdição de Dubrovnik, herança secular da supremacia de Dubrovnik sobre tal região.

⁵⁸ Bjelovar [Fortaleza Branca]; Bilogorje [Monte Branco] ; Vukovar [Fortaleza do Lobo]

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL - CROÁCIA-HUNGRIA

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Projeto ultra-fronteiriço entre Croácia e Eslovênia

A Comissão Europeia aprovou o projeto dos Eslovenos, cujo objetivo estratégico é incrementar o desenvolvimento em toda área fronteiriça entre Croácia e Eslovênia. Os atores envolvidos neste projeto estão sediados em Ljubljana – capital da Eslovênia, enquanto que do lado croata não existe nem mesmo um escritório representativo.

Além destes projetos aqui referidos, a Comissão Europeia articula outros que terão início a partir de 2013.

O Fundo Europeu já aprovou no IPA (Instrumento de Assistência de Pré-adesão), em procedimentos transcorridos de 2007 a 2013, a inclusão da Croácia em dois projetos bilaterais de cooperação ultra-fronteiriça (com a Eslovênia e Hungria) e três projetos bilaterais com os 'países dos Bálcãs Ocidentais' - assim denominados oficialmente pelos órgãos da UE - Sérvia, Montenegro, Bósnia-Herzegovina.

Faz-se pertinente lembrar que já foi até assinada uma declaração de fundação da euro-região adriática, 6 de fevereiro de 2006 em Veneza. Tal região compreende 22 milhões de pessoas de seis países banhados pelo mar Adriático. Está subdividida em 7 unidades administrativas na Itália; uma unidade da Eslovênia (Izola); uma da Bósnia-Herzegovina (Neretva); uma de Montenegro (Kotor); 5 das unidades constituintes dessa região são da Albânia; 7 unidades croatas (Istria, Goranja litorânea, Lika-Senj, Zadar, Šibenik-Knin, Split, Dubrovnik). Tal demarcação regional lembra os domínios dos áureos tempos da República de Veneza. Esta lembrança se faz oportuna, uma vez que há 23 unidades administrativas da euro-região adriática, porém apenas 9 delas receberam financiamento da EU, contemplando muito mais as unidades italianas (7 da Itália, 1 da Croácia- Istria, e 1 de Montenegro- Kotor). Este é um fato que indica a desigualdade no contexto da União Europeia em função do poder articulado tradicionalmente pelos mais ricos.

A EUROREGIÃO DO ADRIÁTICO

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: BOŠNJAK, Marjan. EU ? – Ne Hvala ! Zagreb: CIP, 2010

Paralelamente ao projeto da Região do Adriático iniciado pelos italianos com a cooperação de Jakovčić, a Comissão Europeia pôs em ação outro programa, mais amplo, chamado: Programa Adriático de Nova Vizinhança. A liderança operacional deste projeto, encontrado na internet ⁵⁹ foi delegada à região italiana de Abruzzo (Direction of Presidency Affairs, International Activities Service) cuja diretora é Giovanna Andreola. O programa é financiado pela instituição financeira italiana ATI FIRA (Finanziaria Regionale Abruzzo) com sede em Pescara. O encarregado deste financiamento é Gianluca Primavera.

Se houvesse a boa intenção de promover a integração econômica e social em benefício dos croatas, seria mais necessário um projeto que não levasse em conta majoritariamente os interesses da Europa Ocidental; que se preocupasse com a integração, desenvolvimento e cooperação da Croácia com localidades fora do território desta, onde também vivem croatas, sobretudo na Herzegovina e nos limites da Bósnia ao longo do rio Sava.

Nesse jogo de interesses, há uma manifestação hegemônica velada. Segundo Agnew,

“o termo ‘hegemonia’ origina-se de uma palavra grega que significa dominação ou liderança não necessariamente territorial. Pode ser ampla e difusa ou concentrada geograficamente. Normalmente, envolve mais do que uma mera coerção econômica e militar, dependendo de cooperação e de um consentimento ativo.” ⁶⁰

⁵⁹ Disponível em: www.interregadriatico.it, acesso em 21/12/2012

⁶⁰ AGNEW, John. *A Nova Configuração do poder global*. (artigo) Caderno CRH, Salvador, V.21, n.53. Maio/Ago, 2008, p.3

Império e hegemonia não estão sempre em oposição, mas sim aparecem em justaposição. Seguindo a concepção de Agnew, a diferença real do temo hegemonia, frente ao império, reside em ser possível alcançar a hegemonia sem que esta se expresse como compromisso explícito no que se refere à organização territorial ou bloco geográfico. A hegemonia pode se valer de diferentes níveis, ao persuadir os subordinados ao invés de utilizar a coerção.⁶¹

A União Europeia persuadiu a entrega dos líderes militares sérvios para que a Sérvia demonstre esforços e cooperação para se candidatar a Estado-membro da UE.

A concessão de empréstimos do Banco Central Europeu à dívida pública da Grécia também se apresenta como um ato solidário, mas em compensação a isso, a sociedade grega sucumbe com a contenção de gastos públicos, acatada por seus governantes, uma vez que estes se encontram submissos às pesadas medidas impostas pela União Europeia.

“Um império absolutamente hegemônico nunca é alcançado exclusivamente através de medidas coercitivas.”⁶²

Vale lembrar também que o império romano cedeu espaço ao cristianismo e até o adotou como religião oficial do império; Napoleão Bonaparte, conforme exposto no primeiro capítulo deste estudo, permitia que os povos dominados cultivassem suas tradições culturais. Foi flexível com os croatas que puderam expressar o ‘movimento ilírio’, baseando-se no idealismo que identificasse os croatas com uma história coletiva.⁶³

⁶¹ AGNEW, John. *A Nova Configuração do poder global*. (artigo) Caderno CRH, Salvador, V.21, n.53. Maio/Ago, 2008, p.7

⁶² AGNEW, John. *A Nova Configuração do poder global*. (artigo) Caderno CRH, Salvador, V.21, n.53. Maio/Ago, 2008, p.8

⁶³ Para saber mais sobre o movimento ilírio, vide Adilson Prizmic Momce. *Nacionalismo dos eslavos-do-sul de 1848 aos dias de hoje: um estudo sobre a relação entre espaço, identidade e poder*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Departamento de Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009, p.5-19

4 ARGUMENTOS CONTRA O INGRESSO CROATA NA UNIÃO EUROPEIA

4.1 O ACORDO DE LISBOA NÃO ESTRUTURA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

O acordo de Lisboa define um novo super-Estado europeu, aceito 25 de novembro de 2007, mas sua tradução para a língua croata não foi divulgada ao povo croata. Com exceção de um pequeno número de políticos croatas, a população croata ignora o conteúdo de tal acordo. O governo e a burguesia croata, envolvidos com os interesses da União Europeia, evitam qualquer discussão que revelariam a porcentagem de perda de soberania do povo croata.

No mês de setembro de 2009, o acadêmico croata, Davorin Rudolf, publicou na revista *Adrias* da cidade de Split, a tradução croata do acordo de Lisboa, que ele próprio organizou e tratou de filtrar os excessos e descomplicar a versão em língua inglesa do acordo de Lisboa. Entretanto, quase ninguém sabe da existência de tal tradução, uma vez que apenas 300 exemplares foram publicados. O Ministério das Relações Exteriores da Croácia, também responsável pela integração europeia não disponibilizou a tradução do referido documento no seu site, nem faz qualquer menção sobre o mesmo na mídia croata. A postura do Estado croata, neste contexto, tem se afastado dos anseios populares.

Bresser-Pereira concebe o Estado como a expressão da sociedade. Para ele, o Estado é a instituição que a sociedade cria para que regule o comportamento de cada um, e assim assegure a consecução dos seus objetivos políticos. Segundo sua linha de raciocínio, se a sociedade é autoritária, com diferenças muito grandes de poderes entre a elite e o povo, o Estado será autoritário. Diferentemente deste quadro, se as diferenças de poder, derivado do dinheiro e do conhecimento, tornam-se minimizadas entre as classes que compõem a sociedade, mais democrático e mais forte será o Estado – mais capaz, portanto, de desempenhar seu papel de instrumento de ação coletiva da sociedade.⁶⁴

⁶⁴ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo, 1987, Dossiê Nação/Nacionalismo, vol.22, n.62, p.175

Pelo acordo de Lisboa, o qual passou a vigorar 1º de dezembro de 2009, a União Europeia passou a constituir-se de elementos de Estado federativo no qual os países membros perdem importantes aspectos de sua soberania estatal e, em termos políticos, transformam-se em uma espécie de província autônoma dentro de um novo mega-Estado de meio bilhão de cidadãos.

Pelo artigo 3 (2) do acordo de Lisboa, a futura União Europeia se define como Estado político sem fronteiras internas, garantindo o livre trânsito entre seus concidadãos. Isso faz com que a Croácia tenha de abrir suas portas a um potencial enorme de imigrantes que poderão se estabelecer onde bem desejarem, de modo que os croatas perderão o controle sobre suas fronteiras externas. Há também o problema da emigração de jovens croatas em busca de novas oportunidades fora da Croácia.⁶⁵ O artigo 9c do acordo de Lisboa modifica o critério para aprovação de decisões a serem tomadas pelo Conselho de Ministros, que vigorará a partir de 1º de novembro de 2014. As decisões serão aprovadas com a condição de compreender minimamente 15 dos 27 países membros, com isso, 65% do total de habitantes da União. Entretanto, este é apenas uma medida temporária, pois, a partir de 1º de abril de 2017, qualificar-se-á como maioria (a) 55% da população da União, ou (b) 55% dos membros. Convém ressaltar que apenas seis grandes membros: Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Espanha e Polônia constituem 70% do total de habitantes da União, enquanto os demais 22 países compreendem 30%. De modo que nenhuma decisão poderá contrariar a vontade dos grandes membros, os quais tendem a uma política comum de centralizar em suas mãos as ações e decisões que se remetem aos 28 membros.

⁶⁵ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p.16

A União Europeia direciona e determina a política externa da Croácia, conforme prescrito no artigo 188 (1) que enfatiza que todos os acordos da UE devem ser acatados por todos os países que a constituem. O artigo 61 (2) do acordo de Lisboa delega mais poder à União no sentido de controlar as fronteiras externas; conceder asilo; decidir sobre o destino dos asilados. Deste modo, não cabe à Croácia a decisão sobre sua política de concessão de asilo. Os asilados que forem contemplados pela União poderão ingressar em terras croatas, mesmo que tenham obtido acesso pela Itália, Espanha, Grécia, Portugal, ou qualquer outro país membro.

É possível fazer uma leitura da União Europeia numa relação de poder em que países mais ricos e estabilizados, sobretudo Alemanha e França, buscam tirar proveito dessa união. A hegemonia não é exclusividade dos americanos. Alemães superam os EUA, Japão e China na produção industrial de alta tecnologia com valor agregado, basta verificar que a Alemanha é o maior exportador de máquinas sofisticadas. Trata-se de uma disputa de imperialistas em caráter econômico.

*“o termo ‘império’ origina-se do latim e significa lei suprema, poder absoluto. Normalmente, trata-se de um governo em que várias pessoas e territórios estão unidos administrativamente sob uma única jurisdição ou aparato administrativo. Um império pode ser um território contíguo (como nos casos da antiga Roma e do império russo), mas também um império estrangeiro ou marítimo (como foi o caso do império espanhol, do francês e do britânico). É a unificação de vários “povos” sob um mesmo domínio o que constitui um traço distintivo do império.”*⁶⁶

O Acordo de Lisboa instituiu a Polícia Federal Europeia, bem como o European Public Prosecutor's Office com competência para arbitrar em todos os países da União. O Conselho de Ministros ampliam a ação de todo esse aparato de segurança e controle judiciário acima das equivalentes instituições croatas.

⁶⁶ AGNEW, John. *A Nova Configuração do poder global*. (artigo) Caderno CRH, Salvador, V.21, n.53. Maio/Ago, 2008, p.9

Seis países membros possuem, cada qual, um advogado geral em caráter permanente: Alemanha, França, Itália, Espanha, Inglaterra e Polônia. Outros 5 postos de advogados gerais são ocupados pelos demais 22 países-membros em sistema de rodízio. Considerando que o mandato dos advogados gerais dura 6 anos, e que cinco lugares são preenchidos por 22 membros, a Croácia teria direito de nomear seu advogado geral a cada 26 anos. Caso o número de membros aumente, tal período será ainda maior.

A maioria dos jornalistas croatas obedece às diretivas dos seus empregadores e de influentes políticos para não perderem o emprego. Aqueles que se pronunciam contra a entrada da Croácia na UE simplesmente são excluídos da notoriedade midiática, porque os países fortes da UE compram, subornam e manipulam o editorial dos meios de comunicação para amainar o euro-ceptismo cada vez mais intenso, sobretudo agora com a crise do Euro.

A elite política croata trabalha em sintonia com os meios de comunicação no sentido de escamotear a corrupção sobre a venda de empresas estatais. O doutorando deste estudo, em trabalho de campo na Croácia (janeiro de 2012), constatou que muitos estabelecimentos estatais da indústria e comércio foram adquiridos por particulares sob circunstâncias nebulosas, conforme será exposto ao longo deste capítulo cuja abordagem é mais extensa justamente por apresentar dados evitados (até mesmo escamoteados) pela mídia e de difícil acesso ao leitor-cidadão comum.

Máquinas de grande porte pertencentes a fábricas estatais que empregavam grande número de mão de obra foram desviadas de determinadas aldeias, como é o caso de Blato na ilha de Korčula, para destino desconhecido, sem esclarecimento algum à população. Isso contribuiu para o alto desemprego, uma vez que não puderam mais contar com os meios de produção de carvão, de tecidos para vestuário, de alimentos, etc.

Ocorre na Croácia capitalista algo não praticável no seu período socialista. A partir do depoimento de um funcionário da empresa “Blato 1902”, verifica-se que dita empresa se consolidou por mais de um século no mercado pela pureza e alta qualidade de seus produtos: vinho, azeite, embutidos, etc. Contudo, os atuais

compradores desses produtos (grandes atacadistas estrangeiros) prometem efetuar o pagamento da transação em 90 dias. Posteriormente, adiam o pagamento por mais tempo, até gerar um lamentável calote. Além disso, os produtos - já em mãos de tais intermediadores de grande porte - são adulterados com água, açúcar, soja e demais substâncias que visam maior faturamento, prejudicando a originalidade do produto e a credibilidade dos aldeões croatas.

Em 1997, o primeiro presidente croata, Franjo Tuđman, antes de falecer, acrescentou à constituição de 1991 o direito da maioria se manifestar sobre o destino da nova República via referendun, bastando apenas 50% mais um do total de eleitores. As pesquisas de 2005, 2006, 2007 e 2008, constataram a insatisfação da população quanto à entrada da Croácia na UE. Isso levou os políticos croatas a se reunirem, 16 / 06 / 2010, de portas fechadas para mudar a constituição em caráter urgente. As decisões foram divulgadas ao grande público apenas superficialmente. A alteração leva em consideração o seguinte critério: Se do total de eleitores, apenas 50% manifestam seu voto, será a metade destes mais um voto, o suficiente para aprovação em referendun. A alteração na lei restringiu a participação de eleitores, proibindo a votação dos croatas que residem fora da Croácia.⁶⁷ Convém mencionar que os croatas que vivem na Bósnia são ainda mais céticos e pessimistas com relação aos rumos da Croácia na UE.

⁶⁷ O doutorando desta pesquisa, que também possui cidadania croata, encontrava-se na capital croata à época da realização do referendun, em janeiro de 2012, e mesmo interessando-se, pessoalmente, para votar, foi impossibilitado pelos mesários que exigiram comprovação de residência fixa na Croácia.

4.2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA CROÁCIA EM MÃOS DE ESTRANGEIROS

Os meios de comunicação na Croácia estão nas mãos dos estrangeiros. O maior destes é o grupo alemão Westdeutsche Allgemeine Zeitung Medien Gruppe (WAZ), que é o maior acionista do Europress Holding (EPH) com 50% das ações. Nino Pavić é sócio minoritário que ocupa a função de chefe administrativo, mas com apenas 25% das ações, e outros 25% das ações são de Miroslav Kutle.

Westdeutsche Allgemeine Zeitung e EPH são os editores da maior parte dos periódicos na Croácia: *Jutarnji List* [Folha da manhã], *Slobodna Dalmacija* [Dalmácia livre], *Sportske novosti* [Novidades esportivas], *Slavonski dom* [Lar slavônio], *Dubrovački vjesnik* [Noticiário de Dubrovnik], *Šibenski List* [Folha de Šibenik]. Atualmente, Westdeutsche Allgemeine Zeitung controla inúmeros periódicos também em outros países balcânicos. Na Sérvia WAZ é o maior proprietário do jornal de Novi Sad, *Dnevnik* [Diário] e de sua gráfica. É também 50% acionista do *Politika*, de Belgrado e do *Sportski žurnal*, bem como proprietário do jornal *Autobild* e da distribuidora *Štampa*. Em Montenegro, 50% proprietário do jornal *Vijesti* [Notícias] e, na Macedônia, sócio majoritário dos jornais: *Dnevnik*, *Utrinskog Vjesnika* e *Vesti*.

A segunda maior empresa midiática é a Styria Medien AG, da Áustria. Os periódicos que estão sob seu comando são: *Večernji List* [Folha da noite], *24 sata* [24 horas], *Poslovni dnevnik* [jornal do trabalho], *TV tjedan* [semanário da TV], *Revista semanal gratis Metropole* e o portal: www.njuskalo.hr. A Styria está presente também na Bosnia-Herzegovina com o *Večerneg List*, e na Sérvia é proprietária do *Adria Media Serbia*, publicando em língua sérvia: *Men's Health*, *Cosmopolitan*, *Gala Style*, *Elle*, *National Geographic Srbija*, *Lisa*, *Sensa i Mama*. Na Eslovênia, Styria é proprietária dos periódicos: *Dnevnik* e *Žurnal 24*.

O maior acionista do jornal *Novi List* (Nova Folha) da cidade de Rijeka e do jornal *Glas Slavonije* (A voz da Slavônia), até recentemente, foi a misteriosa empresa Media Development Loan Fund, de Nova York (MDLF), financiada por George Soros e por investimento proveniente da CIA, segundo depoimento de algumas pessoas do próprio meio jornalístico, que preferem não se identificar. A MDLF está registrada em Nova York como “empresa sem fins lucrativos”. Além da

Croácia, a MDLF discretamente controla, e financia meios de comunicação na Sérvia, Macedônia, Montenegro, Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Eslováquia, Bulgária, Hungria, Ucrânia, Gruzia, Armênia e até na Rússia. MDLF foi fundada em 1995, e o sócio fundador e diretor desde o início foi o sérvio Aleksandar (Saša) Vučnić, que chegou a tal posição através do jornal *Soroseve Zaklade*, da cidade de Praga, onde trabalhou durante a guerra civil da Ex-Jugoslávia. De 1990 a 1993, Saša Vučnić foi diretor e editor chefe da Radio de Belgrado B-92.

Assim, o capital estrangeiro controla os meios de comunicação não apenas na Croácia, senão que em toda a Ex-Jugoslávia, impondo seus interesses na economia, cultura e política nessa região.

Edward Said em sua obra: “Cultura e Imperialismo” descortina a cultura como elemento político no processo de dominação imperial. Said afirma que o indivíduo movimenta a História, infiltrado na mentalidade e nas instituições. A ideologia aí não é perceptível, não é evidente. Ela se introduz pela imprensa, pela literatura.⁶⁸

Já Gramsci diz que a ideologia é concepção de mundo, um direcionamento moral da sociedade, que quando se institui vira hegemonia. A ideologia é portadora de uma verdade para criticar e contestar. Na verdade, é apenas outro enunciado.

Condensando essas atribuições da ideologia, podemos constatar que a União Europeia também é uma ideologia: Uma vez não contestada, passa a fazer parte da mentalidade, perpetrando a hegemonia de quem a constrói.

⁶⁸ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 33

A rede nacional de televisão na Croácia – RTL está com 74% das ações nas mãos de alemães. A empresa Agrocor do empresário Todorić detém 25% das ações. Mas o maior proprietário da RTL é a empresa Bertelsmann AG com sede em Gutersloich. A família Bertelsmann é dona de 76,9% das ações da empresa. A família Mohn, também alemã, é outra associada desta empresa com 23% das ações, ficando o restante em mãos de pequenos acionistas. Trata-se de uma empresa também engajada politicamente. Em sua secular tradição na imprensa, atuou em todas as partes do mundo, valendo-se de vários nomes de firmas. Quando compraram a renomada editora americana Random House, os jornalistas norte-americanos pressionaram os Bertelsmann a reconhecerem que durante o comando de Adolf Hitler sua empresa foi a maior editora propagandista do Terceiro Reich. Contudo, a Fundação Bertelsmann alega que seu objetivo atual é “ampliar a democracia” e, ao que lhe convém, alargar a União Europeia.

A Fundação Bertelsmann, 2 de junho de 2005, em Zagreb, organizou um fórum de dois dias denominado: “Sudeste Europeu rumo a União Europeia”. Estiveram presentes representantes de vinte países, dez presidentes de Estado e seis organizações internacionais. O presidente do fórum foi o membro do conselho executivo da fundação Bertelsmann, Werner Weidenfel, e como palestrantes: o então primeiro-ministro croata, Ivo Sanader; o primeiro-ministro austríaco, Wolfgang Schüssel; a ministra das relações exteriores croata, Kolinda Grabar Kitarović e outros. Isso diz alguma coisa quanto ao peso político da Fundação Bertelsmann.

Nos dias de hoje, o braço televisivo dos Bertelsmann, Grupo RTL, continua seu posicionamento na região ao comprar 49% da rede de televisão sérvia Avala. No conselho legislativo do Grupo RTL atua o ex-presidente da Comissão Europeia, Jaques Santer.

Outra rede de TV “croata”, Nova TV, encontra-se em mãos da também estrangeira Central European Media Enterprises, cujo maior proprietário é Ronald Lauder, um dos sucessores do império em cosméticos alcançado pela Estee Lauder. Ele é menos conhecido no cenário mundial, mas é familiar aos croatas, dado que Lauder foi o enviado americano para Viena em 1986 / 87, e antes disso,

no Pentágono, foi agente secreto do ministério da defesa para Europa e NATO. Ronald Lauder é também um dos mais destacados ativistas do nacionalismo judeu no mundo, e já foi presidente do Congresso Mundial dos Judeus.

O Centro de Jornalismo Europeu, EJC ⁶⁹, nos últimos 10 anos, organizou e financiou cursos diferenciados para 900 jornalistas. A Delegação da UE na Croácia, desde 2007, vem premiando em dinheiro, computadores, máquinas fotográficas, viagens a Bruxelas, participação em eventos culturais a estudantes do Ensino Básico e Superior na Croácia. Os contemplados devem produzir textos, fotos, vídeos e projetos, enaltecendo um futuro de glória para a Croácia, uma vez inserida na União Europeia. Ações semelhantes também partem de instituições do governo croata. Neste caso, contudo, a verba disponível é proveniente de impostos, isto é, dinheiro do povo.

⁶⁹ Disponível em : www.ejcseminars.eu , acesso em 17/01/2012

4.3 O DESTINO DOS BANCOS CROATAS NA UNIÃO EUROPEIA

94% dos bancos na Croácia estão em mãos de estrangeiros. O banco central croata possui controle limitado sobre a supervisão de bancos estrangeiros. Com seu ingresso na União Europeia, tal limitação aumenta ainda mais, pois deve seguir os rumos traçados pelo Banco Central Europeu.⁷⁰

O Banco Central Europeu é encarregado de administrar os serviços e reservas dos bancos dos países-membros e todo Estado-membro deve garantir que a legislação de seus bancos nacionais vise a atender às metas do Banco Central Europeu.

O Banco de Zagreb (ZABA) é o maior banco da Croácia e os recentes trâmites do novo Estado croata - independente e capitalista - já permitiram que a maior parte do seu patrimônio esteja em poder do grupo italiano UniCredit. Em 30 de junho de 2009, o Banco Central da Croácia avaliou os bens ativos e passivos do Banco de Zagreb em 91 bilhões e 245 milhões de kunas.

A Uni Credit, através do Banco de Zagreb, desenvolveu atividades sobre imóveis. O Banco de Zagreb é 100% proprietário da Zane, uma das maiores corretoras de imóveis da Croácia com unidades em Zagreb, Rijeka, Split, Osjek, Varaždin, bem como nas cidades de Sarajevo (Bósnia) e Mostar (Herzegovina).

Para presidente administrativo do Banco de Zagreb foi nomeado o croata Franjo Luković, mas o Conselho Fiscal do banco é ocupado exclusivamente por italianos e alemães: Franco Andreeta, Carlo Marini, Carlo Vivaldi, Stephan Winkelmeier, Fabrizio Onida, Klaus Junker, Torsten Leue, Graziano Cameli, Robert Zadrazil e Erich Hampel.

⁷⁰ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p.103

Poljoprivredna Banka Zagreb – PBZ - [Banco Rural de Zagreb] é o segundo maior banco de Zagreb com um patrimônio em torno de 62 bilhões de kunas. Seu maior proprietário, com 77% do seu capital é o Intes, grupo bancário da Itália, seguido pelo Banco Europeu para Renovação e Desenvolvimento com 21% do capital. PBZ é 100% detentor do Banco de Međumurje. PBZ é o maior banco investidor na Croácia com seu Fundo de Investimentos (PBZ Invest) e seu Fundo de Aposentadoria (PBZ Croatia Osiguranje). O Banco Rural de Zagreb também investe na compra e venda de imóveis, bem como em projetos e construção de imóveis. Este banco se tornou um dos maiores empreendedores no ramo da construção e na garantia de financiamentos. Seu presidente administrativo é o ex-ministro das finanças Božo Prka, mas a inspeção e controle do banco estão nas mãos dos estrangeiros: Paolo Grandi, Massimo Perdicchi, Massimo Malagoli, Anne Fossemale, Rosario Strano, György Surányi, Beata Kisné Földi.

O Erste & Steiermaerkische Bank é o terceiro maior banco na Croácia. 96% dele está nas mãos dos austríacos: O Erste & Steiermaerkische Bank Holding. Seu investimento no mercado croata, comprando e vendendo imóveis, ocorre com a participação da corretora tcheca: Realitni Spoločnost Česke e com a austríaca: Real Immobilienvermittlung Gmbh.

Raiffeisenbank Austria (RBA) é o quarto maior banco da Croácia. Seu proprietário é o Raiffeisenbank International (75%) e o Raiffeisenbank Beteiligungs (25%). Além dos clássicos trâmites bancários, este banco estabeleceu um empreendimento próprio especializado em leasing e transações eletrônicas, e conta também com fundos previdenciários e com o maior fundo habitacional da Croácia. No Conselho Administrativo deste banco foi nomeado Zdenko Adrović. Na supervisão estão os estrangeiros: Heinz Hoedl, Franz Rogi, Peter Lennkh, Martin Gruell e Herbert Stepic.

Hypo Alpe-Adria Bank é o quinto maior banco na Croácia sob o controle do austríaco Hypo AAB International que, por sua vez, pertence ao Estado austríaco. Em 2009, o Hypo Bank comprou o Banco da Slavônia. O presidente administrativo é o austríaco Markus Ferstl, e na supervisão do banco estão: Tilo Berlin, Othmar Ederer, Anton Knett, Goran Radman e Božidar Špan.

Splitska Banka é o sexto maior banco da Croácia. Seu proprietário é a francesa Societe Generale. Além de serviços bancários os franceses atuam aí com a empresa de seguros Societe Generale Osiguranje, e também com a SG Leasing. O presidente do Conselho Administrativo é o francês Pierre Boursot, juntamente com Philippe Marcotte de Quivieres, Henri Bellenger, Gordan Miler e Frederique Guin. Na supervisão do banco estão: Jean-Didier Reigner, Darko Marinac e Alexis Juan.

Hrvatska Poštanska Banka [Banco de Correios Croata] é o sétimo maior banco da Croácia. Este é o maior banco sob o controle dos próprios croatas. Os Correios da Croácia detêm 41%, o Fundo de Privatização Croata é dono de 33% do patrimônio deste banco, e a Cooperativa Croata de Seguro à Aposentadoria conta com 25%. O Banco de Correios Croata é ainda um banco estatal, ainda que o Banco Europeu de Desenvolvimento (EBRD) por várias vezes tenha se mostrado disposto a adquirir o Banco de Correios (um dos poucos patrimônios de orgulho nacional croata que ainda resta).

OTP Banka Hrvatska é o oitavo maior banco da Croácia. Está 100% controlado pelo maior banco húngaro: OTP (Országos Takarékpénztár) Bank RT, dirigido pelo bilionário húngaro Sándor Csányi. O banco OTP possui agências em Zagreb, Pula, Split, Sisak, Dubrovnik, Osijek, totalizando um capital estimado em 203 bilhões de kunas. Para seu presidente administrativo foi nomeado o croata Damir Odak para auxiliar o húngaro Balazs Pal Bekeffy. Toda a supervisão do banco é ocupada por húngaros: Antal Gyorgy Kovacs, Gabor Czikora, Laszlo Kecskés, Gabor Kovacz i Csaba Farago.

Volksbank é o nono maior banco da Croácia. Seu maior proprietário é o austríaco Volksbank International. Ações nominais estão em posse do banco italiano: Banka Popolare di Vicenza (0,41%) e do *EM.RO Popolare S.P.A.* (0,41%). Volksbank possui 29 agências em 22 cidades da Croácia, 8 delas se encontram em Zagreb. Dedicar-se principalmente ao financiamento de pequenas e médias empresas, bem como ao financiamento de importação e exportação. Seu presidente administrativo é Tomasz Jerzy Taraba, e entre seus auxiliares estão: Andrea Kovacs e Dieter Hornbacher. Estão encarregados da supervisão do banco:

Michael Ivanovsky, Gerhard Woeber, Joerg Poglits, Fausto Maritan, David Krepelka, Petar Szenkurok e um croata – Dragutin Bohuš.

Medimurska Banka ⁷¹ é o décimo maior banco da Croácia. Seu maior proprietário (96,4%) é o PBZ, cujo maior acionista é o grupo italiano Intes. O faturamento líquido deste banco, na Croácia, é algo entorno de 31 milhões de kunas. Possui 17 agências espalhadas pela Croácia e pela vizinha Eslovênia, onde o capital do banco está avaliado em 37 milhões de kunas.

Além dos grandes bancos estrangeiros que já se estruturaram na Croácia, surgem outros menores, os quais buscam seu crescimento:

Conforme dados expostos por Marjan Bošnjak, o Banco Popolare Croatia pertence totalmente ao italiano Banco Popolare Società Cooperativa. Já possui 36 agências por toda a Croácia, onde atua desde 23 de abril de 2007. Para seu presidente administrativo foi nomeado Goran Gazivoda, e na supervisão do banco estão os italianos: Giuseppe Malerbi, Lorenzo Chiappini, Samuele Fraizzoli e Paolo Taverna. ⁷²

O Veneto Banka é 100% do italiano Veneto Banka Holding. Já conta com 12 agências na Croácia, sendo 3 delas apenas em Zagreb, 2 em Pula, 1 em Rijeka, 1 em Crikvenica, 1 em Zadar, 1 em Split, 1 em Dubrovnik, 1 em Varaždin e 1 em Krapina. Para seu presidente administrativo foi nomeado Fernando Zavaterelli, e na supervisão do banco estão: Gian-Quinto Perissinotto, Pierluigi Ronzani, Innocente Nardi, Gaetano Caberlotto e Atos Varusio.

⁷¹ Constituiu-se na região do rio Muria.

⁷² BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p.110

O Banka Kovanica atua na Croácia desde 2007. Pertence à Cassa di Risparmio della Repubblica di San Marino (93,06%). Possui 21 agências na Croácia. Oferece créditos especiais aos agricultores e produtores de leite. Para seu presidente administrativo foi nomeado Gian Luigi Bonfe e Radojka Oliæ, e na supervisão do banco estão: Gilberto Ghiotti, Luca Simoni, Vladimiro Renzi, Andrea Albertini, Davor Štern, Pier Luigi Martelli, Aldo Busignari e Ivan Majdak.

BKS Bank é 100% de propriedade do banco austríaco Bank für Karnten und Steiermark Bank. Sua atuação na Croácia está direcionada ao leasing de barcos e automóveis. Para seu presidente administrativo foi nomeado Christian Peter Pettinger e Gordan Rameša, e na supervisão do banco estão: Herta Stockbauer, Heimo Penker, Josef Morak e Dubravko Orlovac.

Podravska Banka, cujo nome faz referência ao rio Drava, é um banco quase totalmente do italiano Lorenzo Gorgoni. Atua com 35 agências concentradas na região do rio Drava, mas também em Zagreb, Rijeka, Zadar, Split, Pula, Osijek e Varaždin. Na supervisão do banco estão: Liljan Todorović, Sigilfredo Montanari, Đuro Predović, Dolly Predović, Maurizio Dallochio e Filippo Disertori.

Primorska Banka [Banco Litorâneo] com sede em Rijeka, pertence a Francesco e Svetlana Signorio (59%), Confisi S.A. (6%), J. L. L. Marc Jourdan (5%), Carlo Di Dato (7%), Domenico Petrella (6%).

Na administração do Banco de Créditos de Zagreb estão os estrangeiros: Franco Andreeta, Carlo Marini, Carlo Vivaldi, Stephan Winkelmeier, Fabrizio Onida, Klaus Junker, Torsten Leue, Graziano Cameli, Robert Zadrazil e Erich Hampel.

Assim, muitos bancos na Croácia estão nas mãos de italianos, estes, porém, não permitem que estrangeiros se apropriem de seus bancos na Itália. No início de 1995, o holandês ABN-AMRO quis comprar o banco italiano: Banco Antoniano. Porém, o presidente do Banco Central da Itália, Antonio Fazio, fez uma dura oposição a tal iniciativa, ao expressar que os bancos italianos devem permanecer em poder dos italianos.

Conforme Rosenau,

“Sob muitos aspectos, os governos ainda funcionam e mantêm sua soberania, no entanto, uma parte da sua autoridade foi transferida para coletividades subnacionais. Em outras palavras, agora certas funções da governança estão sendo executadas mediante atividades que não têm origem nos governos.” (...) “O conceito de governança não é o mesmo que governo. Governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. Em outras palavras, governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.” (...)

*“Governança é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou ao menos pelos atores mais poderosos do seu universo), enquanto os governos podem funcionar mesmo em face de ampla oposição à sua política.”*⁷³

Associando esta reflexão à institucionalização dos bancos na Europa, podemos afirmar que o governo italiano se sobrepôs à governança intervencionista do poder financeiro da União Europeia para proteger os interesses nacionais da Itália quando não aceitou que o grupo holandês comprasse o Banco Antoniano. Diferente postura é a do governo croata ao se submeter à governança dos grandes grupos financeiros da Itália e Áustria que se tornaram os maiores acionistas dos principais bancos na Croácia.

⁷³ ROSENAU, James N e CZEMPIEL, Ernst Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*, Brasília: UnB, 2000, p. 14-6

4.4 UNIÃO EUROPEIA: CAVALO DE TRÓIA PARA O COMÉRCIO CROATA

Marijan Bošnjak observa que, em 2000, após a guerra civil e reconstrução da Croácia, a dívida externa deste país era de 9 bilhões de Euros, com a maioria das empresas ainda em poder dos croatas. Mas ao invés de ser reparada, tal situação só piorou. Dez anos depois, a dívida externa saltou para 40 bilhões de euros. Além disso, a maioria dos bancos e grandes empresas foram compradas por estrangeiros.

Em 2002, as taxas de importação foram extintas, expondo a economia croata a uma importação sem controle. Os produtos europeus tomaram conta do mercado croata, enquanto a exportação não acompanhou este ritmo de crescimento.

O maior prejuízo sobrou para a indústria que já estava aquém de suas possibilidades em virtude da guerra civil e da falta de concorrência durante o regime socialista. Com o fácil acesso dos produtos industrializados da União Europeia, tornou-se mais barato comprar produtos importados livres de impostos do que adquirir a produção local. De 2002 a 2008, a importação aumentou a cada ano. Antes desse período, em 2001, a importação era de 8,8 bilhões de dólares, já em 2008 esse número passou a ser 30,8 bilhões de dólares.⁷⁴

Sendo assim, a Croácia, no período de 2002 a 2008, teve um déficit comercial de 73,4 bilhões de dólares, mais importando do que exportando. Há que se acrescentar o prejuízo de dois bilhões de dólares causados pela pesca ilegal de italianos na costa croata do mar Adriático.

No final de 2009, a imprensa croata diariamente enaltecia que a Croácia receberia do Fundo de Desenvolvimento Europeu 3,5 bilhões de Euros com o seu ingresso na UE. Contudo, não se pode perder de vista os bilhões de Euros que a Europa extraiu da Croácia na última década, apenas considerando a venda de seus produtos no mercado croata, resultando em valores muito além dos 3,5 bilhões de Euros. Além disso, o desemprego, em 2010, atingiu 309.000 pessoas.⁷⁵

⁷⁴ Organização Estatal para Estatística, exercício 2002-2009.

⁷⁵ BOŠNJAK, Marijan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p.127, 128

Um dos países que apresentou superávit em seu comércio externo é a Eslovênia. Nos cálculos orçados em 2006, a Eslovênia pagou 300 milhões de Euros e recebeu 406 milhões de Euros. Contudo, o respeitado economista esloveno Jože Mencinger, em entrevista ao Globus em 15 de junho de 2010 recomendou aos croatas: “A entrada para a UE não melhora a vida do homem e é uma ilusão achar que o dinheiro a receber irá resolver seus problemas.”⁷⁶

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: BOŠNJAK, Marjan. EU ? – Ne Hvala ! Zagreb: CIP, 2010

⁷⁶ Disponível em: www.globus.jutarnji.hr , acesso em: 20/10/2010

O setor agrícola croata, assim como o industrial, foi desfavorecido com a eliminação de impostos também aos produtos agrícolas importados. Ao invés de exportar, a Croácia passou a importar cada vez mais produtos agrícolas, ao ponto de, em 2008, chegar a importar dois bilhões de dólares em alimentos. O déficit comercial de alimentos em 2002 foi de 401 milhões de dólares, já em 2008 tal déficit foi de 1.123 milhões de dólares. Uma vez sabido que a Croácia tem capacidade de produzir alimentos suficientes para além de 25 milhões de pessoas, fica difícil aceitar e justificar a importação de alimentos que os próprios croatas podem produzir para seu consumo, principalmente considerando a importação de alimentos produzidos pelos camponeses croatas.

De 2001 a 2008, A UE aumentou 386% sua exportação para a Croácia. Os maiores beneficiários disso foram Itália, Alemanha, Áustria e a Eslovênia. Enquanto a exportação da Itália em 2002 totalizava 1.850 milhões de dólares, em 2008 esse valor saltou para 5.259 milhões de dólares; Enquanto a exportação da Alemanha em 2002 totalizava 1.742 milhões e dólares, em 2008 esse valor saltou para 4.116 milhões de dólares; Enquanto a exportação da Áustria em 2002 totalizava 710 milhões de dólares, em 2008 esse valor saltou para 1.509 milhões de dólares; Enquanto a exportação da Eslovênia em 2002 totalizava 826 milhões de dólares, em 2008 esse valor saltou para 1.712 milhões de dólares. ⁷⁷

⁷⁷ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p.122-124

Uma das condições para a entrada da Croácia na UE, estabelecida em Avis, 20 de abril de 2004, é a capacidade para suportar a concorrência dentro do mercado da União Europeia. Isso reforça o que já havia sido estabelecido em Copenhague, 1993. Os cálculos da contribuição de cada país membro para a UE deveria respeitar condições iguais de desenvolvimento, mas não é o que ocorre. Países que aparentemente estariam em franco desenvolvimento ao entrar para a UE, como é o caso da Grécia, Espanha e Portugal, atualmente amargam profunda crise de déficit público, desemprego, falência de empresas, impossibilidade de honrar seus compromissos e outros graves problemas.

Não é apenas por uma questão cultural, ou de disciplina e maior controle em seus gastos públicos que países fortes, como Alemanha, França e Inglaterra estejam em melhores condições que os demais países da UE. Quando da entrada da Inglaterra para a União, em 1985, a primeira ministra Margaret Thatcher conseguiu negociar uma gradativa diminuição de sua contribuição a cada ano : 'UK Correction', ou 'Correção para a Gran Bretanha'. Nos cálculos de 2008 a supressão da contribuição, seguindo tal correção, totalizou 6.252 bilhões de Euros. Esse valor passou a ser compensado por um acréscimo na contribuição que os demais países membros devem assumir para cobrir o buraco da contribuição britânica.

Livres de impostos para entrar no mercado croata, os países fortes e experientes nas relações capitalistas se valeram de seu grande poder de compra em grande quantidade, quebrando a concorrência de pequenos comerciantes croatas. Os países mais ricos que comercializam com a Croácia dispõem de capital acumulado. Estão estruturados para resistir com seus produtos vendidos a preços baixos por 4 ou 5 anos, tempo suficiente para quebrar os comerciantes croatas.

Em 2009, a participação dos croatas nas relações comerciais da Croácia caiu para 18%.

Alguns empreendedores na Croácia :

LIDL é um gigante do comércio alemão com oito mil empreendimentos de comércio por toda a Europa Ocidental, dos quais três mil só na Alemanha, 1350 na França, 510 na Itália, 500 na Inglaterra, 400 na Holanda, 300 na Bélgica e 300 na Espanha. Em 2005, o movimento anual da empresa somou mais de 46 bilhões de dólares, pouco menos que o Produto Interno Bruto da Croácia. A LIDL entrou no mercado croata em 2006, abrindo 13 supermercados. Passados dois anos, o número de unidades de comércio da LIDL saltou para 50. Esta empresa comercial alemã também aluga seus bens imóveis adquiridos.

Kaufland possui mais de 600 centros de venda pela Europa. O primeiro Kaufland na Croácia foi aberto na cidade de Karlovac, em 2002. Em 2010, Kaufland passou a ter 26 centros comerciais localizados nas seguintes cidades da Croácia: Karlovac, Bjelovar, Čakovac, Dugo Selo, Đakovo, Kutina, Koprivnica, Nova Gradiška, Osijek, Požeg, Pula, Rijeka, Samobor, Sinj, Sisak, Slavonski Brod, Split, Varaždin, Velika Gorica, Vinkovci, Zadar, Županja, Zaprešić, e dois dos seus centros de comércio em Zagreb.

DM (DM-drogerie GMBH) é uma empresa alemã com sede em Karlsruhe. Em 2009, DM tinha 2221 farmácias com 33000 empregados. Somente na Alemanha eram 1118; na Áustria, 354; na Hungria, 249; na República Tcheca, 168; na Sérvia, 29; na Bósnia e Herzegovina, 27. Seu faturamento em 2008/2009 foi de 5,2 bilhões de euros, foi a segunda empresa na Alemanha com melhor faturamento no segmento. Na Croácia, DM possui 121 farmácias em 52 cidades. Atua sob o slogan: “Aqui me valorizam, aqui eu compro.”

Entre as estrangeiras no comércio, a gigante italiana do comércio têxtil, Benetton, possui 550 estabelecimentos pelo mundo, dos quais 38 deles se encontram em 28 cidades da Croácia.

Mesmo que seja registrada na Áustria, a rede de comércio BILLA também pertence ao grupo alemão REWE, cuja sede se localiza em Köln [Colônia]. O faturamento deste grupo alemão em 2008 foi de 49,8 bilhões de euros. As atividades do grupo REWE variam desde redes de comércio como Karstadt,

Penny e Billa, até negócios com turismo e alimentos, totalizando 14.700 estabelecimentos que geram 319.000 empregos. Os nove anos atuando na Croácia, renderam a BILLA 54 supermercados em quase todas as cidades da Croácia. Ao lado da LIDL, Billa é uma das maiores importadoras de alimentos no mercado croata.

A rede alemã Bauhaus, que comercializa materiais de construção, iniciou suas atividades em 1960 em Manheim, e hoje conta com mais de 200 revendedoras por toda a Europa. Quatro delas estão na Croácia, duas em Zagreb, uma em Rijeka e uma em Split. Baumax é a rede austríaca que também comercializa materiais de construção. Sua sede fica em Kinderberg. Possui mais de 150 revendedoras por toda a Europa, sendo seis delas localizadas na Croácia. Sua renda total em 2009 foi de 1,4 bilhão de euros.

A empresa eslovena – Mercator – já em 2009 atuava com 70 unidades por toda a Croácia. Em dezembro de 2009, ao comprar a rede de comércio local, chamada Getro, que até então pertencia à família Gucić, tornou-se a segunda maior rede de comércio na Croácia. A Getro atuava com 17 postos em 14 cidades croatas e empregava aproximadamente 1500 pessoas. Com a aquisição da Getro, a rede de vendas Mercator aumentou para mais de 85 lojas na Croácia, e a mão de obra aí contratada ultrapassou 4000 pessoas. Assim como as demais redes de comércio provenientes do exterior, Mercator escoar seus produtos ao consumidor croata.

Interspar chegou à Croácia só em 2005, abrindo o seu primeiro hipermercado em Zadar, expandindo-se, posteriormente, por toda a Croácia. Interspar é de propriedade da Holanda com sede em Amsterdam. Trata-se de uma das maiores redes de comércio alimentício do mundo com mais de 20.000 postos em 35 países. Em 2006, movimentou 27 bilhões de euros. Usa diferentes nomes nos vários países em que atua. Atualmente, na Croácia, Interspar já soma 16 hipermercados, cinco deles em Zagreb. A empresa pretende estender seu campo de ação em cidades com mais de 10.000 habitantes. Para tanto, solicita que as autoridades governamentais da Croácia incrementem os investimentos no setor imobiliário e nos meios de transporte.

De 2000 a 2010 foram construídos na Croácia 60 shopping centers. Os pequenos comerciantes croatas não conseguem competir com a forte concorrência estrangeira para atrair os consumidores em seus pequenos negócios. E nas lojas dos shoppings fica difícil para o comerciante croata alugar e conquistar seu espaço. Os contratos pelo uso do espaço nos shopping centers é rigoroso, uma vez que, mesmo havendo a falência do comerciante, este se encontra obrigado a pagar o valor referente ao aluguel do contrato que pode durar até 10 anos.

O Grupo Austríaco Dayland, em 2008, abriu, na rodovia Zagreb-Krapina, o 'Roses Fashion Outlet Center' com 125 grandes lojas em 21.000 m². O objetivo deste empreendimento foi vender para atacadistas croatas (de 30% a 70% mais barato) artigos estrangeiros, sobretudo roupas e calçados de marca que tenham algum defeito ou não foram vendidos no país de origem.

No ano seguinte, em Zaprešić (próximo a Zagreb), construiu-se num espaço de 100 hectares o Westgate Shopping Center, o maior da Croácia e um dos dez maiores da Europa. Atualmente, já estão instaladas 60 lojas, 32 restaurantes, estacionamento para 7.250 vagas, 2.500 destas em espaço coberto. O empreendedor deste shopping, o austríaco Ernst Kirchmayr, em discurso de inauguração, parabenizou os 90% do shopping alugado e dos 10% reservados a estrangeiros para quando a Croácia fizer parte da União Europeia. Segundo Marjan Bošnjak, Isso quer dizer que 22.000 metros quadrados não podem ser alugados a croatas, mesmo que estes queiram, posto que os proprietários Kirchmayr e os irmãos Braunsberger decidiram que tal espaço esteja reservado ao investimento estrangeiro, que é majoritário. É notória, portanto, a submissão do potencial empreendedorismo de todo e qualquer cidadão croata excluído diante do capital invasivo da União Europeia.

Thomas Braunsberger planeja abrir outros shoppings centers na Croácia.⁷⁸

⁷⁸ Disponível em: www.zagorje.com acesso em 18/01/2012

Kirchmayr também se dirigiu aos jornalistas na inauguração:

*“Não estamos falando apenas em quantidade, mas também em qualidade. Se derem uma olhada ao seu redor, verão quem é quem dentre as empresas internacionais na Europa.”*⁷⁹

A empresa austríaca M2, almeja o mercado da Croácia, Eslovênia e Sérvia. Na Croácia constrói uma rede de onze centros comerciais atuantes com o nome: Supernova (em Zagreb, Karlovac, Osijek, Vukovar, Rijeka, Poreč, Sisak, Slavonski Brod, Split, Varaždin e Zadar). Todos os shopping centers Supernova fazem parte do grupo M2 com sede em Graz. O proprietário da M2 é o alemão Frank Albert, de modo que, por trás do capital austríaco, está o capital alemão.

Em Buzin, próximo ao aeroporto de Zagreb, já deram início à construção do enorme shopping Center Buzin, numa área de 270.000 m². Com edifícios comerciais e hotel quatro estrelas. Tal projeto tem o custo de 500 milhões de euros. Muito próximo dali, o grupo alemão TKN Ag planeja mais um shopping center de 70.000m² com investimentos de 300 milhões de euros.

Um dos maiores shopping centers no centro de Zagreb é o City Center One construído por East Invest Holding procedente de Viena, comprado pelo também austríaco: Hofman & Kaufman. Este centro, na avenida Slavônia, tem 158.000 m² de lojas, 127 no total (a maioria comercializando artigos importados), além de estacionamento para 2.100 carros. Próximo a ele, foram iniciadas as obras do shopping Center ‘Špansko’ de 75.000 m², construído pela empresa francesa Leclerc, mas um consórcio austríaco dará continuidade ao projeto.

⁷⁹ BOŠNJAK, Marjan. EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !] Zagreb: CIP, 2010,p.129-136

O Holding Austríaco MID constrói o shopping Center Dubrava de 26.000 m² de lojas em terreno onde outrora funcionava a produtora de filmes Jadran. Os investidores austríacos constroem, em Žitnjak, o shopping center Zig Zag de 71.000 m², no antigo espaço ocupado pela empresa alemã Bauhaus.

A Fundação Polonesa-Israelita Globe Trade Centre, com sede em Varsóvia é proprietária do shopping center Avenue Mall presente em Zagreb e em Osijek. É uma empresa muito ativa na Europa Central, na Croácia e na Sérvia. O diretor do Globe Trade Center na Croácia é Shalom Mor, e entre os membros administrativos em Varsóvia estão Eli Alroy, Yosef Grufeld, Alon Ytzhak Shlank, Erez Boniel e Hagai Harel. Além de shopping centers e edifícios comerciais, o GTC planeja na Croácia a construção do terreno de golf Marler, na Istria, incluindo um condomínio de luxo. Na orla marítima, em Ližnjan, haverá um terreno de golf com 114 hectares, e também um luxuoso condomínio com 27 mansões, 40 pousadas, hotel cinco estrelas (170 quartos) e cassino.

A Fundação Grega Bluehouse Capital construiu o shopping center Vrbani 3, com 20.000 m² de lojas e o cinema Multiplex.

A empresa húngara Tri-Granit investiu 200 milhões de euros para construir um shopping center de 62.000 m² com 200 lojas, além de restaurantes e nove salas de cinema. Quando ficar pronto, os húngaros pretendem ainda acrescentar mais dois edifícios comerciais e hotel cinco estrelas.

A Fundação Búlgara London Sofia na rua Radnički [rua do trabalhador], em Zagreb, intenciona investir 150 milhões de euros na construção do Shopping Center Mercury com 50.000 m² de lojas.⁸⁰

Estes são apenas alguns dos 60 shopping centers, na Croácia, que já foram construídos, ou ainda estão sendo construídos pelo capital derivado da União Europeia, subsidiado ou não.

⁸⁰ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010,p.137,138

Para se ter uma ideia do quanto o capital estrangeiro tomou conta da economia croata, basta verificar que, das 50 maiores empresas na Croácia, 22 são estrangeiras. O número de grandes empresas na Croácia sob o controle estrangeiro aumentará quando chegar a privatização esperada das seguintes empresas croatas: Croatia Airlines, Croatia Osiguranje, a construtora naval bem sucedida - Uljanik, e outras três grandes empresas de energia que, já desmembradas, encontram-se mais suscetíveis à privatização.

Entre as 10 primeiras companhias que em 2009 realizaram os maiores faturamentos na Croácia, oito são estrangeiras, enquanto apenas as duas locais: Rovinski TDR e Konzum ocuparam, respectivamente a oitava e décima posição.

A maioria das companhias estrangeiras que entrou na Croácia nos últimos dez anos não o fez com intenção de construir um novo parque industrial, senão que aproveitou a estrutura de antigas empresas croatas.

A maior empresa croata ligada ao beneficiamento de petróleo, INA, está controlada pelos húngaros: Zoltan Aldott, Lajos Alács, Attila Holoda, László Bartha, András Huszár, Gyorgy Mosonyi, Ábel Galács, József Molnár, József Simola e Oszkar Világi.

O parlamento croata solicitou investigação para saber por quais circunstâncias a Croácia permitiu que sua empresa mais rentável caísse na administração da empresa húngara MOL, cujo maior acionista é o Estado Húngaro. Além da INA, a húngara MOL comprou outra croata, Tifon e seus 60 postos de gasolina, que antes estavam em poder do general croata aposentado e julgado por crimes da guerra civil iugoslava no Tribunal de Aia, Ivan Čermak.

O diretor geral da Companhia de Petróleo OMV - Croácia é o húngaro Decebal Sorin Tudor.

A Telekom Alemã, de propriedade do Estado alemão, comprou a empresa de telefonia estatal Telekom Croata, alegando que uma das condições para a entrada da Croácia na União Europeia era permitir a privatização na Croácia. Assim, a operadora de telefonia na Croácia (VIPnet) está majoritariamente sob o mando da austríaca Mobilkom, administrada por Bernd Scmutterer e Reinhard Zuba. Já a Tele 2 croata está sob o poder da Tele 2 sueca.

A gigante farmacêutica croata, Pliva, foi primeiramente comprada pelos americanos, depois adquirida pelos israelenses. Na administração e supervisão da empresa Pliva estão: Chaim Hurvitz, Getjan Noordermeer e Hans de Heus.

A sueca Ericsson comprou a Nikola Tesla. Quase todas as cervejarias caíram nas mãos dos estrangeiros. A cervejaria de Karlovac foi comprada pela holandesa Heineken; a cervejaria de Zagreb foi adquirida pela belga InBev. Já a cervejaria dinamarquesa Carlsberg comprou a cervejaria Panônia. As indústrias de laticínios Dukat e Karlovac foram adquiridas pela francesa Lactalis.

A indústria de ferro Split foi vendida para a polonesa Zlomrex; a indústria de ferro Sisak foi vendida primeiramente aos russos Mečelj e, posteriormente, passada à corporação americana Commercial Metals Company.

Eletrônicos e automóveis são mais importados, atualmente, posto que a Croácia já não tem sua própria produção. Em relação aos eletrodomésticos, os importados engolem o que ainda sobrevive da empresa croata Končar.⁸¹

A empresa russa de petróleo – Lukoil – comprou nove postos de gasolina da empresa Europa Mill na cidade croata de Vukovar com a intenção de abrir mais cem postos de gasolina por toda a Croácia. Em julho de 2010, a Lukoil comprou da INA todos os postos de gasolina Crobenz.

O objetivo da maioria das empresas estrangeiras na Croácia é comprar as empresas locais com suas instalações e máquinas a baixo preço e vendê-las a um preço mais caro. Outras compram empresas locais com a intenção de canalizar, através delas, os produtos de suas matrizes no exterior. É possível encontrar na Croácia alho da China, batata da Polônia, cenoura da Áustria, mas os produtos croatas não encontram espaço nas prateleiras dos mercados europeus.

⁸¹ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p.141-145

Já houve tentativas, junto à União Europeia, de promover a expansão dos empreendimentos da Croácia no exterior, mas sem sucesso. Podravka tentou se fortalecer na Polônia, mas não vingou; INA não conseguiu nada na Rússia. A revendedora de alimentos – Konzum - foi a única a conseguir algo positivo além das fronteiras nacionais, mesmo assim, não se trata de um êxito no mundo ocidental, mas apenas alguns mercados abertos na Sérvia.

Através de dados obtidos da Organização de pesquisas de empregos, em dezembro de 2005, foram realizados 7048 registros em cartório, referentes a estrangeiros na Croácia atuantes em 5495 empresas registradas (gerentes, diretores, supervisores, presidentes). ⁸²

⁸² Revista Lider, 16 / 12 / 2005, nº 11, p 31

4.5 UNIÃO EUROPEIA PRESSIONA PRIVATIZAÇÃO NA CROÁCIA

Privatização da ferrovia croata

O ministro dos transportes, Božidar Kalmeta, revelou, 22 de março de 2010, que as estradas de ferro da Croácia serão “liberalizadas” a partir de 2012, mas ressalva que as autoridades croatas irão lutar para que sejam privatizadas apenas 30%. Kalmeta acrescentou que, pelas estimativas da União Europeia, serão necessários novos investimentos na rede ferroviária croata para atender à demanda de transporte de carga e de passageiros. De modo a satisfazer as necessidades econômicas e sociais. A Comissão Europeia também avaliou que a movimentação ferroviária aumentará 50%.

Sob a pressão da Comissão Europeia, a Croácia deverá disponibilizar a terceiros o setor de transporte ferroviário. Via licitação, por contrato temporário, estrangeiros poderão tirar proveito de 30% dos rendimentos da malha ferroviária. O referido ministro croata reconhece que a malha ferroviária croata não está no mesmo nível das ferrovias dos países da UE. Assim, os empresários austríacos, desde 2009, expressam o desejo de investir e administrar parte do transporte ferroviário na Croácia, pois intenciona combinar novos trens de carga e de passageiros interligando a Turquia e a Europa Ocidental.⁸³

Os austríacos pensam que é mais barato encher embarcações no mar Negro turco e transportar, por trem, mercadorias oriundas da Turquia destinadas à Europa Ocidental. O presidente do sindicato dos ferroviários, Branko Kreš, declarou ao jornal *Slobodna Dalmacija* [Dalmacia Livre] que os estrangeiros também se interessam pelo transporte entre Hungria e Rijeka ... e que os croatas não estão prontos para concorrer com o nível de desenvolvimento do setor de transporte estrangeiro, pois os trens croatas são, em média, 32 anos mais velhos que os trens austríacos. Disse, ainda, que se faz necessário que a Croácia adquira 15 novas locomotivas. Considerando os rumos da privatização e do capital estrangeiro cada vez mais presente na Croácia, é fácil prever que, aos poucos, os austríacos tomarão conta da ferrovia croata.

⁸³ Sérvia, Croácia e Eslovênia decidiram um empreendimento conjunto para facilitar a locação da malha ferroviária aos austríacos.

Os alemães querem a Hrvatska Elektro Privreda

A gigante energética alemã – RWE – há muito está interessada em integrar a Croácia à rede de distribuição sob seu controle no Sudeste Europeu. A primeira ministra – Angela Merkel – faz de tudo para conseguir tal feito. O comentarista de economia, Milan Ivkošić, declarou que representantes de duas grandes empresas de energia – RWE e EON – solicitaram à primeira ministra, Angela Merkel, que usasse de sua influência sobre o governo croata para que a empresa de energia croata HEP (Hrvatska Elektro Privreda) seja adquirida pelos alemães.⁸⁴ Merkel encaminhou tais representantes para tratar do assunto com empresários croatas que haviam sido sondados em negociações anteriores. Se houver um lobby, favorecendo as alemãs RWE e EON, será possível reforçar suspeitas de suborno.

RWE já entrou no mercado croata como co-proprietária da termoeletrica Plomin na península Istria, e deseja ampliar suas posses colaborando em outras empresas de energia na Croácia. Com esse objetivo, o chefe da RWE, Grossman, visitou Zagreb e agendou um encontro com o primeiro ministro Kosor, sugerindo a este que a ampliação de investimento procedente da Alemanha torne a RWE co-proprietária da HEP.

Segundo Milan Ivkošić, se isso se efetivar, o preço dos serviços energéticos irá aumentar. A Croácia passa a ser explorada como uma espécie de colônia-econômica pelos estrangeiros que tradicionalmente usufruem de suas riquezas.⁸⁵

Croatia Osiguranje [Croácia Seguros] por vários anos mostrou-se uma empresa rentável, mas provavelmente será privatizada sob a argumentação de que apenas por meio de um parceiro estratégico Croácia Osiguranje poderá concorrer com as financeiras estrangeiras que ganharam a permissão de abocanhar o mercado croata, como é o caso da Allians Seguros.

⁸⁴ jornal Večernji List [Folha da Noite], 24 / 09 / 2009

⁸⁵ Idem, 24 / 03 / 2010

Há vários anos, a construção naval croata opera com perdas e o endividamento da construtora naval estatal croata aumenta vertiginosamente. Sai um governo e entra outro, sem nada realizar para tornar rentável a potencial capacidade da construção naval - tão viável, se considerarmos o vasto litoral do mar Adriático pertencente à Croácia. O governo croata se acomoda e mostra-se despreocupado com maiores prejuízos que poderiam ser evitados. Passam a impressão de sabotar qualquer possibilidade de revitalização dos seus estaleiros para que os estrangeiros se candidatem a comprar essa briga.

Coca-cola vende água croata

A Croácia está entre os 30 países do mundo no que se refere à qualidade de água e entre os cinco países europeus nesse quesito. As autoridades croatas concedem a permissão para que empresas privadas vendam a água, contanto que paguem ao Estado 2,5% da renda obtida. A Coca-Cola recebeu o direito de comercializar a água da fonte Topličica na localidade de Budinščina. A Coca-Cola-Croácia é dirigida por John Brady. A água é vendida em garrafas por toda a Croácia com o nome 'Bistra' e o preço cobrado é mil vezes maior do que a canalizada e tratada em condições saudáveis.

Com a intermediação do Banco Europeu de Desenvolvimento, as companhias de distribuição de água das cidades de Bucarest, Sofia e Budapest foram vendidas aos interesses privados. Após isso, o valor cobrado pela água aumentou mais de 3 euros por metro cúbico de água.⁸⁶

⁸⁶ jornal Obzor, 24 / 02 / 2005

4.6 OS AGRICULTORES CROATAS SERÃO DISCRIMINADOS NA UE

Conforme declarou Celine Delayen, sem mesmo haver ingressado na UE, os camponeses croatas já se queixavam de que no próprio mercado interno encontravam dificuldade para venderem seus produtos, dada a forte concorrência dos estrangeiros, sobretudo, desde 2002 quando houve a diminuição seguida de supressão total das taxas de importação dos produtos da União Europeia. Assim, alguns desses importados puderam ser vendidos abaixo do preço de mercado para desestruturar o produtor local. A carne, por exemplo, apresenta na UE prazo de validade mais curto que na Croácia, onde acaba sendo vendida. Com isso, os políticos croatas sacrificaram até o camponês para, mais uma vez, satisfazerem as condições para entrar na UE. Não por acaso, os países ricos da UE receberam críticas internacionais, acusados de praticar um comércio imoral, resolvendo seu excedente com dumping de preço.⁸⁷

Durante o socialismo, a Croácia teve até 1,6 milhões de hectares de terras cultivadas, mas em 2009 somente 840.000 hectares, e tende a diminuir.⁸⁸ Dos 544.820 hectares de terras na Croácia, 356.937 permanecem não cultivados, nem vendidos, nem arrendados, o que, por lei em vigor há 10 anos, diz respeito às cidades e seus distritos rurais.⁸⁹

A agricultura croata torna-se menos competitiva, dado que é rejeitada por pequenos detalhes: produtos de menor tamanho, pepinos não uniformes; alhos muito encurvados. Se os camponeses não conseguem vender satisfatoriamente o pouco que produzem, quando terão condições de produzirem com mais qualidade e tornarem-se fortes concorrentes? É por isso que os camponeses lutam pela sobrevivência por meio de greves e interdições de rodovias com seus tratores.

⁸⁷ DELAYEN, Celine. *The Common Agricultural Policy*, Washington: Institute for Agriculture and Trade Policy, Global Dialogue Meeting, 2007, p.13

⁸⁸ Stipan Bilić, Agência croata de empregos, jornal Jutarnji List [Folha da Manhã], 15 / 02 / 2010

⁸⁹ jornal Večernji List [Folha da Noite], 01 / 04 / 2010

É engano pensar que os agricultores croatas, uma vez inseridos na União Europeia, estão garantidos e protegidos com as mesmas condições que os camponeses franceses e alemães. A política agrícola da União Europeia [Common Agricultural Policy] ZPP concede quatro vezes mais subsídios à Grécia do que à Letônia. Os camponeses da Letônia recebem 118 euros por hectare, enquanto os camponeses gregos recebem 544 euros; Os camponeses da Romênia recebem 118 euros por hectare, enquanto os holandeses 469 euros; Os camponeses da Estônia recebem 112 euros por hectare, enquanto os camponeses da Bélgica recebem 447 euros. Sendo assim, como poderiam os camponeses de ex-países socialistas competirem nas mesmas condições com seus concorrentes: camponeses gregos, belgas, holandeses, franceses e alemães? Se o produtor de milho na Itália recebe mais subsídios do que irá receber o produtor croata; Se o produtor de carne de porco da Hungria recebe mais do que irá receber o produtor croata, como os croatas se sentirão em igualdade de condições para poder crescer e acompanhar o tão sonhado padrão da União Europeia? O cepticismo e pessimismo quanto a isso é mais real.

A Common Agricultural Policy oferece duas modalidades de incentivos: A Common Agricultural Policy 1 e a A Common Agricultural Policy 2 que somam, anualmente, 55 bilhões de euros.

A Common Agricultural Policy 1, anualmente, dispõe de 43 bilhões de euros por meio de uma complicada e arbitrária fórmula para cálculo da produção bruta de cada país, posto que os incentivos deveriam, mas não são dirigidos aos países mais necessitados. 80% dos subsídios recebem apenas 20% dos beneficiários.

Foi estabelecido um princípio pelo qual os países mais antigos da União Europeia recebem mais subsídios que os países ingressos recentemente (países de segunda categoria). Quando a Polônia adentrou na UE, em 2004, recebia apenas 25% do subsídio concedido aos países-membros mais antigos, mesmo que a Polônia tenha mais habitantes e mais território que a maioria desses privilegiados países mais antigos.

A Common Agricultural Policy 2 dispõe de 12 bilhões de euros por um critério mais inexplicável ainda. É destinado ao desenvolvimento rural dos países

membros e os subsídios resultam da pressão de Bruxelas sobre as políticas de comércio. A Letônia recebe 85 euros por hectare; Malta recebe 1.032 euros; Romênia, 90 euros; Áustria 160 euros por hectare. Para Marjan Bošnjak, muitos camponeses croatas desconhecem essa realidade, por falta de instrução e omissão da imprensa.⁹⁰

Há uma garantia aos camponeses croatas que diz respeito ao prazo temporário mínimo em que suas terras não poderiam ser vendidas aos estrangeiros. Para os camponeses poloneses, foi estabelecido que suas terras não poderiam ser compradas nos negócios com os demais países-membros da UE em um prazo de 12 anos. A Croácia também deverá contar com esses doze anos de garantia de propriedade aos seus camponeses. Vale dizer que, após esse prazo, certamente os estrangeiros comprarão as terras de grande parte dos desmotivados e falidos agricultores e pecuaristas croatas. Esses doze anos serão concomitantes ao período de dez anos em que haverá uma diminuição dos incentivos aos países que tramitam seu ingresso na UE. Mais um motivo para desmotivar e enfraquecer o camponês croata. Isso provavelmente levará a uma diminuição do número de croatas dedicando-se a atividades rurais.

Vejamos, por exemplo, o caso da Eslovênia que, ao entrar para a UE, em lugar de aumentar sua produção rural, sentiu bem o contrário: aumentou sua importação de alimentos.

Pouco se indagou sobre a atitude da Itália, em 2002, quando esta solicitou do Banco Mundial o registro dos produtores rurais na Croácia.⁹¹ Que interesses levariam a Itália a tomar tal atitude? Ninguém descartaria a hipótese de empresários italianos – oportunistas - tirarem proveito da condição desfavorável dos camponeses croatas. Até porque a propriedade rural na Croácia é mais barata do que nos países da Europa Ocidental.

⁹⁰ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p.157-159

⁹¹ jornal Vjesnik, 11/05/2002

4.7 AS MIGRAÇÕES TRANSFIGURANDO A DEMOGRAFIA CROATA

O direito pelo solo – *jus soli* - do Estado territorial não é o mesmo que o direito pelo sangue – *jus sanguinis* - do Estado nacional.⁹² O povo croata em seu território atualmente tem direito a essas duas legitimidades que marcam sua soberania nacional. Mas sua região litorânea, por exemplo, está fadada a uma comprometedora alteração dessa legitimidade, uma vez inserida na União Europeia, compartilhando seu espaço, inclusive perdendo o controle exclusivo de suas fronteiras e permitindo que seu contingente populacional, em várias localidades, seja superado em razão de projetos empreendedores de estrangeiros.

*“a composição da população, quer seja considerada do ponto de vista étnico, linguístico ou religioso, é com frequência abordada por meio da categoria homogeneidade versus heterogeneidade. Assim, a homogeneidade é percebida como uma condição favorável à sobrevivência do Estado, enquanto a heterogeneidade é tida como uma condição mais desfavorável.”*⁹³

As quatro ondas de emigração massiva na história croata foram: 1ª – causada pela invasão turca no século XV; 2ª – do final do século XIX, devido a uma peste na agricultura do litoral e ilhas do mar Adriático forçando a emigração de meio milhão de seus habitantes; 3ª – com a 2ª Guerra Mundial, quando centenas de milhares de croatas não aderiram ao socialismo e não aceitaram compartilhar seu espaço com sérvios, montenegrinos e outros povos “turcizados”; A 4ª onda emigratória se deu com a guerra de desintegração da ex-Iugoslávia, obrigando muitos refugiados a buscar um meio de vida no exterior. A 5ª onda emigratória de croatas seguramente acontecerá com as expectativas de uma vida melhor em outros países da UE, assim como centenas de milhões de estrangeiros passam a ter direito recíproco de se estabelecer em solo croata.

⁹² *Jus sanguinis* : termo latino que indica um princípio pelo qual uma nacionalidade pode ser reconhecida a um indivíduo de acordo com a ascendência; *Jus soli* : termo latino que indica um princípio pelo qual uma nacionalidade pode ser reconhecida a um indivíduo de acordo com seu lugar de nascimento.

⁹³ MUIR, Richard. *Modern Political Geography*. London: Macmillan Press, 1975, p.79

Como resultado de ondas emigratórias e imigratórias, há a certeza de que a configuração demográfica da Croácia se transformará a ponto de se questionar até que ponto esses movimentos migratórios comprometerão a identidade croata. Jovens talentosos debandarão de seus lares em busca de novas oportunidades nos países ricos.

Com base em estudos do Instituto para migração e nacionalidade, publicados em 2006, 460 mil croatas almejavam, à época, sair da Croácia para viver no exterior. 92 mil deles já haviam procurado uma forma de emigrar.⁹⁴

Os referidos estudos revelam, ainda, que 94% dos entrevistados esperam um poder aquisitivo melhor no exterior e melhores condições de trabalho. 76% lamentam não encontrar emprego condizente com sua formação na Croácia. 54% acreditam que encontrarão no exterior melhor preparo profissional. Esta tendência também é constatada em pesquisas realizadas pelo Banco Mundial, publicadas em 2007, mostrando a Croácia como primeiro país em evasão de cérebros promissores.⁹⁵

Em 2004, o Instituto de Ciências Sociais 'Ivo Pilar', da cidade de Zagreb, publicou o resultado de suas pesquisas: 75,3% dos estudantes desejam sair do país; 22,5%, após a conclusão de graduação, manifestam a intenção de começar carreira no exterior.⁹⁶

⁹⁴ MIŠETIĆ, Roko. *Aktuelno demografsko stanje i projekcije stanovništva Republike Hrvatske do 2050. godine*. [*Situação demográfica atual e projeção da população da República da Croácia até 2050.*], Zagreb : Hrvatska Gospodarska Komora, 2008, p.78

⁹⁵ jornal Jutarnji List [Folha da manhã] , 24 / 10 / 2007

⁹⁶ Disponível em: www.pilar.hr, acesso em 15 / 01 / 2012

Autor: Adilson Prizmic Momce

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

Fonte: BOŠNJAK, Marjan. EU ? – Ne Hvala ! Zagreb: CIP, 2010

O número de habitantes da Croácia diminuiu. Além das vidas perdidas por conta da recente guerra, a difícil reconstrução do país faz com que muitos jovens não pensem em constituir família sem o mínimo de estabilidade e conforto. Em 1961, a natalidade era de 74.190. Em dez anos, o nº de recém nascidos caiu para 64.891; em 2005 esse número caiu para 42.492. Isso desencadeia a diminuição das inscrições de alunos para a primeira série do Ensino Fundamental I que, em 2008, diminuiu em 7.040 em relação ao número de alunos inscritos quatro anos antes.

A partir de 1991, concomitantemente ao início da guerra civil iugoslava, a Croácia passou a registrar a queda natural de sua população, com mais pessoas morrendo do que nascendo. De 1991 a 2006, com tal índice negativo do crescimento relativo da população, houve uma perda de 107.954 habitantes.

A porcentagem da fertilidade populacional croata, em 2000, era de 1,37. Roko Mišetić, do Instituto de Migração e Nacionalidade, na Conferência Internacional realizada em Zagreb, 2008, sob o título: *Useljenička politika u funkciji razvoja hrvatskoga gospodarstva*. [Política imigratória em função do desenvolvimento econômico da Croácia], afirmou:

“Em 2050 provavelmente haverá 1,2 milhões a menos de croatas em relação a uma projeção esperada em condições normais de vida social que garantam estabilidade de emprego e poder aquisitivo suficiente para o custo de vida com alimentação, saúde e educação.”⁹⁷

Considerando os estudos de 2006: ‘Projeção dos habitantes da Croácia 2004 – 2051’, por meio da Organização Estatal de Estatística liderada por Marinko Grizelj e Anđelka Akrap, em 2051 provavelmente haverá uma diminuição de 1,3 milhões de croatas.⁹⁸ Caso haja um aumento da emigração de croatas, a presença de croatas ficará pior ainda.

O bispo da Bósnia-Herzegovina, Pero Sudar, avaliou em 2010 que o número de croatas presentes na BH é inferior a 459 mil habitantes e, a cada ano, há uma diminuição em torno de 5 mil croatas na república vizinha.⁹⁹

Com a entrada da Croácia na UE, aumentará o número de estrangeiros. Um dos principais motivos para tal situação é a atração que o litoral croata exerce sobre um grande número de turistas que desejam aí retornar, ou mesmo adquirir propriedade. Outro motivo é a baixa concentração de habitantes na Croácia: 78 habitantes por Km². Menos ainda, nas localidades de Lika e Gorski Kotor, onde há apenas 20 habitantes por Km².

⁹⁷ MIŠETIĆ, Roko. *Useljenička politika u funkciji razvoja hrvatskoga gospodarstva*. [*Política imigratória em função do desenvolvimento econômico da Croácia*], Zagreb : Hrvatska Gospodarska Komora, 2008, p.78

⁹⁸ jornal Glas Slavonije [A Voz da Slavônia], 22 / 02 / 2010

⁹⁹ jornal Jutarnji List [A Folha da Manhã], 13 / 07 / 2007

Com 73.000 habitantes, Trešnjevka jug é um bairro de Zagreb que supera a população inteira dos municípios de Lika e Senj somados: 54.000 habitantes. As ilhas do mar Adriático também são pouco povoadas. Países vizinhos, que fazem parte da EU e apresentam maior concentração de habitantes por Km²: Itália, com 200 habitantes por Km²; Áustria, com 100 habitantes por Km²; Alemanha, com 230 habitantes por Km²; Hungria, com 108 habitantes por Km²; Eslovênia, com 101 habitantes por Km²; República Tcheca, com 133 habitantes por Km²; Romênia, com 90 habitantes por Km², tendem a marcar presença na, por assim dizer, desabitada Croácia. De encontro a isso, há a necessidade da Croácia importar mão de obra. Os dados coletados por Žarko Katić, 23 de maio de 2008, já indicavam 32.160 estrangeiros com residência na Croácia.¹⁰⁰

O ano de 2006 totalizou a oferta de 130.517 postos de trabalho na Croácia, enquanto em 2007, essa oferta subiu apenas para 141.487 postos. Há, portanto, um paradoxo entre aumento da oferta de trabalho e aumento do desemprego na Croácia. É verdade, porém, que seus habitantes não estão qualificados para assumir as vagas disponíveis. Tudo isso denota aumento da entrada de estrangeiros no mercado de trabalho na Croácia em detrimento do emprego de mão-de-obra dos próprios cidadãos croatas.

A população croata era inferior à população de sérvios durante a ex-Iugoslávia. Os sérvios impuseram várias formas de hegemonia, legitimando-se até pela sua maioria populacional no pleito da territorialidade. A atual candidatura da República Sérvia, aceita pela UE, obrigará a Croácia novamente a compartilhar suas fronteiras com os sérvios que poderão comprar terras e repovoar o espaço na Vojna Krajina e na Slavônia que deixam de ser exclusivismo da nação croata. Assim, os sérvios voltariam, inclusive, a adquirir direitos de participação política na Croácia, nos termos garantidos pelo Acordo de Lisboa.

¹⁰⁰ Žarko Katić, *Postojeće zakonske regulative i prijedlozi za prilagodbu*. [*Regularizações legislativas existentes e sugestões para adequações*.], Zagreb : Hrvatska Gospodarska Komora, 2008, p.31

Invasão estrangeira na Espanha serve como um alerta

Quando entrou para a UE, em 1986, a Espanha tinha 240.000 estrangeiros. Apenas dois anos após isso, o número de estrangeiros residentes na Espanha pulou para 640.000. Dez anos depois, em 2008, o número de estrangeiros presentes na Espanha é impressionante: 5,2 milhões, 12% do total de sua população. Com a adesão de novos países-membros à UE, a Espanha terá que acolher um número ainda maior de estrangeiros. Quantos deles serão e que mudanças trarão para a nação em 50 anos? Tal situação se agrava pelo fato do desemprego na Espanha ser uma das maiores preocupações da UE, que a expõe como alvo de duras críticas e descrédito. A Espanha atrai turistas por aspectos semelhantes aos da Croácia: Litoral saudável de clima mediterrâneo, Ilhas paradisíacas com mares quentes para os parâmetros da Europa e cidades aprazíveis, sem grande concentração populacional... Enfim, localidades onde os estrangeiros buscam satisfazer suas necessidades e realizar suas vontades, muitas vezes buscando um estabelecimento definitivo.

Em 2004, 645.000 estrangeiros estabeleceram residência na Espanha; No ano seguinte, outros 682.000 estrangeiros fizeram o mesmo; Em 2006 esse número aumentou para 802.000 estrangeiros; Em 2009, a presença de residentes estrangeiros aumentou ainda mais: 920.000. Consultando-se as estatísticas do 'Instituto Nacional de Estadística' (Espanha), verifica-se o ingresso de novos residentes na Espanha: 18.000 estrangeiros - por semana. Para a Croácia, com apenas 4,3 milhões de habitantes, 78 habitantes por Km², por muito menos imigrantes do que os que foram para a Espanha, agravar-se-á a desestabilização social, apenas se considerarmos a relação desse fato com o alto desemprego na Espanha, sem falar no comprometimento da identidade nacional, posto que, após dois anos de residência, os estrangeiros podem receber a cidadania e, com isso, deixam de ser tratados como estrangeiros para fins burocráticos.

Os espanhóis se queixam da falta de integração de ingleses no litoral de Andaluzia, e do distúrbio atípico causado por britânicos bêbados. "*Os britânicos não são mais bem vindos*" é a fala desses espanhóis. ¹⁰¹

¹⁰¹ jornal Observer, 16 / 01 / 2007

Na Costa do Sol, o jornal inglês *Sur in English* aumentou sua edição em 60.000 exemplares. O pensamento de muitos desses britânicos foi bem definido por um deles, Stan Bacon, que disse: *“O homem tem o direito de morar onde quiser no mundo e permanecer fiel cidadão britânico.”* (*“One should have the right to live anywhere in the world and remain a loyal British subject”*).¹⁰²

Por outro lado, é notório pelas leis britânicas e pelo comportamento social, que os britânicos saem de sua nação para morar em outros países, como se fizessem um favor a estes, mas não se mostram bons acolhedores de estrangeiros no Reino Unido. É o que revela a enquete de 2007 realizada pelo jornal britânico *Financial Times* e o Harris Poll: 66% dos britânicos são contra a presença de estrangeiros e apenas 19% consideram que a presença de estrangeiros ‘melhora o quadro econômico inglês’.¹⁰³ A mesma enquete revela que o destino de mais de 50% dos italianos será a Croácia.¹⁰⁴

Mesmo que grande parte dos estrangeiros, na Espanha, seja de suas ex-colônias latino-americanas e de Marrocos, a maioria deles é proveniente da Europa.¹⁰⁵ Só de britânicos, quase um milhão; Em 2008, o referido instituto contabilizou 830.000 romenos; mais de 500.000 alemães; cerca de 200.000 italianos; quase 200.000 franceses; 100.000 poloneses e o mesmo número de ucranianos.

No vale La Vinuela, distante 80 Km de Málaga, a população cresceu estrondosamente. À beira de um lindo lago, foram construídas centenas de casas, muitas das quais ilegalmente, sem a devida preocupação com o meio ambiente.

¹⁰² Disponível em :www.byebyeblighty.com, 04 / 01 / 2013

¹⁰³ jornal *F Times* / Harris poll, 19 / 02 / 2007

¹⁰⁴ Idem

¹⁰⁵ Instituto nacional de estadística - España - 20 / 06 / 2008

A Croácia já apresenta tal situação e carrega o pessimismo de que isso tende a piorar. Há um lamentável descaso com respeito ao meio ambiente na cidade litorânea de Split, cujo nome se deve à presença da Aspalathos, denominação grega para a flor amarelada e de aroma muito agradável, abundante, à época clássica (durante a colonização dos gregos e romanos). Hoje em dia, porém, a presença dessa flor típica do local está muito reduzida com risco de desaparecer com o crescimento urbano. O mesmo ocorre nas montanhas às costas da cidade com a diminuição monstruosa da área verde do parque Marijan para dar lugar à construção de condomínios de luxo e mansões. Prédios altos que estão sendo construídos na orla marítima agredem e tiram a visão contemplativa de quem está nos mirantes dos morros.

Vários pronunciamentos políticos ressuscitam o nacionalismo italiano na terra dos croatas. Vejamos alguns desses pronunciamentos:

“Istria, Rijeka e Dalmácia são, desde sempre, terras italianas.” Foi o que declarou o vice-presidente do governo italiano, Gianfranko Fini, ao jornalista do jornal Slobodna Dalmacija, Šenol Selimović, em 2004. No mesmo ano, Gianfranko Fini já havia destacado o desejo da Itália auxiliar a Croácia a ingressar na UE, pois, segundo ele:

*“o auxílio à Croácia significa libertá-la do nacionalismo e da intolerância em relação às minorias ... uma vez na UE, a Croácia respeitará as minorias, a ideia de unidade em meio às diferenças, entendendo, assim, que os italianos da Croácia devem ter o direito de lembrar sua história, estudar e usar a língua de seus ancestrais.”*¹⁰⁶

¹⁰⁶ jornal Slobodna Dalmacija [Dalmácia Livre], 13 / 10 / 2004

Cinco anos mais tarde, o mesmo Gianfranco Fini, desta vez como presidente do parlamento italiano declarou em Trieste que as localidades da Croácia e Eslovênia podem agora reviver seu vínculo italiano, posto que a Itália não as pôde reaver após a Segunda Guerra Mundial.

A Itália poderá concretizar seu sonho de controlar as duas margens do Adriático. A União Europeia define o Estado comum como um espaço compartilhado sem fronteiras. Isso possibilita dizer que 60 milhões de italianos passarão a ter o direito ao sentimento de territorialidade na Croácia. Tal direito foi decretado no artigo 17b (2) do Acordo de Lisboa:

1.direito de livre circulação e de moradia em qualquer país-membro.

2.direito de votar e de se candidatar às eleições ao Parlamento Europeu e às eleições locais do país-membro para onde se translada, se for o caso, com as mesmas condições que o cidadão nativo.

Marjan Bošnjak comenta:

“os italianos poderão escolher onde viver, onde investir, com quem comercializar, com qual língua irá se comunicar e para quem irá votar e influenciar no campo político.”¹⁰⁷

24 de outubro de 2001, o primeiro-ministro italiano, Carlo Ciampi, condecorou com medalha de ouro o antigo prefeito da cidade de Zadar, que fora exilado quando a Itália perdeu seu poder político sobre a Dalmácia. Carlo Ciampi declarou ao jornal da cidade fronteira de Trieste, *IL PICCOLO*:

“das cidades em poder dos italianos, na Segunda Guerra Mundial, Zadar foi terrivelmente bombardeada em 1943. 85% da construção urbana foi destruída, morreram 312 cidadãos e 161 foram aprisionados.”¹⁰⁸

¹⁰⁷ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p. 199

¹⁰⁸ HRT (Hrvatska Radio Televizija), Vjesnik [Noticiário], 25 / 10 / 2001

Conforme escreve o jornal de Zagreb – Nedjeljni Vjesnik [Noticiário Dominical] – o representante do parlamento italiano, Roberto Menia, havia declarado no início de 2005, em Florença: “A Croácia, quando inserida na UE, precisará estar pronta para devolver Ístria, Rijeka e Dalmácia para a Itália.”¹⁰⁹

O correio do Estado italiano lançou um selo, 12 de dezembro de 2007, com a fotografia da cidade de Rijeka, centralizando o ex-palácio do governo italiano, em uma linguagem pretensiosa acompanhada dos seguintes dizeres em italiano: *Fiume – terra orientale già italiana*.

10 de fevereiro de 2008, em Milão, comemorou-se a nomeação de uma alameda em Rijeka (litoral croata), enaltecendo o nome do governante D’Annunzio, à época da ocupação italiana em 1918, quando Rijeka foi anexada ao Reino da Itália.¹¹⁰ Os textos publicitários na inauguração de tal alameda se remetem a um apelo nacionalista afirmando que a marca de cidadania em Rijeka foi secularmente formada por italianos, assim como a língua difundida tradicionalmente aí era o italiano e que o período do entre-guerras foi próspero para a cidade e faz o lembrete sobre o assassinato e perseguição de comunidades inteiras de italianos, forçados a deixar a costa leste do mar Adriático.

O parlamento italiano, 9/02/ 2006, aprovou a lei de concessão de cidadania italiana aos croatas com ao menos um ascendente italiano, independentemente do grau de parentesco e de geração. No jornal Slobodna Dalmacija, 18/03/2006, o acadêmico Davorin Rudolf¹¹¹ questiona as reais intenções do governo italiano concedendo a cidadania italiana aos croatas com procedimentos muito menos exigentes do que aos descendentes de italianos em outras partes do mundo. Para Rudolf, o governo italiano deseja aumentar o número de representantes de nacionalidade italiana, sobretudo na Ístria, onde quer mudar a configuração nacional.

¹⁰⁹ jornal Vjesnik, 27 / 02 / 2005

¹¹⁰ Hina, 12 / 02 / 2008

¹¹¹ Cientista político, Davorin Rudolf era um membro regular da Academia Croata de Artes e Ciências, professor de direito internacional. Ele trabalhou na Faculdade de Direito em Split de 1960 até 1990. Aí foi reitor, chefe do Departamento de Direito Internacional e um dos fundadores e ex-diretor do estudo de pós-graduação de direito na referida faculdade.

Rudolf lembra que a Itália ainda cobra a dívida iugoslava de 35 milhões de dólares que, pelo acordo de Belgrado, comprometeu muito mais a Croácia a indenizar os prejuízos dos italianos que tiveram que deixar seus patrimônios quando foram expulsos de suas propriedades após a 2ª Guerra Mundial.¹¹²

Há dez anos, a Itália rechaça que a Croácia pague sua dívida em dinheiro, pois isso eliminaria qualquer vínculo de territorialidade italiana na Croácia. Por isso é que a Itália aceita o pagamento da dívida apenas em bens imóveis. Oficialmente, a Itália comemora o '*Dia da Lembrança*', 10 de fevereiro, já que nesta data, em 1947, foi assinada, na conferência pela paz em Paris, a perda italiana do controle sobre Ístria, Rijeka e Zadar. Mesmo assim, nenhum italiano foi julgado por crimes de guerra cometidos na Croácia. Nas palavras de Davorin Rudolf: "*O útero que gerou o irredentismo fascista italiano continua fértil.*"¹¹³

12/09/2009, pessoas não identificadas hastearam a bandeira italiana em um mastro da Praça da República no centro de Rijeka, além de um cartaz dizendo: "*Viva Fiume d'Italia ... Viva gli arditi*". A data e o conteúdo desse gesto estão relacionados à ocupação italiana sobre Rijeka ocorrida na mesma data há 90 anos. O notório Gabriello D'Annunzio, considerado o precursor do fascismo e referência para Mussolini, conquistou a cidade e a aterrorizou com assassinatos, perseguições e torturas cometidas pelos seus sequazes, chamados de "arditi".

Na internet, o portal; www.ipress.hr¹¹⁴ editou, 10 de março de 2010, a foto tirada da loja La Dama - primeiro andar do Shopping Center Pula - no centro mesmo da cidade de Pula (Ístria) vendendo aventais com a foto de Mussolini fardado. A loja pertence ao empresário Alberto Faggiana. Logo após a divulgação do fato pela internet, os aventais foram tirados de venda.

Há uma lista, denominando as cidades croatas em italiano, pronta para ser divulgada após o ingresso definitivo da Croácia.

¹¹² Slobodna Dalmacija, 18 / 03 / 2006

¹¹³ *Idem*, 18 / 03 / 2006

¹¹⁴ Disponível em: www.ipress.hr, acesso em: 05/01/2013

Estrangeiros com os mesmos direitos dos croatas

Em dezembro de 2008, o parlamento croata aprovou, às pressas, a lei que concede aos estrangeiros os mesmos direitos dos cidadãos croatas para adquirirem bens imóveis na Croácia. Não houve nenhuma cobertura jornalística sobre os trâmites dessa lei. O presidente do parlamento croata, Luka Bebić, teria lido a referida lei que os demais parlamentares aprovaram automaticamente, por voto eletrônico, sem que nenhum deles tivesse questionado qualquer detalhe referente ao conteúdo do que estavam aprovando.

Bem diferente disso foi o procedimento de Malta e Dinamarca, que solicitaram e foram atendidos quanto ao recebimento de um prazo de ingresso na UE para que seus imóveis fossem vendidos a estrangeiros respeitando-se uma carência de tempo, enquanto os dirigentes croatas já se venderam mesmo antes da negociação de sua candidatura.

A maior parte da ilha de Malta está legalmente amparada por um prazo de cinco anos durante os quais os estrangeiros devem comprovar residência para adquirir bens imóveis que não sejam para fins de moradia e de trabalho direto. E nos cinco primeiros anos de residência, eles não podem comprar mais de duas residências. Contudo, após os cinco anos, os estrangeiros podem comprar qualquer tipo de imóvel em qualquer parte da ilha. O bom de tal medida é a segurança de que os estrangeiros que investem em Malta já estão aí temporariamente, promovendo circulação de renda durante todos os meses do ano, beneficiando vários setores da economia, e não apenas durante a alta temporada do turismo.

A Croácia deveria ter seguido também o exemplo da Dinamarca para restringir a massiva entrada de estrangeiros. Os cidadãos da UE que queiram residir e trabalhar na Dinamarca têm um prazo de três meses para isso e, caso não consigam, devem se cadastrar junto ao governo local para mais três meses de tentativa. Após seis meses sem trabalho, o estrangeiro é obrigado a deixar a Dinamarca. Além disso, os estrangeiros não podem adquirir nem mesmo residência própria durante os cinco primeiros anos de vida na Dinamarca, apenas alugando moradia. Também há maior restrição na Dinamarca quanto á compra de

chalés turísticos por estrangeiros, uma vez que estes não podem comprar propriedades voltadas ao lazer sem a autorização do governo dinamarquês. A Dinamarca tem melhores condições para se proteger de abusos oportunistas de estrangeiros pelo fato da tradicional e rica Dinamarca já contar com apreciável estrutura política e econômica e alto padrão de qualidade social antes mesmo de entrar para a UE.

Quando, em 29 de novembro de 2001, foi firmado o acordo de estabilização e comprometimento croata para viabilizar sua candidatura de ingresso na UE, foram especificados os bens imóveis que os estrangeiros não poderiam adquirir, como é o caso dos parques nacionais. Porém, propositadamente ou por acaso, não se especificou a proibição da compra de florestas pelos estrangeiros. No ano seguinte, o governo croata, tentou remediar tal falha, tentando proibir a venda de suas florestas aos estrangeiros, mas os negociadores da UE mantiveram seus direitos nos termos do acordo anteriormente assinado.

As ilhas croatas nas mãos dos europeus

Segundo dados do censo demográfico de 2001, em todas as ilhas habitadas na Croácia há apenas 121.606 habitantes. Se considerarmos que para a Espanha migraram cinco milhões de estrangeiros, é provável que, em pouco tempo, os estrangeiros se tornem maioria em tais ilhas pouco povoadas.

Essa perspectiva faz os imóveis aumentarem nas ilhas a um preço inacessível para os croatas. Com isso, os estrangeiros são mais propensos a adquirir as propriedades insulares, inclusive aquelas abandonadas, desde que famílias inteiras se viram forçadas a emigrar para Austrália, América e outras partes do mundo, quando uma terrível peste afetou suas plantações no final do século XIX e início do século XX.

Nos termos de Raffestin,

*“O recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso numa relação em que, por meio da imagem do número populacional, o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele.”*¹¹⁵

Várias, das ilhas croatas são habitadas por menos de mil habitantes. Os casos mais alarmantes são: Sveti Andrija com apenas 1 habitante; Male Srakane, 2; Kornati, 7; Vele Sakarane, 8; Biševo, 19; Rivanj, 22; Zverinac, 48; Drvenik Mali, 54 ... Vale dizer que as 15 ilhas menos povoadas, com um total de 826 habitantes e área total de 133,2 Km², tornam-se vulneráveis às ações políticas e econômicas dos estrangeiros, se apenas mil deles estabelecerem aí residência fixa. Das 47 ilhas habitadas que poderão perder sua identidade nacional, 36 delas são habitadas por menos de 18.000 habitantes.

¹¹⁵ RAFFESTIN, Claud. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p.67

Caso os alemães e austríacos queiram se concentrar na ilha Susak, ao sul da cidade de Rijeka, pela sua localização, próxima da Áustria e do sul da Alemanha, bastariam 200 destes estrangeiros para a construção de uma atmosfera germânica em seus condomínios, hotéis, pousadas e muitas vilas de aposentados. Além de agradáveis praias de areia, Susak é um local propício para a vinicultura e pesca. Anos atrás funcionava uma fábrica alimentícia de beneficiamento de pescados. Não é preciso muito investimento estrangeiro para que estas atividades sejam impulsionadas a todo vapor, enquanto os croatas não dispõem de capital para investimentos.

A maior ilha croata, Cres (com apenas 3.184 habitantes), poderá se tornar um paraíso para os austríacos distantes poucas horas de trem, bem como para os italianos cuja cidade de Trieste se encontra mais próxima dessa ilha do que a capital croata - Zagreb.

Uma croata que trabalha como corretora de imóveis comentou o que ela depreende de suas conversas com os compradores estrangeiros:

*“Os russos investem milhões de euros na aquisição de propriedades nas ilhas do Adriático porque dentro de 10 a 20 anos valorizarão dez vezes mais. Foi com essa visão que os russos adquiriram as ilhas Frašker e Fraškerić na península Ístria.”*¹¹⁶

A empresa britânica, Croatia Investments, oferece aos compradores estrangeiros algumas ilhas croatas. Apresentam um prospecto com o seguinte conteúdo:

*A Croácia é um dos países mais belos e mais preservados do mundo. O preço dos seus bens imóveis continua baixo. É certo que, em breve, a entrada da Croácia para a União Europeia fará tal preço aumentar muito. Portanto, aproveitem já a oportunidade de adquirir uma propriedade espetacular na Europa.”*¹¹⁷

¹¹⁶ BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala ! [União Europeia ? – Não, obrigado !]* Zagreb: CIP, 2010, p. 221

¹¹⁷ Ibidem

A ilha Daksu, próxima a Dubrovnik, é oferecida por uma corretora britânica por 4 milhões de euros, enaltecendo sua superfície de 58.000 m².

A ilha Gustac, de 200.000 m², foi oferecida por 1,2 milhões de €.

Próxima a Primošten, uma ilhota de 56.000 m², distante apenas 200 metros do continente, é oferecida por 1,7 milhões de euros. Já entre a ilha Pašman e o Parque Nacional Kornati, outra ilhota de 36.000 m² coberta de oliveiras é oferecida por 470.000 euros.

Com o objetivo não apenas de comercializar com a Croácia, a empresa britânica - Croatia Investments - criou um Fundo de Investimentos de cem milhões de euros. Trata-se de apenas um dos inúmeros investimentos que totalizam bilhões de euros envolvendo também aplicações da Alemanha, Itália, Áustria, França e outros países membros. Assim, com a entrada da Croácia como país membro, é certo que suas ilhas serão compradas pelo capital das grandes potências, mas a questão passa a ser: Com que rapidez isso será concretizado ?

A Faculdade de Economia de Split expôs dados de 2005 que mostram 45.000 casas ao deleite do mar Adriático em posse dos estrangeiros. ¹¹⁸

Logo que a Croácia se tornou candidata a ingressar na UE, aumentou o interesse estrangeiro pelas propriedades na Croácia. Os registros da imobiliária Dream Property Croatia indicam que os irlandeses, em 2004, compraram 600 imóveis na Croácia e os anunciaram nos principais jornais irlandeses. ¹¹⁹

Ao término de 2008, segundo publicação do jornal Slobodna Dalmacija, os estrangeiros já possuíam 70.000 propriedades. Os mais destacados são alemães, austríacos, húngaros, britânicos e russos. Eslovenos e italianos concentraram muito mais suas compras na vizinha península Ístria e nas ilhas Kvarner.

Em 2010, Robert Pende, diretor jurídico no Ministério do Turismo, declarou em rede nacional da televisão croata – HRT – no programa *Otvoreno* [Aberto] que a Croácia tem aproximadamente 180.000 xalés, dos quais cerca de 80.000 já estão em posse dos estrangeiros. ¹²⁰

¹¹⁸ jornal Slobodna Dalmacija, 05 / 07 / 2005

¹¹⁹ jornal Jutarnji List, 16 / 02 / 2005

¹²⁰ HRT (Hrvatska Radio Televizija), program 'otvoreno', [programa 'aberto'], 16 / 03 / 2010

Em 2006, na Ístria foram registradas 813 empresas de venda e compra de imóveis. 577 delas, estrangeiras, sendo dois terços de origem italiana.¹²¹

Uma das principais fontes de riqueza da Croácia sempre foi o turismo. Desde o socialismo iugoslavo até os dias de hoje, muitos croatas vivem do turismo. Pela lei ainda vigente, os estrangeiros não podem alugar seus bens para não prejudicar o 'ganha pão' dos cidadãos croatas. No entanto, muitos o praticam ilegalmente, ou levam seus familiares e amigos. Tal lei irá certamente mudar no momento da Croácia entrar para a União Europeia. Os estrangeiros, então, poderão inclusive atravessar as intenções de captação de turistas dos croatas, posto que tais trâmites, desde já, são feitos através de corretoras de imóveis localizadas mesmo fora da Croácia, e até mesmo via internet, o que distancia ainda mais o controle croata sobre a captação de turistas pelos croatas.

Em janeiro de 2012, uma das croatas entrevistadas pelo autor deste estudo, Anita Duplančić, declarou que aluga seu charmoso chalé na localidade chamada Čiovo – próxima a Split. Assim como a grande maioria dos croatas que possuem propriedades junto ao mar, Anita está vinculada a corretoras de turismo da Bélgica e Dinamarca, mas também faz captação de forma autônoma. Ao tramitar diretamente com o turista, ganha 100% do aluguel. Por outro lado, havendo a indicação da agência estrangeira - intermediária, uma parcela do aluguel é revertida para a agência estrangeira como comissão pelos seus serviços.

¹²¹ Jornal Voz da Ístria, 26 / 02 / 2007

Há indícios de que o forte capital estrangeiro está oferecendo gratificações aos governantes croatas. Os hotéis da rede Liburnija, por exemplo, estabelecidos, em sua maioria, na estância turística de Opatija, só poderiam ser vendidos em conjunto, isto é, num único pacote o que descartaria a participação de um potencial comprador croata, que no máximo de suas possibilidades poderia adquirir um hotel separadamente. Trata-se de um lobby, posto que a legislação em vigor rege que toda propriedade estatal a ser privatizada deve ser oferecida primeiramente aos cidadãos croatas, e só não havendo candidatos croatas é que a participação passa a ser aberta aos estrangeiros. Tal medida jurídica beneficia primordialmente o forte capital externo. Segundo informação colhida no jornal Jutarnji List, o comprador da referida rede de hotéis croata foi o conde austríaco Georg Eltz do grupo Valamar.¹²²

O empresário francês, Bernard Lamy, já solicitou ao prefeito da cidade litorânea de Šibenik autorização para construir, na região de Zablaca, uma nova cidade que possa abrigar milhares de habitantes. Para tanto, está disposto a investir um bilhão de euros.¹²³ Lamy intenciona um status autônomo auto-suficiente para tal cidade, voltada a si mesma no que se refere à economia, sociedade, ecologia e cultura. A idealização dessa cidade prevê a construção de vários campos de golf, áreas esportivas, parques e praias.

O francês não é o único a manifestar tamanha pretensão de empreendimentos na região que vem sendo cobiçada também por um grupo suíço. O ex-sócio de Lamy, Želimir Belamarić, propôs aos suíços a criação de uma empresa mista, a CHRECO-projekt. Para viabilizar seus objetivos, foram adquiridos da comunidade local 500.000 m², desde Mala Solina até o mar, o que não é maior do que a área já adquirida pelo francês Lamy.

¹²² jornal Jutarnji List, 19 / 06 / 2006

¹²³ jornal Slobodna Dalmacija, 20 / 01 / 2010

Milton Santos, em seu livro *A Natureza do Espaço*, diz que as Formas são sempre revificadas numa funcionalidade do presente.¹²⁴ Aplicando este conceito aos croatas, observa-se que o território croata se livrou dos conflitos que teve com os austro-húngaros, antes da 1ª Guerra Mundial, mas a partir de sua parcial estatização – junto aos sérvios – reviveu uma função submissa diante da hegemonia sérvia. No presente, a nação croata é soberana. Encontra-se com uma nova forma – não mais subordinada política e militarmente por outro povo. Porém, com a inserção dos croatas na União Europeia, paira a tendência do território croata novamente mudar sua funcionalidade, revificando sua submissão diante do poder hegemônico de alemães, austríacos, italianos e húngaros.

¹²⁴ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2006

Nova cidade na ilha Pašman

O consórcio espanhol T.H.R. ASESORES EN TURISMO, HOTELERÍA Y RECREACIÓN, A.S. é um dos dois investidores que se candidatam a construir um novo polo habitacional no sul da ilha Pašman, em uma área de 600 hectares onde planejam construir hotéis, vilas, condomínios e aldeias de pesca para abrigar 5.000 habitantes. Este mega projeto já recebeu autorização para sua realização numa extensão litorânea de 14 km com custos que podem variar de 700 milhões a um bilhão de euros. Tal plano habitacional prevê ainda a construção de uma ponte de 2,2 km para ligar a ilha ao continente.

O mais recente plano de urbanização em localidade turística foi apresentado em abril de 2010 na tradicional feira anual, denominada Croatian Boat Show, na qual estiveram presentes ministros e demais autoridades políticas, que se mostraram entusiasmados com a magnitude do que se pretende realizar próximo a Dubrovnik, na localidade pouco povoada chamada Slano, e que se projetará para o mundo com edificações nos moldes de Dubai. Estender-se-á por 5.000 hectares com estúdios cinematográficos, aeroporto, museus, resorts, campos de golf, parques esportivos, academias e todos os demais serviços de alto padrão. O ministro da economia, Đuro Popijač, quer contribuir no que for possível para agilizar o processo. O ministro dos transportes, Božidar Kalmet, ficou maravilhado com a proposta, e já adiantou que não haverá barreiras que impeçam a realização do referido investimento da futura cidade turística.

4.8 LÍNGUA CROATA DEPRECIADA NA UNIÃO EUROPEIA

Durante a revolução de 1848 – 1849, amadureceu, em Zadar e outras cidades da Dalmácia, a ideia de fundar uma instituição cultural responsável por todo seu litoral, nos mesmos moldes já existentes na Croácia, Voivodina, Eslovênia, região tcheca e outros domínios da monarquia habsburga. O primeiro organizador desta iniciativa foi Božidar Petranović, quem se remeteu ao jornal de Praga: *‘Lipi Slovanskoj’*, solicitando doações em dinheiro para fundar “uma sociedade literária” ¹²⁵ Tal pedido foi calorosamente acolhido pela opinião pública tcheca. Um dos mais influentes jornais de Praga, *‘Narodni Noviny’*, portou um artigo irradiante que dizia :

“Irmãos e irmãos tchecos! Vocês sabem como o estilo de vida do nosso povo ganhou ânimo com a nossa Matica Tcheca (matriz cultural tcheca) naquele lastimável período quando não tínhamos com quem contar para o povo despertar. Ajudem a massa de dalmatinos esquecidos na miséria com qualquer doação para a edificação de sua Matica Dálmata.” ¹²⁶

Em 1967, a instituição cultural Matica Croata formou a Associação Literária Croata e outras 16 instituições culturais no intuito de individualizar a língua croata, desvinculada de qualquer associação com o idioma sérvio.

Há apenas três línguas oficiais na Comissão Europeia que reúne as ações governamentais da UE: Inglês, francês e alemão. Nem mesmo destacadas línguas como a espanhola e a italiana conseguem a mesma expressividade. Assim, não existe igualdade de direitos quanto ao uso de línguas dos países-membros da UE.

¹²⁵ *Lipa Slovanska*, nº16, 1848. Isti poziv je preveden na srpskohrvatskom jeziku i objavljen 1848 u zadarskom časopisu Zora dalmatinska br. 51 [O mesmo pedido de arrecadação foi traduzido ao sérvio-croata e publicado, também em 1848, no jornal de Zadar- A Aurora Dalmatina], nº 51. In MILUTINOVIC, Kosta. *Strosmajer e a questão iugoslava*. Novi Sad – República Sérvia : Instituto de pesquisa da história da Voivodina, 1976, p.131

¹²⁶ ILEŠIĆ, F. *O početkih Matice Dalmatinske 1848–49*. Zagreb: Hrvatsko kolo, 1909, p.133-135 [*Sobre o Início da Mátitza Dálmata, 1848-1849*. Zagrebe: Círculo croata]

Em abril de 2008, a Alemanha solicitou ao Parlamento Europeu que todos os documentos e páginas da internet sejam editados em alemão; que os cidadãos europeus se reportem em alemão nas instituições da UE. Ainda que a Comissão Europeia gaste, por ano, 1,1 bilhões de euros, e empregue aproximadamente 2500 tradutores, muitos documentos em inglês não são traduzidos.¹²⁷

Um dos diretores da Comissão Europeia, responsável pelas traduções, Juhani Lönnroth, explicou que 27 países-membros com suas 23 línguas combinam 506 possíveis traduções, como é o caso do maltês para o húngaro, ou do esloveno para o espanhol, por exemplo.¹²⁸

O Tribunal de Direito Europeu, com sede em Luxemburgo, faz uso apenas do francês. Juízes, advogados, funcionários ...todos devem conhecer o francês ou contratar tradutores para se reportarem em juízo.

O Tribunal de Haia que julga os crimes de guerra não atendeu ao réu sérvio acusado por crimes de guerra, Vojislav Šešelj, quando este requereu o direito à tradução do processo para a língua sérvia e escrita em alfabeto cirílico. A funcionária – técnica em línguas - do Tribunal, Hildegard Uertz Retzlaff, responsável por tal decisão argumentou que o sérvio-croata não deve ser dividido em duas ou mais línguas (sérvia, croata, e outras), uma vez que não há diferenças estruturais que impossibilite a comunicação entre esses eslavos do sul.¹²⁹ O governo croata não esboçou nenhuma reprovação quanto a essa desavença no trato da língua.

¹²⁷ Euobserver, 25/02/2008

¹²⁸ *Ibidem*

¹²⁹ HITREC, Hrvoj. *A língua croata e a União Europeia*, Revista Jezik [Língua], 16/01/2009, acessível no portal Conselho Cultural Croata, www.hakave.org.

Com a perspectiva de ingresso da Sérvia e Bosnia-Herzegovina para a UE, é previsível que a União Europeia pressione a Croácia a aceitar que sua língua seja tratada como sendo a mesma compartilhada pela Sérvia, Montenegro e Bosnia-Herzegovina. Para a maioria das universidades europeias, sobretudo na França, Holanda, Alemanha e Reino Unido, o croata não é tratado como idioma independente. Em suas cátedras de eslavística, leciona-se a língua denominada conjuntamente: sérvio-croata. Bem diferente disso é a postura acadêmica adotada pelas universidades da Rússia, Ucrânia, Polônia e outros países do Leste Europeu, onde as escolas ensinam o croata e o sérvio separadamente.

Ao ouvir o discurso da ministra da justiça croata, Ana Lovrin, no parlamento europeu, em 2007, o representante da Eslovênia, Jelko Kacin, solicitou formular uma pergunta em croata, simbolizando boas vindas a uma república cuja língua, conforme pronunciou, *“também fará parte da EU”*. Imediatamente, porém, foi interrompido pelo seu colega britânico, Charles Tannock :

*“O senhor, talvez, não intencione sobrecarregar nossos gastos com tradução em bósnio, montenegrino, croata e sérvio ? Os países dos Balcãs Ocidentais precisam adotar uma norma linguística de comum acordo, acessível a todos: o sérvio-croata.”*¹³⁰

A pressão para unificar um código linguístico sérvio-croata se dá, não apenas pelo aumento de gastos com tradução, mas também para servir à candidatura da Sérvia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina na UE. Para o Partido Somente Croácia, os sérvios aprovaram tal medida, uma vez que será uma barreira superada para voltar a expandir o maior contingente de sua população quando adentrar à UE, ressuscitando a hegemonia sérvia nos Balcãs Ocidentais.

¹³⁰ Večernji List, 22 / 03 / 2007

Segundo Benedict Anderson,

*“foi apenas nos anos 1840 que a nobreza magiar – cerca de 136000 pessoas monopolistas da terra e dos direitos políticos num país com 11 milhões de habitantes – passou a se empenhar seriamente na magiarização, e isso só para impedir a sua própria marginalização histórica. O autor acrescenta que a difusão do magiar impresso e o crescimento de uma intelectualidade liberal estimularam um nacionalismo húngaro liderado por Lajos Kossuth, na Revolução de 1848, rejeitando a subserviência dos húngaros em relação ao palácio de Viena.”*¹³¹

A unificação da língua é uma das formas de homogeneização cultural. O Estado tende a estabelecer um território demarcado e busca criar em seu interior uma hegemonização cultural que sedimente o sentimento de comunidade e pertencimento. Assim, a unificação da língua é uma das formas de homogeneização cultural.

Para Haffestin,

*“toda homogeneização nesse nível permite a concentração e a centralização e, por consequência, reforça as possibilidades de controle e de dominação. Toda tentativa de eliminação das diferenças está repleta de um poder opressor que procura realizar, no espaço e no tempo, um campo de ação para se manifestar.”*¹³²

¹³¹ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas*, p.153.

¹³² RAFFESTIN, Claude, *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 117, 118

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da União Europeia foi marcada por uma concentração de instituições que anteriormente eram atuantes de forma separada nas esferas de ação dos Estados-nação desmembrados. Gradativamente, houve uma adaptação em nível econômico, político e social dos concidadãos da UE de modo a satisfazer um interesse mais significativo que o da identidade nacional de cada um de seus Estados-membros.

É bem verdade que os países ricos da Europa Ocidental respaldaram a independência e formação do novo Estado croata, contribuindo para desvencilhá-lo do socialismo corrupto e da estagnação econômica da ex-Iugoslávia. Entretanto, as colocações expostas aqui dão evidências de que a aproximação dos ricos europeus não garantirá um melhor quadro do IDH na Croácia. O empreendedorismo da UE nessa ex-república socialista reflete, aparentemente, ações generosas e solidárias. Porém, um olhar mais detido nas repercussões da presença ocidental na Croácia revela o oportunismo dos países tradicionalmente mais fortes da UE, que iludem e corrompem os países mais fracos quanto a um espaço compartilhado (euro-regiões, flexibilização de fronteiras, livre trânsito, eliminação de taxas sobre importação / exportação), que, na verdade, acaba beneficiando muito mais os países-membros, melhor estruturados, que encontram, assim, mercado onde podem escoar seus produtos, explorar na Croácia sua mão-de-obra barata, apropriar-se de sua riqueza natural, e uma série de outras ações que caracterizam uma nova roupagem de colonização.

A decisão dos governos alemão e austríaco, 23/12/1991, em reconhecer os Estados esloveno e croata, desencadeou a guerra civil da Iugoslávia. Esta decisão não se baseava na defesa do princípio de autodeterminação, como fizeram crer as potências, pois negaram esse mesmo princípio aos sérvios da Croácia e da Bósnia; aos muçulmanos de Bihać; aos curdos da Turquia, entre outros. Havia uma razão de fundo mais forte: a de destruir o Estado socialista iugoslavo, que desde seu nascimento impedia a expansão alemã no Mediterrâneo.

O motivo de orgulho por tudo que marcava a originalidade croata cede lugar ao afã de ser membro da União Europeia, da “civilização” e riqueza ocidental,

permitindo que a rugosidade de suas raízes sejam amoldadas pelos estrangeirismos da Allianz Osiguranje, Generali Osiguranje, Grawe, DHL, Siemens, Coca-Cola, McDonalds, Johnson & Johnson, Strabag, Wienerberger, Henkel, KPMG, Procter & Gamble, Ernst & Young, Germania Sport, Adidas, Microsoft e muitos outros empreendedores.

Durante a ex-Iugoslávia, teoricamente, a Croácia deveria compartilhar sua soberania, porém não era o que acontecia na prática, mesmo que os croatas somassem 22% do país. Tal experiência em um Estado multiétnico deveria servir de comparativo e lição diante de situações desiguais neste novo contexto de submissão do Estado multiétnico da UE, com o agravante de croatas formarem apenas 1% neste novo contexto, ou seja, com uma representatividade muito menor em relação a sua participação na Ex- Iugoslávia. Isso enfraquece a Croácia em sua representatividade política.

Vimos que a liberdade de mercado na União Europeia não está suficientemente modulada por princípios de igualdade, solidariedade e redistribuição, senão que por eventuais decisões paliativas, algo insuficiente pelo seu caráter minimalista e circunstancial.

Com sua entrada na UE, a Croácia fica ainda mais vulnerável ao capital externo, que sufocará o resto que sobrou do banco nacional e banqueiros croatas. Isso quer dizer que os interesses estrangeiros tendem a se perpetuar, distanciando, cada vez mais, a possibilidade de um restabelecimento e controle dos croatas sobre seu patrimônio bancário. Além do capital externo, os próprios estrangeiros estão de corpo presente na Croácia e ditam os rumos da economia desse país.

Há opositores quanto à política que o governo croata vem desempenhando para o alargamento da União Europeia, como é o caso do partido 'Jedino Hrvatska' [Somente Croácia] que acredita que os acordos assinados com os países ricos da Europa Ocidental e a mídia escamoteiam as condições desfavoráveis dos croatas, de modo a impedir a conscientização da maioria dos cidadãos croatas com relação ao fim paulatino da soberania do seu Estado.

Se a União Europeia, anos antes de incorporar a Croácia, já conseguia o

consentimento das autoridades croatas para tantos e tantos projetos, concebendo uma flexibilização fronteiriça, atrelando localidades croatas ao espaço dominado por outros países, é possível prever a submissão croata às determinações políticas da Comissão Europeia e, com isso, a perda da soberania do Estado-nação croata, posto que sofrerá muito mais o efeito contrário: um presente de grego (A União Europeia adentrando nos domínios da Croácia e, dissimuladamente, apossando-se das riquezas desta).

Através do artigo 17b (2) do acordo de Lisboa, o concidadão de qualquer país-membro da União Europeia tem o direito de votar e candidatar-se nas eleições políticas na Croácia pelas mesmas condições que um cidadão croata, e até com mais vantagens que estes, haja vista a superioridade econômica e maior poder aquisitivo dos europeus mais ocidentalizados. Assim, é possível imaginar o poder financeiro a ser engendrado nas campanhas eleitorais em prol dos interesses dos europeus mais ricos.

As melhores localidades turísticas no litoral - Dubrovnik, Opatija e Hvar - foram compradas por estrangeiros, promovendo aí aumento do custo de vida insuportável para a pífia renda dos croatas.

Este estudo descortinou o Tratado de Nice, ao acusar a modificação do número de deputados, para que não superasse 732. O peso destes deputados passaria a ser composto pela representatividade populacional do Estado-membro, exceção feita a Alemanha e Luxemburgo que continuaram com seus representantes, em detrimento aos demais que perderam representatividade. Outro dado refere-se ao número de deputados da República Tcheca e da Hungria, inferiores aos destinados à Bélgica e Luxemburgo que representam menor população. São situações que contradizem o princípio de igualdade apregoado pela UE.

Os cofres públicos da Croácia deixarão de contar com a renda proveniente dos tributos de importação e exportação, eliminados pelos acordos que os croatas assinaram com a UE. Uma vez que as euro-regiões criadas pela União Europeia sejam mais atrativas e sustentadas pelo capital de Bruxelas, para que servirá o Estado e governo croatas ?

A questão do preço da energia levanta uma discussão polêmica, posto que para os defensores da União Europeia tal preço deve diminuir em função da extinção da taxa protecionista dos derivados de petróleo que a Croácia importa da UE. Por outro lado, analisamos os argumentos de oposição à União Europeia, que aposta no aumento do preço da energia quando a Croácia formar parte da UE, em razão da contaminação que a Croácia também causa ao meio ambiente e deverá pagar uma taxa de indenização por tal motivo, além de desembolsar encargos decorrentes da supervisão e gastos com melhorias na infraestrutura de obtenção e uso de energia. Ou seja, há motivos para que os Croatas alimentem expectativas positivas com relação ao seu ingresso na União Europeia. Contudo, há motivos de sobra para que a Croácia seja reservada e cética quanto ao seu desenvolvimento sonhado, sob o risco de perder sua identidade nacional, tolhida das decisões quanto aos rumos de sua economia e dos benefícios sociais.

Se há um descontentamento popular na Grécia, Espanha, Portugal e outros países que sofrem com a redução dos investimentos em educação, saúde e seguridade social para atender às pressões da UE no sentido de conter o déficit público dos países endividados, nos países do Leste Europeu o choque pode ser maior, pois os cidadãos que vivenciaram o socialismo recebiam o amparo do Estado que lhes garantia ensino até a pós-graduação, alojamento estudantil, refeitório estudantil, assistência médica e outros benefícios.¹ Isso, eles não poderão desfrutar no contexto competitivo da União Europeia desigual.

¹ MOMCE, Adilson Prizmic. *Nacionalismos para criar Estados e destruir impérios*. São Paulo: Ed. Biblioteca 24 horas, 2012, p.106 -124

Rubens Ricupero comenta o pioneirismo suíço na edificação de um Estado multicultural, multilinguístico, de início sob forma de confederação, evoluindo para federação de maneira bem sucedida. Ricupero observa que a Suíça não se submete à falta de condições democráticas na União Europeia :

*“Muitos europeus sonham para a União Europeia uma evolução similar à Confederação helvética que serve como modelo em escala menor. Compreende-se que, tendo sido bem sucedidos no intento, os suíços hesitem em submeter seu modelo, baseado no patriotismo nascido da qualidade das instituições, à tensão resultante de adesão a um sistema europeu que não conseguiu livrar-se da pecha do ‘déficit democrático’ ”*²

As relações entre os eslavos-do-sul, após suas guerras internas, ainda não estão estabilizadas econômico-socialmente. Submetem-se a fazer a ‘lição-de-casa’, caso queiram ser bem vistos pela União Europeia que usa todo seu poder, enquanto potencial investidora regional, para ser competitiva em âmbito global. Entenda-se por ‘lição-de-casa’, por exemplo, o primeiro documento assinado em 2001, após a guerra de separação, entre sérvios, croatas e eslovenos, estabelecendo a cooperação transnacional de preservação e utilização dos serviços de transporte pelo rio Sava que passa pela Eslovênia, Croácia e Sérvia, e que integra a bacia do rio Danúbio. Convém lembrar que não se trata isoladamente de um ato solidário ambiental, pois o mar Negro, através do Danúbio, conecta-se a um plano econômico de transporte fluvial longo até o mar do Norte, via rios Meise e Reno.

A História se repete. E se é assim, os croatas estão mais uma vez entrando numa relação sociedade-espaco cuja autoridade não pertence aos croatas, uma vez que a sociedade do bloco é multiétnica (União Europeia) e o espaço deixa de ser de uso exclusivo croata, já que suas fronteiras serão transitadas também pelos seculares interesses germânicos.

² RICUPERO, Rubens. *A resiliência do Estado Nacional diante da globalização*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados- USP, 1987, p. 132

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, John. *A Nova Configuração do poder global*. (artigo) Caderno CRH, Salvador, V.21, n.53. Maio/Agosto, 2008

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996

BANAC, Ivo. *The National Question in Yugoslavia: Origins, History, Politics*. Londres: Itaca, 1984

BATOWSKI, H. *Mickiewicz i Južni Slaveni: Historijski zbornik*. Zagreb: Povjesno Društvo Hrvatske, 1956

BOŠNJAK, Marjan. *EU ? – Ne Hvala !* Zagreb: CIP, 2010 [*União Europeia ? – Não, obrigado !* - Trad.do título: o autor deste doutoramento]

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, *Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo*. In: Instituto de Estudos Avançados–Universidade de São Paulo, Estudos Avançados - Dossiê Nação/Nacionalismo, vol.22 São Paulo: IEA-USP, 1987, n.62

COSTA, José de Faria (Org.). *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2005

COSTA, Wanderley. *Geografia política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1992

DELAYEN, Celine. *The Common Agricultural Policy*, Washington: Institute for Agriculture and Trade Policy , Global Dialogue Meeting, 2007

FAULEND, M & ŠOŠIĆ, V. *União Monetária Europeia: introdução à União Europeia*. Zagreb: Ed Mintas-Hodak, 2010

FERNANDES, A.J. *Relações Internacionais Contemporâneas*. Itajaí: UNIVALI, 1998

FERON, Bernard. *Iugoslávia - A Guerra do Final do Milênio: das origens do conflito aos bombardeios da Otan*, Coleção Le monde, Ed LO&m, 1999

HAAS, Ernst. *Beyond the Nation States: Functionalism and International Organizations*. Stanford : Stanford University Press. 1964

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001

HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2007

ILEŠIĆ, F. *O početkih Matice Dalmatinske 1848–49*. Zagreb: Hrvatsko kolo, 1909 [Sobre o Início da Matitza Dálmata, 1848-1849. Zagrebe: Círculo Croata, 1909 - Trad.do título: o autor deste doutoramento]

JURLIN, Krešimir, SAMARDŽIJA, Višnja, TIŠMA, Sanja (Org.) *Hrvatska i Evropska Unija: Prednosti i izazovi članstva*. Zagreb: Institut za međunarodne odnose, 2012 [*Croácia e União Europeia: vantagens e desafios da associação*. Zagrebe: Instituto de Relações Internacionais, 2012 - Trad.do título: o autor deste doutoramento]

KATIĆ, Žarko, *Postojeće zakonske regulative i prijedlozi za prilagodbu*. Zagreb: Hrvatska Gospodarska Komora, 2008 [*Regularizações legislativas existentes e sugestões para adequações* - Trad.do título: o autor deste doutoramento]

LINDBERG, Leon. *The Political Dinamics of European Economic Integration*. Stanford : Cambridge University Press, 1963

MALCOLM, Noel. *Bósnia, a Short History*, apud Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, FFLCH-USP, 2005

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem temmedo da geopolítica?*, São Paulo:Hucitec / Edusp, 1999

MILUTINOVIĆ, Kosta. *Štrosmajer i jugoslovensko pitanje*. Novi Sad: Institut za izučavanje istorije Vojvodine, R. S. Srbije, 1976. 284str. [MILUTINOVIC, Kosta. *Strosmajer e a questão iugoslava*. Novi Sad – República Sérvia: Instituto de pesquisa da história da Voivodina, 1976 - Trad.do título: o autor deste doutoramento]

MIŠETIĆ, Roko. *Aktuelno demografsko stanje i projekcije stanovništva Republike Hrvatske do 2050. godine*. [*Situação demográfica atual e projeção da população da República da Croácia até 2050*.], Zagreb : Hrvatska Gospodarska Komora, 2008

Moacir Nunes e Silva, Mestrado: *Da Balcanização à “Balcanização”*, FFLCH-USP, 2005

MOMCE, Adilson Prizmic. *Nacionalismo para criar Estados e destruir impérios: Geopolítica dos eslavos na Austro-Hungria e na União Europeia*. São Paulo: Ed Biblioteca 24 horas, 1ª ed. , 2012

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988, série: “Linha de Frente”

MUIR, Richard. *Modern Political Geography*. London: Macmillan Press,1975

Norma Marinovic Doro, *A imigração iugoslava no Brasil*. Tese de doutoramento, Departamento de História (Área de História Social) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987

RAFFESTIN, Claude, *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993

RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. *Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia*, Coimbra: Ed Coimbra, ed.2ª, 2003

RICHONNIER, Michel. *As metamorfoses da Europa de 1769 a 2001*, Lisboa: Quixote, 1992

RICUPERO, Rubens. *A resiliência do Estado Nacional diante da globalização*, In: Instituto de Estudos Avançados–Universidade de São Paulo, *Dossiê Nação/Nacionalismo*, vol.22 São Paulo, IEA-USP, 1987, n.62

ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el problema de los “pueblos sin historia” (La cuestión de las nacionalidades en la Revolución de 1848 – 1849 a la luz de la ‘Neue Rheinische Zeitung’)*. Ciudad de México: Pasado y Presente, 1980, trad. Conrado Ceratti. Ensayo originariamente publicado en Archiv für Sozialgeschichte: Friedrich Engels und das Problem der “geschichtslosen” Völker (Die Nationalitätenfrage in der Revolution), por la Verlag für Literatur und Zeitgeschehen Hannover: 1964, vol. IV.

ROSENAU, James N e CZEMPIEL, Ernst Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*, Brasília: UnB, 2000

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1995

SAMARDŽIJA, V. (Org.), *Hrvatska i EU, Koristi i troškovi integracije*, Zagreb: IMO, 2000 [Croácia e União Europeia: Benefícios e prejuízos da integração – Trad.do título: o autor deste doutoramento]

SANDE, P. *Sistema político da União Europeia*. Cascais: Principia. 2000

STIPIĆ-NISETEO, L. *Hrvatskoj poljoprivredi na raspolaganju 745 milijuna eura*. Zagreb: Privredni vjesnik, 2011 [745 milhões de euros à disposição da agro-pecuária croata - Trad.do título: o autor deste doutoramento]

VEIGA, Francisco. *La Trampa Balcânica*. Barcelona: Gualbo, 200

VOLPI, Almir. Tese de doutoramento: *Desafios Políticos da União Europeia*. Depto de Ciências Sociais. Área de Concentração de Estudos: Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. 2006. Sob orientação do Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBERT, E. (dir.) y ROIG, E (coord.), *El proyecto de nueva Constitución europea. Balance de los trabajos de la convención sobre el futuro de Europa*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2004

ALDECOA, F., *“Una Europa”, Su proceso constituyente. La innovación política europea y su dimensión internacional. La convención, el Tratado Constitucional y su política exterior (2000-2003)*, Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARROSO, João R. (Org.). *Globalização e Identidade Nacional*. São Paulo: Atlas, 1999

BAS, Alexandre Catalã (Professor titular de Direito Constitucional – Universidade de Valencia), *Coloquio Ibérico: Constituição Europeia-Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires*, Coimbra: Ed Coimbra, 2005

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. *Nação e Nacionalismo e globalização*. In: Instituto de Estudos Avançados–Universidade de São Paulo, *Estudos Avançados - Dossiê Nação/Nacionalismo*, vol.22 São Paulo, IEA-USP, 1987, n.62

BAUMAN, Z. *Europa: uma aventura inacabada*. 1.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BJELIĆ I. Dušan & Savić Obrad, *Balkan kao metafora: Između globalizacije i fragmentacije*, Beograd: Beogradski krug, 2003. [Bálcãs como metáfora: Entre a globalização e a fragmentação – Tradução do título: o autor deste doutoramento]

BLACKBURN, Robin. *O esfacelamento da Iugoslávia e o destino da Bósnia*. In: O mundo depois da queda. Org. Emir Sader, São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BOŽILOVIĆ, Nikola, *Evrointegracija Balkana i očuvanje identiteta*, 2003. [Eurointegração balcânica e a preservação da identidade – Trad. do título: o autor deste doutoramento]

CAMPANELLA, T. *“Los desafios de La EU en el umbral del siglo XXI”*, Política exterior, XIII, nº 69, may-jun., 1999

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – V. I: A sociedade em rede*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

D'ARCY, François. *União Européia. Instituições, Políticas e Desafios*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2002.

DAVIS, Horace B. *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 1ed. – Nova York, EUA, Monthly Review Press: 1978 Trad. Waltensir Dutra, Título original: Toward a Marxist Theory of Nationalism

DE PAULA, João Antonio. *A ideia de nação no século XIX e o marxismo*. In: Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo, *Estudos Avançados - Dossiê Nação / Nacionalismo*, vol.22 São Paulo, IEA-USP, 1987, n.62

DÍAS-PICAZO, L. M^a, *Constitucionalismo de la Unión Europea*, Madrid: Civitas, 2002

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Coleção Estudos), trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*, São Paulo: Hucitec, 1996. Trad. Schirley Morales Gonçalves

Eyewitness Travel Guide– Croatia. Dorling Kindersley Limited, Londres: WCR2 ORL, 2003

FERNANDES, L.L. *Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história*. Cascais: Publicações Universitárias e Científicas, Ltda., 2005

GEREMEK, Bronislaw, *Misliti Europu kao zajednicu*. Zagreb: u Europski glasnik, godište VIII, br.8, Hrvatsko društvo pisaca, 2003. [*Pensar a Europa como uma União*. Porta-voz europeu nº 8, Associação de escritores croatas – Trad. do título: o autor deste doutoramento]

GOMES, E. B. *União Europeia e Mercosul: Supranacionalismo versus Intergovernabilidade*. Revista Cena Internacional, Ano 3 - nº 2, Dez / 2001

GROSS, Mirjana. *Hrvatska Politika u Bosni i Hercegovini 1878 - 1914*. Zagreb: Historijski zbornik, XIX- XX: 1966/ 67. [GROSS, Mirjana. *A Política Croata na Bósnia e Herzegovina 1878 - 1914*. Zagrebe, Coleção histórica, XIX- XX: 1966/ 67 - Trad. do título: o autor deste doutoramento]

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, *Nação, Nacionalismo, Estado*, In: Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo, *Estudos Avançados - Dossiê Nação / Nacionalismo*, vol.22 São Paulo, IEA-USP, 1987, n.62

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 3ª ed

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 3ed. 2002. Coleção Pensamento Crítico; v.55, Trad. Celina Cardim Cavalcante, Título original: The invention of tradition, Cambridge University Press

LAPENNA, Ivo. *State and Law: Soviet and Ygoslav theory*. New Haven: Yale University Press, 1964

LESSA, A. C. *A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: IBRI, 2003

LLAMAZARES, I. y REINARES, F. (eds), *Aspectos políticos y sociales de la integración europea*, Valencia: Tirant lo Blanch, 1999

MAIOR, L. A. P. *A Europa e a nova ordem internacional*. Revista Política Externa. São Paulo: Paz e Terra, 83-91, vol.5, nº1, junho; julho; agosto – 1996

MARTIN, A.R. *Novas regiões, velhos regionalismos*. In: V Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba: Anais do V Congresso de Curitiba: AGB, 1994

MARTIN, A.R. *A geografia e a questão federal*. Jornal da Tarde, São Paulo, 02/10/1993

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 4ed. 1990

MORIN, Edgar. *Kako misliti Evropu*. Sarajevo: Svjetlost, 1989 [Como conceber a Europa - Trad. do título: o autor deste doutoramento]

NOOTEBOOM, Cees, *Kako biti Evropljanin ?*, [Como ser europeu ?] Zagreb: Fraktura, 2005

REED, John. *Guerra dos Bálcãs*. São Paulo: Conrad, 2002, Trad. Ludimila Hashimoto Barros. Título original: The war in Eastern Europe

SANTOS, Milton. *Espaço & Método*, São Paulo: Nobel, 1985, Coleção Espaços

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1979.

SIDJANSKI, Dusan. *Para um Federalismo europeu: uma perspectiva inédita sobre a União Europeia*. Cascais: Principia, 2001

ŠKALAMERA, Željko. Шкаламера, Жељко *Школски Историјски Атлас*. Београд: Завод за Уџбенике и наставна средства, Треће издање, 1986 [*Atlas Histórico escolar*. Belgrado: Cooperativa para livros didáticos e paradidáticos, 3ed., 1986 - Trad. do título: o autor deste doutoramento]

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

SRKULJ, Stjepan (Org). *Hrvatska Povijest u devetnaest karata*. Zagreb: Hrvatski Izdavački Bibliografski Zavod, 1996. [*História croata em dezenove mapas*, Zagrebe: Cooperativa editorial de bibliografia croata, 1996 - Trad. do título: o autor deste doutoramento]

VIZENTINI, P. G. F. *As dificuldades da União Europeia ante o novo ordenamento internacional*. Revista Política Externa. São Paulo: Paz e Terra, 92-102. Vol.5, nº 1, junho, julho, agosto de 1996.